

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPHR**

**DISSERTAÇÃO**

***MEMÓRIAS DE UMA CIDADE CIVILIZADA***

***Festa, cultura e sociabilidade no Rio de Janeiro descrito  
por Luis Gonçalves dos Santos (1808-1821)***

**Priscilla Soares Gonçalves**

**2013**



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPHR**

***MEMÓRIAS DE UMA CIDADE CIVILIZADA***

***Festa, cultura e sociabilidade no Rio de Janeiro descrito  
por Luis Gonçalves dos Santos (1808-1821)***

**Priscilla Soares Gonçalves**

Sob a Orientação do Professor

**Ricardo de Oliveira**

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de **Mestre em História**, no curso de Pós-Graduação em História, na Área de concentração: Estado e Relações de Poder, Linha de Pesquisa: Estado, Cultura Política e Ideias.

Seropédica, RJ

Janeiro de 2013

Gonçalves, Priscilla Soares, 1985-

Memórias de uma cidade civilizada: Festa, cultura e sociabilidade no Rio de Janeiro descrito por Luis Gonçalves dos Santos (1808-1821) / Priscilla Soares Gonçalves – 2012.

106 f.

Orientador: Ricardo de Oliveira.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – Curso de Pós-Graduação em História.

Bibliografia: f. 100-106.

1. Memórias – Tese. 2. Rio de Janeiro – História – Teses. 3. Santos, Luís Gonçalves dos, 1767-1844. Memórias para servir à História do Reino do Brasil - Teses. 4. Santos, Luís Gonçalves dos, 1767-1844. I. Oliveira, Ricardo de, 1970-. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro – Pós-Graduação em História. III. Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPHR**

**PRISCILLA SOARES GONÇALVES**

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História, no Curso de Pós-Graduação em História, área de Concentração em Estado e Relações de Poder, Linha de Pesquisa: Estado, Cultura Política e Ideias.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

---

Prof. Dr. Ricardo de Oliveira - UFRRJ  
(Orientador)

---

Profa. Dra. Luciana Mendes Gandelman – UFRRJ

---

Prof. Dr. Fábio Murici dos Santos – UFES

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPHR**

## **AGRADECIMENTOS**

Este espaço foi reservado para agradecer a todos que me ajudaram nos anos de desenvolvimento desta pesquisa, financiada pela Capes. Dentre as várias pessoas que direta ou indiretamente contribuíram para a confecção desse trabalho, agradeço de forma especial ao meu orientador, Professor Ricardo de Oliveira e aos demais integrantes da banca examinadora.

Agradeço a minha mãe e as minhas tias Roseni e Rosilene pelo incentivo e por acreditarem no meu ingresso e na minha conclusão nesse curso.

Agradeço aos meus amigos, em especial à Lorena Gouvêa de Araujo, pelo auxílio nos momentos de dúvida, pela força e ajuda no decorrer desta trajetória.

Agradeço ao meu companheiro Rafael Abreu de Araujo pela compreensão e apoio nos momentos da minha ausência devido a pesquisa.

Agradeço à CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal Superior) pelo financiamento à esta pesquisa.

Durante a realização da pesquisa, agradeço ao Prof. Pedro Tórtima pela gentileza e incentivo ao me auxiliar nas pesquisas bibliográficas feitas no IHGB (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro).

Agradeço a todos os amigos que souberam respeitar a minha ausência em encontros e comemorações acreditando que esse esforço seria recompensado.

GONÇALVES, Priscilla Soares. **Memórias de uma cidade civilizada: Festa, cultura e sociabilidade no Rio de Janeiro descrito por Luis Gonçalves dos Santos (1808-1821)**, 2013. 106 páginas. (Mestrado em História) Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de História – PPHR, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2013.

### **Resumo**

Este trabalho tem como objetivo analisar a construção da imagem da cidade do Rio de Janeiro na perspectiva de Luís Gonçalves dos Santos, conhecido popularmente como Padre Perereca. Assim, analisaremos as *Memórias para servir à História do Reino do Brasil*, publicada em dois volumes em 1825 para compreender o cenário “inventado” por Padre Perereca e compreender os motivos que o levaram a determinada posição. As descrições das Memórias se concentram nos anos de 1808 a 1821, período em que a corte portuguesa permaneceu nos trópicos. Desse modo, analisaremos as transformações sociais feitas pelo Príncipe D. João que tornaram o ambiente da cidade áulico e “civilizado” digna de receber uma corte europeia nos trópicos, de acordo com a perspectiva do Padre Perereca.

**Palavras-chave:** Luís Gonçalves dos Santos, Rio de Janeiro, D. João VI.

GONÇALVES, Priscilla Soares. **Memoirs of a civilized city: Feast, culture and sociability in Rio de Janeiro described by Luis Gonçalves dos Santos (1808-1821)**, 2013. 106 pages. (Master in History) Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de História – PPHR, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2013.

### **Abstract**

This study aims to analyze the construction of the image of the city of Rio de Janeiro in perspective Gonçalves Santos, popularly known as Padre Perereca. Thus, we analyze the Memoirs to serve the History of the Kingdom of Brazil, published in two volumes in 1825 to understand the scenario "invented" by Father Frog and understand the reasons which prompted the given position. Descriptions of Memories focus in the years 1808 to 1821, a period when the Portuguese court remained in the tropics. Thus, we analyze the social changes made by Prince D. John who became the city's environment and aulic "civilized" worthy of receiving a European court in the tropics, according to the perspective of Father Frog.

**Keywords:** Luís Gonçalves dos Santos, Rio de Janeiro, D. John VI.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>CAPÍTULO I – Uma escrita áulica: O Padre Perereca e as <i>Memórias para servir à História do Reino do Brasil</i> .....</b>	<b>15</b>
<b>I.1 A Trajetória de Luís Gonçalves dos Santos e suas Memórias .....</b>	<b>17</b>
<b>I. 2 A Escrita Áulica .....</b>	<b>25</b>
<b>I.3 Ser Letrado na Colônia .....</b>	<b>33</b>
<b>CAPÍTULO II - A invenção de uma cidade áulica: Aspectos da História do Rio de Janeiro na perspectiva do Padre Perereca .....</b>	<b>41</b>
<b>II.1 A Cidade Imaginada por Luís Gonçalves dos Santos .....</b>	<b>44</b>
<b>II. 2 O Rio de Janeiro na Perspectiva dos Viajantes na Primeira Metade do Século XIX .....</b>	<b>56</b>
<b>CAPÍTULO III - A “invenção” da civilização tropical: Festa, costumes e hábitos do Rio de Janeiro joanino .....</b>	<b>67</b>
<b>III.1 As Memórias da Família Real no Rio de Janeiro na perspectiva do Padre Perereca .....</b>	<b>71</b>
<b>III. 2 Memórias das festas e cerimoniais na visão do Padre Perereca .....</b>	<b>85</b>
<b>Considerações Finais .....</b>	<b>97</b>
<b>Referências Bibliográficas .....</b>	<b>100</b>

## INTRODUÇÃO

A proposta desse trabalho está inserida na análise das *Memórias para servir ao Reino do Brasil*, escrita por Luís Gonçalves dos Santos (1767-1844), também conhecido como Padre Perereca e composta em dois volumes. *Memórias* essas marcadas pelas características e pensamento do início do século XIX, através de uma visão católica e a favor da monarquia que era legitimada pela Igreja. Assim, as *Memórias* acabaram por serem aceitas como a versão dos fatos que faziam uma propaganda positiva do monarca e de seu governo, visão de uma sociedade que seguia os parâmetros marcados pelas características do Antigo Regime.

Muitos historiadores ao tratar dos assuntos referentes ao período joanino utilizam às *Memórias* como fonte fundamental, pois estas constituem um acervo riquíssimo nos detalhes das festas, comemorações e grandes acontecimentos da época.

A constituição das *Memórias* começou com notícia da transladação da corte portuguesa para o Rio de Janeiro: Foi uma manobra inteligente e feliz, tida como uma medida estratégica e não covarde, segundo o historiador Oliveira Lima. Em 1803, D. Rodrigo de Souza Coutinho, que se tornaria mais tarde o conselheiro ultramarino e nomeado Conde de Linhares, já havia se dirigido ao príncipe sugerindo a mudança da monarquia para o império no Brasil, devido as suas dimensões territoriais.<sup>1</sup> A ideia da retirada mantinha a resistência lusa e seu monarca no governo. O certo é que em novembro de 1807, fugindo da invasão do exército napoleônico, o príncipe regente D. João juntamente com seus familiares, sua corte e funcionários seguem com destino ao Rio de Janeiro, transformando a cidade na nova sede da monarquia. A decisão de transferir a corte em meio a uma crise diplomática baseou-se numa visão do potencial do Brasil. Os esforços da metrópole para isolar o Rio de Janeiro e seus habitantes dos efeitos da revolução terminaram com a chegada da corte real exilada.<sup>2</sup>

Durante treze anos, a cidade do Rio de Janeiro tomou o papel de Lisboa e transformou-se no centro do mundo português. Era inédito o fato de um monarca europeu visitar um território colonial e transformá-lo em sua residência. As hierarquias sociais, culturais e econômicas foram trazidas junto com a corte. Consequentemente, a transferência de D. João fez com que o “antigo sistema colonial” acabasse chegando ao seu fim. Era o

---

<sup>1</sup> LIMA, Manuel de Oliveira. *D. João VI no Brasil (1808-1821)*. São Paulo: José Olympio, 1996, p. 43-44.

<sup>2</sup> SCHULTZ, Kirsten. *Versalhes Tropical: Império, monarquia e corte real no Rio de Janeiro 1808-1821*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 25.

monarca identificado como elemento que constituía o centro político, o que explicava a possibilidade de transferir a corte real – como o monarca podia transcender a todas as partes dos seus domínios, podia residir em qualquer um deles, segundo a historiadora Kirsten Schultz.<sup>3</sup>

Mas, a transferência da corte também colocava em jogo a legitimidade da autoridade real portuguesa. Dessa forma, nos propomos nesse trabalho a analisar como as *Memórias para servir ao Reino do Brasil*, escritas pelo Padre Perereca, serviram como apoio e legitimação da imagem monárquica portuguesa e do soberano no Brasil e o significado dessa imagem da cidade que ele via ou queria ver.

Preparar o Rio de Janeiro para tornar-se sede do governo português não era uma tarefa fácil. Afinal, em 1808, o Rio ainda era uma cidade pequena e seu núcleo era centralizado entre os quatro principais morros: do Castelo, de São Bento, de Santo Antônio e da Conceição. Porém, o ponto central da cidade ficava nas proximidades do morro do Castelo, pois na colonização da cidade era um ponto estratégico para a defesa local. A cidade era dividida em quatro freguesias: Sé, Candelária, São José e Santa Rita. E, tinha aproximadamente, 46 ruas, quatro travessas, seis becos e dezenove campos ou largos.<sup>4</sup> Vários logradouros surgiram do aterramento de brejos e mangues, e a terra batida e desnivelada faziam buracos nos quais se acumulavam detritos, tornando as ruas imundas e mal cheirosas. Este problema só era amenizado com chuvas, que variam naturalmente os detritos até o mar.

Assim, o Rio de Janeiro que era uma cidade colonial deveria se transformar na mais européia das cidades nos trópicos para que fosse digna de receber o primeiro soberano a colocar os pés na América. A importância de tal fato e a novidade deste, certamente, fez com que o Padre Perereca pensasse na ideia de escrever as *Memórias* desse tempo. Espantado, o Padre Perereca afirmou que jamais havia pensado em tal fato durante toda sua vida; a presença do soberano, da sua família e de parte da corte era um fato memorável. Sabendo da importância que tal acontecimento teria na história do Brasil, logo o Padre Perereca tratou de escrever as suas *Memórias*. Contudo, todas essas características foram suavizadas e embelezadas nas descrições do Padre Perereca. A cidade devia assemelhar-se com as européias para que se tornasse digna de receber um monarca nos trópicos, algo inédito até o momento. Com tal fato, o *status* da cidade seria elevado, pois além de ser a capital do Brasil, ainda tornara-se sede do todo aparelho burocrático luso, motivo que trouxera muitos estrangeiros para o Rio de Janeiro.

---

<sup>3</sup> Idem, p. 15.

<sup>4</sup> CRULS, Gastão. *Aparência do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1952, v. 1, p. 238.

Estas deveriam relatar os fatos julgados como os mais importantes nesse período, noticiados nos jornais e que relatassem o sucesso e os felizes resultados devido à presença real.<sup>5</sup> Tudo que fosse relacionado ao progresso, à prosperidade e a grandeza do Brasil foi relatado. E os problemas? Estes seriam relatados pelo Padre Perereca também? Essa será uma das questões que pretendemos esclarecer no decorrer da pesquisa.

O Paço dos Vice-Reis foi aprontado para tornar-se o Palácio Real e foi o conde dos Arcos que deu início aos afazeres, segundo a historiadora Lília Schwarcz. O Senado da Câmara decretou a programação de comemorações religiosas e civis, iluminação da cidade por oito dias consecutivos, assim como a promoção de festas e divertimentos populares. Também foi decretada a lei da aposentadoria, que intimava os proprietários dos melhores edifícios próximos ao palácio deixarem-nos livres para a acomodação dos cortesãos. As construções escolhidas eram marcadas com giz as letras “P.R.”, que queria dizer “príncipe real”, mas que o povo transformou em “ponha-se na rua” ou “prédio roubado”.<sup>6</sup> Nesse sentido, os habitantes da cidade partilhavam não de uma compreensão, mas viam esse acontecimento como uma possibilidade de explorar a tensão existente num sistema de governo baseado na lógica do Antigo Regime onde os laços de vassalagem e as hierarquias criadas eram reconhecidos, trazendo benefícios materiais e simbólicos.

A importância dada à cidade do Rio de Janeiro é tamanha que ao passar pela Bahia, o Padre Perereca afirma que os habitantes de Salvador fizeram as mais fervorosas suplicas para que o rei se mantivesse lá, mas que por motivos políticos e determinações do próprio Conselho de Lisboa o Rio seria a sede da monarquia portuguesa, de acordo com o decreto de 27 de novembro de 1807, pelo qual fizera público aos súditos portugueses e a toda Europa a transferência de sua corte para a cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro.<sup>7</sup>

Quando o historiador Oliveira Lima utilizou a expressão “Versalhes tropical” para se referir ao Rio de Janeiro joanino não foi somente para comparar a imagem de D. João com a do rei sol, Luís XIV, nem comparar o palácio de Versalhes com a Quinta da Boa Vista. Na realidade Oliveira Lima levantava a questão da relação entre o poder e a representação. A honra de ter um monarca nas terras do Brasil, e agradá-lo, era um investimento para a garantia de benefícios simbólicos, como: títulos, honrarias, pensões, etc. Assim, a mais importante colônia do império português transformava-se na verdadeira “Versalhes tropical”,

---

<sup>5</sup> SANTOS, Luís Gonçalves dos. *Memórias para servir ao Reino do Brasil*. Belo Horizonte/ São Paulo, Itatiaia/ Edusp, 1981, v.1, p. 33. Recorremos a esta publicação pela maior facilidade de manuseio. A edição original encontra-se na Biblioteca Nacional, na seção de manuscritos raros.

<sup>6</sup> SCHWARCZ, Lília Moritz. *A longa viagem da biblioteca dos reis*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 236-237.

<sup>7</sup> SANTOS, Luís Gonçalves dos, 1981, v.1, p. 172.

ou seja, num símbolo do esforço para ritualizar os acontecimentos do cotidiano do soberano absoluto, magnânimo, acessível e bondoso.<sup>8</sup> Qualidades que são citadas pelo Padre Perereca em todo o decorrer de suas *Memórias*.

Por outro lado, essa transformação foi moldada a partir dos parâmetros da sociedade colonial marcada pelas diferenças culturais e de cor, e a forte presença da escravidão. O processo de europeização do Novo Mundo deveria tornar a capital colonial em “civilizada” e erradicar os vestígios do passado colonial mesmo com a permanência da escravização dos negros. Ao transformar o Rio de Janeiro em residência real, algumas alterações na infraestrutura da cidade tiveram que ser feitas como a construção do Teatro Real, áreas aristocráticas, a liberação da imprensa, das academias e abertura da Biblioteca Real. O órgão responsável por garantir a ordem da cidade e europeizar o ambiente urbano era a Intendência Geral de Polícia.

As *Memórias* do Padre Perereca foram arranjadas em ordem cronológica divididas em três épocas: na primeira – da Felicidade, contém a narração da chegada da Família Real e sua corte, bem como os festejos relacionados a esta comemoração, como D. João foi recebido no Rio de Janeiro e os anos que se seguiram da regência de D. João no Brasil; na segunda época – da Honra, inicia-se com a descrição da Elevação do Brasil a Reino-Unido de Portugal e Algarves em 1816. E por fim, a terceira época – da Glória, encontra-se a descrição da aclamação de D. João VI, sendo o primeiro rei aclamado no Novo Mundo no dia 6 de fevereiro de 1818. Além dessa grande comemoração, essa época das *Memórias* ainda conta o relato do casamento do príncipe D. Pedro, além de nascimentos e mortes, dentre elas as quais se foi destacado o falecimento de D. Maria I, e termina com o regresso de D. João para Portugal.<sup>9</sup> O foco das *Memórias*, é claro, seriam as solenidades faustosas, a importância das cerimônias religiosas nas festas reais, os dias de gala, batizados, cortejos, procissões e etc.

No primeiro capítulo dessa dissertação, a proposta é estudar a educação e formação recebida pelo Padre Perereca, assim como a evolução de sua trajetória profissional. Nesse capítulo pretendemos analisar como era a sociedade do Rio de Janeiro no século XIX e como era ser um letrado em uma cidade onde a maioria das pessoas era analfabeta e do ambiente áulico que transformaria a vida dos habitantes do Rio de Janeiro com a vinda de D. João, sua família e parte da sua corte. Ainda, nesse capítulo, pretendemos discutir a importância das *Memórias* escritas pelo Padre Perereca.

---

<sup>8</sup> SCHULTZ, Kirsten, 2008, p. 16.

<sup>9</sup> SANTOS, Luís Gonçalves dos, 1981, v.1, p. 34.

No segundo capítulo a proposta é analisar a *Descrição da cidade do Rio de Janeiro*, encontradas no primeiro tomo das *Memórias* desenvolvidas pelo Padre Perereca, que narram as características da cidade no tempo dos Vice-Reis, os feitos e construções feitos pelos mesmos. Assim, as descrições funcionam como uma prévia de como a cidade era antes da chegada de D. João, para mostrar que havia uma estrutura para recebê-lo e que esse era um lugar digno para sua residência. As descrições também servirão para compararmos as transformações ocorridas na cidade, como era antes e depois da chegada de D. João. Desse modo, nesse capítulo pretendemos comparar suas descrições com as de alguns de seus contemporâneos. A principal finalidade desse capítulo é analisar a cidade imaginada pelo Padre Perereca, que se esforçava como um fiel vassalo para transmitir a imagem de uma cidade com plenas condições de receber a monarquia portuguesa nos trópicos. Assim, pretendemos compreender o status que a cidade adquiriu depois de tornar-se sede da monarquia portuguesa. Através dos escritos de Luís Gonçalves dos Santos pretendemos identificar a “vocação” do ambiente carioca de ser a sede da monarquia portuguesa, ou seja, o Rio de Janeiro como cidade portuária já teria uma vocação natural, pois já havia assumido o papel de capital da colônia.

No terceiro capítulo a proposta é tratar das mudanças nos hábitos e nos costumes dos habitantes do Rio de Janeiro depois da chegada da Família Real lusitana. Assim, pretendemos analisar a inserção dos costumes europeus ditos como “civilizados” na vida cotidiana dos fluminenses e quais eram as diferentes formas que esses eram absorvidos pela sociedade. Dessa maneira, trataremos das questões de diferenciações sociais, da importância do *status* e da mudança do *habitus* inseridos na lógica cortesã trazida junto com a corte, além dos jogos de representação para tecer os laços de interdependência que faziam parte da lógica da sociedade áulica. Durante o período colonial, muitos desses costumes não eram aplicados pelos Vice-Reis porque não havia uma “corte” no Brasil. Também analisaremos a importância das festas e comemorações reais, além das aparições de D. João em público. Nelas o monarca parecia quase divino, angelical, bondoso e muito bem vestido. Esses pontos foram escolhidos por serem os principais fatos citados nos dois tomos escritos pelo Padre Perereca e por isso são de grande importância para a nossa pesquisa. Também relacionaremos esses principais eventos com a descrição de outros memorialistas do mesmo período que narram o mesmo fato.

## CAPÍTULO I

### **Uma escrita áulica: o Padre Perereca e as *Memórias para servir à História do Reino do Brasil*.**

As *Memórias para servir à História do Reino do Brasil* constituem um importante relato acerca dos fatos ocorridos na corte joanina, obra citada por inúmeros historiadores que tiveram como objetivo estudar essa época. A estrutura do seu discurso era característica do Antigo Regime católico e de um indivíduo que fazia parte daquela sociedade; exaltava os princípios católicos e a imagem do príncipe D. João VI. Esse é, sem dúvida, um dos relatos que mais minuciosamente descreve as características do cotidiano da cidade do Rio de Janeiro do início do século XIX. Porém, uma questão que nos instiga previamente em nossa dissertação é como era ser um letrado no mundo colonial onde a maioria da população era analfabeta? Ou melhor, como eram os estudos em uma colônia que carecia de instituições de ensino e até o século XIX não possuía ensino superior? A esses letrados, como o padre Perereca, ou mesmo a elite que havia estudado no Velho Mundo, tornava-se difícil transpassar pelos limites da geografia cultural colonial. Contudo, tanto no mundo colonial como no português, a presença do Antigo Regime e seus costumes tirava do jogo o pensamento iluminista e enraizava o aulicismo e a troca de favores.

<sup>1</sup> Dessa forma, pretendemos com esse capítulo tratar de aspectos da cultura letrada do tempo em que o Padre Perereca vivia até a chegada do príncipe D. João nos trópicos e traçar os aspectos da sua trajetória em vida. Assim, poderemos entender um pouco mais de sua visão e posicionamentos em relação aos fatos narrados em suas *Memórias*.

#### **I.1 A trajetória de Luís Gonçalves dos Santos e suas *Memórias***

---

<sup>1</sup> SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. *A invenção do Brasil: Ensaios de história e cultura*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007, p. 29.

Luís Gonçalves dos Santos era filho do português José Gonçalves dos Santos e da brasileira Rosa Maria de Jesus, nasceu na cidade do Rio de Janeiro em 25 de abril de 1767 e foi batizado em 6 de maio de deste mesmo ano na Igreja de N. S. do Rosário e S. Benedito, catedral do bispado nesse período. Seu pai trabalhava como ourives de prata, mas também era conhecido como ensaiador de peças de ouro. Porém, quando declinou na profissão, retirou-se para Suruí, no recôncavo do Rio de Janeiro.<sup>2</sup>

Seguindo as informações do Cônego Doutor Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, aos sete anos estava matriculado na escola de primeiras letras e, segundo seu mestre José Pinto, rápidos foram os progressos. Após cinco anos já cursava filosofia, cujas aulas assistiu com Jorge Furtado de Mendonça, professor de aula régia que residia na Rua do Sabão, o qual depois de quatro anos o atestou para o ingresso nos estudos superiores. Em 1782 foi cursar filosofia no convento de Santo Antônio com o padre-mestre frei Antônio de Santa Úrsula Rodvalho, religioso do Convento de São Francisco em São Paulo que veio a falecer no Rio de Janeiro em 02 de dezembro de 1817 – foi neste local que o Padre Perereca passou seu último ano se dedicando aos estudos teológicos dogmáticos. Com ainda 18 anos, tornou-se discípulo do professor de grego Marques Pinto, o qual se orgulhava da inteligência e aproveitamento de Luís Gonçalves dos Santos. Nesse período, Luís Gonçalves dos Santos traduziu as orações de Esquinos e Demóstenes, assim como já praticava a leitura da obra de padres gregos. Recebera aulas de retórica, poética e geografia de Manuel Inácio da Silva Alvarenga, poeta lírico e membro da Arcádia Ultramarina que já havia sido preso em 1794 por ordem do vice-rei conde de Resende e ficara condenado na fortaleza da Conceição. Em 1789 ingressara no curso de filosofia racional e moral do professor Agostinho Correa da Silva Goulão, diplomado em Filosofia pela Universidade de Coimbra em 1775, advogado e eleito deputado (não assumindo, contudo, o cargo). Fora dele quem o Padre Perereca ocupou o lugar na cadeira régia mais tarde.<sup>3</sup>

Em 1794, Luís Gonçalves dos Santos recebera ordens sacras e após dois anos tornara-se presbítero cantando a primeira missa no dia do Espírito Santo. Fora escolhido como professor do Seminário da Lapa por D. José Joaquim Justiniano Mascarenhas Castelo Branco por sua ilustração e exemplo de conduta. Depois da morte de Manuel Felício da Rocha, Luis Gonçalves dos Santos foi promovido por D. João na cadeira de Latim nomeado por carta régia de 5 de junho de 1809 como professor de gramática latina e chegou a dar aulas para pessoas

---

<sup>2</sup> SANTOS, Noronha. “Apresentação”. In: SANTOS, Luís Gonçalves dos. *Memórias para servir à História do Brasil*. São Paulo: EDUSP/ Belo Horizonte: Itatiaia, 1981, v.1, p.20.

<sup>3</sup> PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. *O cônego Luís Gonçalves dos Santos: sua vida e suas obras*. Rio de Janeiro: RIHGB, Tomo 25, 1862, p. 163-165.

ilustres na época como o eclesiástico Januário da cunha Barbosa e o matemático Antônio José do Amaral. Segundo Noronha Santos, pouco tempo depois Padre Perereca também participava do Senado da Câmara.<sup>4</sup> Ele “era um dos sacerdotes mais cultos do seu tempo. Sabia grego, latim e hebraico. Conhecia francês, italiano e espanhol”.<sup>5</sup> Segundo Vicente Tapajós, dentre as honrarias simbólicas características da sociedade de Antigo Regime, o Padre Perereca foi Presbítero do Hábito de S. Pedro, cônego da Capela Imperial, recebeu a honra de Cavaleiro da Ordem de Cristo e pertenceu à Academia de Ciências de Lisboa.<sup>6</sup>

Após 17 anos de carreira e já afetado pela surdez, em 1825, o Padre Perereca implorou a D. Pedro I a sua aposentadoria, o que o impedia de exercer os ofícios do magistério.<sup>7</sup> No ano de 1839, Luís Gonçalves dos Santos ingressara no Instituto Histórico e Geográfico como sócio honorário. Segundo Noronha Santos, nesse mesmo ano ele já havia sido nomeado cônego prebendado pela carta imperial de 4 de novembro. Sua aparência não era das mais admiradas, pois Luís Gonçalves dos Santos era homem de baixa estatura, com rosto comprido e lábios grandes, seu nariz era grosso, a testa larga e os cabelos finos e brancos pela idade. Era muito magro e seus olhos grandes e brilhantes eram aliados a sua voz fina e estridente, tornando-o antipático ao convívio social. Porém, essas características lhe renderam o apelido de padre Perereca, pelo qual até hoje é geralmente conhecido. Falecera no dia 1 de dezembro de 1844, às 14 horas, com 77 anos e fora sepultado no dia seguinte em catacumba da igreja de S. Pedro, irmandade a qual passou a fazer parte a partir do dia 6 de maio de 1795 e onde fora tesoureiro dos clérigos pobres.<sup>8</sup>

Sabemos muito pouco acerca da biografia e da trajetória de Luís Gonçalves dos Santos, também conhecido como Padre Perereca. Encontramos apenas um artigo na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro escrito pelo sócio efetivo do mesmo instituto, o Cônego Doutor Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, que fala da vida e obra do Padre, lido na sessão de 8 de outubro de 1861 e publicado em 1862. No início do artigo, Fernandes Pinheiro falava que o Padre Perereca era um dos membros mais ilustres do instituto. Porém, no fim do artigo o autor critica o padre dizendo que não são por certas as *Memórias* e nem continham a elegância e sobriedade de linguagem “nem um sopro de filosófico anima as

---

<sup>4</sup> SANTOS, Noronha, 1981, v.1, p.20.

<sup>5</sup> LACOMBE apud, TAPAJÓS, Vicente Costa Santos. “Padre Perereca”. In: *Dicionário Bibliográfico de historiadores, geógrafos e antropólogos brasileiros*. Rio de Janeiro: IHGB, v.6, 1998, p. 141.

<sup>6</sup> TAPAJÓS, Vicente Costa Santos. “Padre Perereca”. In: *Dicionário Bibliográfico de historiadores, geógrafos e antropólogos brasileiros*. Rio de Janeiro: IHGB, v.6, 1998, p. 141.

<sup>7</sup> Op. Cit., 1862, p. 165.

<sup>8</sup> Ibidem, p. 166.

páginas donde espavorida a crítica”<sup>9</sup> com muito exagero nas descrições. Na visão de Fernandes Pinheiro (1825-1876) “faltavam dotes de historiador: copilador infatigável, nunca devera passar de cronista” e que para ser um historiador teria que selecionar melhor os fatos, segundo a visão oitocentista de História. Já a introdução das *Memórias* escrita pelo historiador Francisco Agenor de Noronha Santos (1876-1954), publicada em 1981 nos forneceu as mesmas informações biográficas que encontramos no artigo de Fernandes Pinheiro, porém com nenhuma crítica e mais homenagens devido a comemoração da publicação. Ainda encontramos um pequeno verbete sobre a biografia do Padre Perereca escrito pelo historiador Vicente Tapajós (1914-1998). Por isso, devido a escassez de informações acerca da biografia do Padre Perereca, não conseguimos nem sequer uma ilustração de sua pessoa. Ainda em vida, o Padre Perereca foi um escritor conhecido, porém a publicação que lhe deu certo destaque foram as suas *Memórias*, uma importante fonte histórica de fatos narrados que ele mesmo presenciou durante a permanência da Família Real no Brasil (1808-1821), e ofereceu com o discurso aos habitantes do Brasil, pois suas *Memórias* foram lançadas após a independência (1822) como um discurso de autoafirmação e legitimação dos benefícios trazidos pela monarquia portuguesa ao Brasil e em defesa dos interesses nacionais.

Ofereço, portanto, aos meus nacionais, não a História do Brasil (...) mas sim, umas Memórias, arrançadas pela ordem cronológica, afim de facilitar aos futuros historiadores os meios de compor a história deste nascente império, achando já coligidos, e formando um só corpo, os fatos, que por ora andam dispersos, em parte desfigurados, e alheios da verdade, ou que ainda não se escreveram, por cujo motivo intitulei Memórias para servir a história do Brasil. (...).<sup>10</sup>

Percebemos no trecho acima o Padre Perereca estava, num certo sentido, forjando uma identidade áulica para os habitantes do novo império, já que a publicação foi feita somente em 1825, quando o Brasil já havia se tornado independente. Para entendermos melhor a importância das *Memórias* naquela época recorreremos aos estudos de Pierre Nora que afirma que a memória é “inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações (...) um elo vivo no eterno presente”, ela surge para a união de um grupo, no nosso caso, para a união dos habitantes do Brasil.<sup>11</sup> Na perspectiva de Michel Pollak,

---

<sup>9</sup> Ibidem, p 168.

<sup>10</sup> SANTOS, Noronha, 1981, v.1, p.34.

<sup>11</sup> NORA, Pierre. “Entre Memória e História: a problemática dos lugares”. *Projeto História*. São Paulo, n. 10, 1993, p. 9.

*memória* é uma operação coletiva dos fatos do passado que se quer salvaguardar. Assim, a referência ao passado “serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementaridade, mas também as oposições irreduzíveis”.<sup>12</sup>

*Memórias* como as do padre Perereca são classificadas, no século XIX, como escritos “não-ficcionais”, pois estão associadas às “descrições” de um fato ocorrido. Porém, não podemos excluir as diversas possibilidades intrínsecas através do relato descrito do acontecimento que lhe interessa relatar ao público leitor. Recorrendo aos escritos de Robert Darnton, podemos concordar que a leitura de atores sociais com os quais estudamos deve destacar que é “tão problemático para nós ler a descrição do nosso autor como foi para escrevê-la. Cada frase expressa uma consciência, precisamos concentrar-nos mais nos modos de descrever do que nos objetos descritos”.<sup>13</sup> Para o historiador Marc Bloch, também ao investigarmos o passado e os fatos humanos estamos trabalhando com os “vestígios” deixados pelos personagens que analisamos. Ao entendermos a percepção do nosso objeto em meio as relações sociais, Bloch ressalta que:

(...) no imenso tecido dos acontecimentos, gestos e palavras de que se compõe o destino de um grupo humano, o indivíduo percebe apenas um cantinho estreitamente limitado por seus sentidos e sua faculdade de atenção; porque, além disso, ele nunca possui a consciência imediata senão de seus próprios estados mentais.<sup>14</sup>

No início do século XVIII., o “*Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico*” de Rafael Bluteau, definiu a *Memória* como a “faculdade da alma a qual se conserva as espécies de passadas e por meio da qual nos lembramos do que vimos e ouvimos.”<sup>15</sup> Ela é caracterizada como tesoureira por guardar todas as nossas lembranças. “Livrinho, em que deixamos apontados o que queremos lembrar (...) também chamam alguns autores modernos os livros em que dão conta as negociações próprias ou alheias das quais foram testemunhas de vista”. A preocupação da narrativa de tal acontecimento, a vinda da corte portuguesa para o Rio de Janeiro, fora tida também por outros contemporâneos a Luis

---

<sup>12</sup> POLLAK, Michael. “Memória, Esquecimento, Silêncio”. *Estudos Históricas*. Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, 1989, p.9.

<sup>13</sup> DARNTON, Robert. *O grande massacre dos gatos*. Trad. Sonia Coutinho. Rio de Janeiro: Graal, 2001, p.144.

<sup>14</sup> BLOCH, Marc. *Apologia da História: ou ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p.70.

<sup>15</sup> BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico ...* Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712 – 1728, v.5, p. 414-418.

Gonçalves, principalmente os viajantes<sup>16</sup>, o que nos faz ter diferentes perspectivas sobre o período. Entretanto, o “*Diccionario da lingua portugueza - recopilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por ANTONIO DE MORAES SILVA*”, cuja primeira edição foi publicada na data de 1789 e a segunda de 1813 por Antônio Moraes, definiu que a *Memória* também significava “escritos de narrações políticas”<sup>17</sup>, temática que as *Memórias* do Padre Perereca também abordam. A versão contada nas *Memórias* de Luís Gonçalves dos Santos foi a legitimada e tomada pelo governo como a verdadeira história dos tempos de D. João, tornando até os dias de hoje, um dos mais importantes relatos do período. É importante deixarmos claro que não é de nossa pretensão aprofundar nossos estudos sobre a carreira política de Luís Gonçalves dos Santos no período em que atuou na câmara, mas nosso trabalho é aprofundar as questões inseridas em suas *Memórias* perante o contexto da época.

A publicação impressa das *Memórias* foi feita pela Tipografia Régia de Lisboa no ano de 1825 com a devida licença da Mesa do Desembargo do Paço que era exigida na época. Cremos que a publicação foi lisboeta porque o Padre pertenceu à Academia Real das Ciências de Lisboa.<sup>18</sup> Entretanto, o ano da publicação foi que nos deixou com certa dúvida, pois não se tratava de uma homenagem à independência que fora em 1822 e nem a morte de D. João, que veio a falecer em 1826. Por isso, pesquisamos nos volumes originais se havia alguma indicação sobre o motivo de ter sido nesse ano em especial, mas encontramos apenas algumas páginas em falta por terem sido arrancadas por visitantes, cremos. O título completo de sua obra é *Memórias para servir a História do Reino do Brasil dividida em três épocas da Felicidade, Honra, e Glória; escritas na Corte do Rio de Janeiro no ano de 1821, e oferecidas a Sua Majestade El Rei Nosso Senhor o Senhor D. João VI pelo P. Luiz Gonçalves dos Santos*. Atualmente e em nossas referências bibliográficas utilizamos o texto reduzido.

---

<sup>16</sup> Dentre os principais viajantes, podemos citar os relatos mais conhecidos e publicados como: DEBRET, Jean Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, v.1 e 2, 1978; LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. São Paulo: Livraria Martins, 1942; MAWE, John. *Viagens ao interior do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1978; GRAHAM, Maria. *Diário de uma viagem*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1990; RUGENDAS, Johann Moritz. *Viagem pitoresca através do Brasil*. São Paulo: Círculo do Livro, 1987; SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelas províncias de Rio de Janeiro e Minas Gerais*. São Paulo: Companhia Nacional, 1938; SPIX; MARTIUS. *Viagem pelo Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1976; VON LEITHOLD, T.; VON RANGO, L.. *O Rio de Janeiro visto por dois prussianos*. São Paulo: Companhia Nacional, 1966. O'NEIL, Thomas. *A vinda da Família Real portuguesa para o Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2007.

<sup>17</sup> SILVA, Antonio Moraes. *Diccionario da lingua portugueza - recopilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por ANTONIO DE MORAES SILVA*. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813, v.2, p.286.

<sup>18</sup> TAPAJÓS, Vicente Costa Santos, 1998, v.6, p. 141.

A obra está dividida em dois tomos e em três épocas ou partes. A primeira época foi chamada de *Felicidade* ou *Narração da chegada de Sua Alteza o Príncipe Regente, Nosso Senhor a cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro, capital da América portuguesa, no sempre memorável Dia 7 de Março do ano de 1808, e como foi recebido pelos seus leais vassallos moradores da mesma cidade*. Essa felicidade está relacionada com o fato de ter um soberano europeu em terras tropicais trazendo o maior *status* para a cidade e para os que aqui habitavam. Nessa descrição, o Padre Perereca falava a todo o tempo na alegria que o povo sentia em servir a realeza ou na organização de eventos para com essa.

Seguindo a ordem cronológica como colocou o Padre Perereca, a segunda parte foi nomeada como *Honra do Brasil* poderia também ser chamada de *Abreviada exposição da elevação do Estado do Brasil à graduação de Reino, do falecimento de S. M. F., a Senhora D. Maria I, da chegada de S. A. R. Arquiduquesa D'Áustria esposa do Sereníssimo Senhor Príncipe Real, e outros notáveis acontecimentos até o dia 6 de Fevereiro de 1818*. Nesse momento, o Padre Perereca descreve o sentimento de honra e gratidão devido à elevação do Brasil a Reino, como forma de reconhecimento de “bons” súditos que os habitantes do Rio de Janeiro eram. Assim, novamente o *status* da cidade subia, pois lhe foi acrescentado esse outro título que, nesse caso, nos parece que servia mais como um bem simbólico do que material.

A terceira e última época foi chamada de *Glória do Brasil* ou *Notícia da gloriosa aclamação de Sua Majestade fidelíssima o Senhor D. João VI, dos nascimentos da Sereníssima Princesa Maria da Glória, e do Sereníssimo Senhor Príncipe D. João Carlos, e de muitos sucessos, que ocorreram até 26 de Fevereiro de 1821, em qual S. M. El Rei Nosso Senhor se dignou a sancionar a Constituição da Monarquia Portuguesa*. Nessa época, Padre Perereca se comporta como bom vassallo, pois não via o retorno de D. João como uma derrota ou grande perda para o Brasil. Mas demonstra uma certa tristeza quando não descreveu mais detalhes sobre o ocorrido e encerra suas *Memórias*.

Além da publicação das *Memórias para servir ao Reino do Brasil*, em dois volumes, o Padre Perereca chegou a publicar outros trabalhos, porém em sua maioria sobre assuntos religiosos<sup>19</sup> e políticos<sup>20</sup>. Segundo Noronha Santos, o estudo bibliográfico do Dr. Joaquim

---

<sup>19</sup> *A Voz da Verdade, da Santa igreja católica, confundindo a voz da mentira de amante de humanidade, para sedativo de efervescência casamenteira dos modernos celibataristas*. Rio de Janeiro, 1820. (Série de 16 cartas sobre as primeiras eras do catolicismo, opinando a favor do celibato clerical); *A impiedade confundida ou refutada da carta de Talleyrand – escrita ao Papa Pio VII*. Rio de Janeiro, 1820. (Teve segunda edição em Pernambuco em 1838, segundo Noronha Santos); *Exame ortodoxo que convence de má fé, erro e de cisma a análise da reforma do Exmo. E Revmo. Sr. Arcebispo Metropolitano da Bahia – feita pelo Dr. Manuel Joaquim do Amaral Gurgel*. Rio de Janeiro, 1825; *O celibato clerical e religioso defendido dos golpes da impiedade e da libertinagem dos correspondentes da Austrália – com apêndice sobre o voto separado do Sr. Padre Feijó*. Rio de Janeiro, 1827. (Essa publicação teve resposta do Padre Feijó em 1827, o qual dizia que o Padre Perereca estava

Caetano Fernandes Pinheiro <sup>21</sup>, publicado pela Revista do Instituto Histórico, faz referência de outros escritos que seriam de autoria do Padre Perereca.

Segundo Jörn Rüsen, em *Razão histórica*, a consciência histórica representa um jogo em que o lembrar e o esquecer são as regras; fornecem as referências temporais que o passado se responsabiliza com a finalidade de estabelecer uma representação de continuidade instituidora de identidade. Para Rüsen “A identidade é, contudo, uma relação entre os grupos humanos consigo mesmos, a qual se põe, por sua vez, em relação com os demais homens e grupos humanos”<sup>22</sup>; a identidade é um momento fundamental para a socialização humana. De fato, ao interpretarmos um documento histórico nos deparamos com uma identidade forjada pelos indivíduos que interagem entre si. Para a constituição da identidade faz-se necessária uma luta entre indivíduos, grupos, sociedades, culturas, que tentam se afirmar em relação ao outro. Neste sentido, é possível imaginar que uma das fortes motivações que certamente ordenou a construção do texto do Padre Perereca foi sua explícita intencionalidade de

---

falando absurdos); *Réplica Católica à resposta que o reverendo Sr. Deputado Diogo Antônio Feijó deu ao livro Celibato clerical e religioso*. Rio de Janeiro, 1827; *Apologia dos bens religiosos do Império do Brasil contra o plano dos usurpadores*. Rio de Janeiro; *Setenário das Dores de Maria Santíssima*. (Segundo Noronha Santos, ele encerra a obra com uma poesia de Eloi Otoni); *Desagravo do clero e do povo católico fluminense ou refutação às mentiras de um impostor que se intitula missionário do Rio de Janeiro e enviado pela Sociedade Metodista episcopal de Nova York – para civilizar e converter ao cristianismo os fluminenses*. Rio de Janeiro, 1837. (Nesse caso, o padre se referia a Daniel Parish Kidder); *Análise do anúncio do vendedor de Bíblias*. Rio de Janeiro, 1838; *Discurso sobre a conferência dos bispos, no qual se examina a matéria pelos princípios canônicos etc. – pelo cardeal D. Pedro Inguanozo rivero – Traduzido de espanhol*. Rio de Janeiro, 1840; *O católico e metodista, ou refutação das doutrinas herética se falsas que os intitulados missionários do Rio de Janeiro, metodistas de Nova York tem vulgarizado nesta Corte – a que se junta uma dissertação sobre o direito dos católicos de serem sepultados nas igrejas e seus adros*. Rio de Janeiro, 1838; *Espírito da Bíblia ou moral universal cristã – tirada do antigo e novo testamento – escrito em italiano pelo abade A. Martini e traduzido em espanhol e acrescentado etc.* Rio de Janeiro, 1840; *A fé católica e o símbolo dos católicos – provado e explicado pelas santas escrituras do novo testamento, precedido de conferências e discursos exprobatórios e de uma introdução demonstrativa*. 3 tomos. Niterói, 1847.

<sup>20</sup> *Justa retribuição dada ao compadre de Lisboa, em desagravo dos brasileiros ofendidos por várias asserções que escreveu em sua carta, em resposta ao compadre de Belém – pelo filho do compadre do Rio de Janeiro, que a oferece e dedica aos seus patrícios*. Rio de Janeiro: Tipografia Régia, 1821. (estes relatam injúrias escritas em Portugal contra o Brasil. Segundo Noronha Santos existe outra edição corrigida e aumentada que foi publicada em 1822 pela Tipografia Nacional); *A impostura desmascarada ou resposta que o filho do compadre do Rio de Janeiro dá ao compadre do Rio S. Francisco do norte*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1821; *Resposta analítica a um artigo do “Português Constitucional” em defesa dos direitos do Reino do Brasil*. Rio de Janeiro: tipografia Nacional, 1822. (Publicada com o pseudônimo *Fluminense*); *O Campeão de Português em Lisboa, derrotado por terra, a golpes da verdade e da justiça por um brasileiro, natural do Rio de Janeiro – Ofertada e dedicada aos amantes da causa do novo Império*. Rio de Janeiro: Tipografia de Torres e Costa, 1822; *O império considerado em suas relações políticas e comerciais por La Veumelle – Novamente correta e adicionada pelo autor – Traduzida por “Um brasileiro”*. Rio de Janeiro: Tipografia de Plancher, 1824; *Antídoto Salutífero contra o “Despertador Constitucional” e exorcismo contra o mesmo*. Rio de Janeiro: 1825.

<sup>21</sup> *Novenas do Santíssimo Sacramento – Meditações sobre os textos eucarísticos do evangelho (tradução); Breve exercício em honra do doloroso coração de Maria Santíssima (traduzido do italiano); Inês – comédia; A Congregação do oratório na Casa do Espírito Santo*.

<sup>22</sup> RÜSEN, Jörn. *Razão Histórica: teoria da história*. Trad. Estevão Rezende Martins. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001, p. 86-7.

construir uma identidade áulica acerca da cidade do Rio de Janeiro a partir do advento da vinda e estabelecimento da corte portuguesa naquela parte do Império.

Assim, na maior parte das narrativas das *Memórias*, o Padre Perereca se ocupou em relatar e ressaltar as festas reais de grande importância e as honrarias recebidas pelos súditos de sua época. Isto porque, segundo a historiadora Juliana Gessuelli, as festas eram tão importantes que se previa nas regulamentações das câmaras municipais punições a quem não comparecesse<sup>23</sup>, como veremos posteriormente em nossa dissertação. Assim, além da fiscalização das câmaras, os festejos públicos foram descritos minuciosamente no jornal da época, a *Gazeta do Rio de Janeiro*, jornal feito da Tipografia Régia para a divulgação das notícias do Brasil e do mundo, além dos anúncios sobre os serviços prestados na cidade. Devido a essa grande importância das festas reais é que acreditamos que as *Memórias* davam e tiveram seu maior foco nesses eventos públicos, pois eram acontecimentos que fugiam a ordem comum e tinham um papel maior do que do divertimento – tratava-se de um contrato social entre o monarca e seus súditos. Nesse caso, as *Memórias* seriam uma forma de manipulação da imagem de D. João para auto-afirmar o amor e a união da monarquia e os habitantes do Brasil? De fato, a presença de uma corte européia transladada e estabelecida na América chamava a atenção e criava expectativa em todos na época, o que certamente motivou um relato tão detalhado dos anos em que D. João permaneceu no Rio de Janeiro. Portanto, as descrições que Padre Perereca fez acerca da vinda e da permanência da Família Real visavam a construção de um discurso áulico acerca dos fatos ocorridos.

## 1.2 A escrita áulica

---

<sup>23</sup> MEIRELLES, Juliana Gessuelli. *Imprensa e poder na corte joanina: A Gazeta do Rio de Janeiro (1808-1821)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003, p. 92.

Sabemos, segundo o sociólogo Norbert Elias, que a corte deve ser considerada como uma sociedade, ou seja, uma formação social que possui maneiras específicas para com as relações existentes entre os indivíduos e em que as dependências recíprocas que ligam os indivíduos uns aos outros geram códigos e comportamentos originais. Entretanto, a sociedade de corte deve ser entendida como uma sociedade dotada de uma corte e inteiramente organizada a partir dela. A corte do Antigo Regime acumulou duas funções: a de instância máxima na estruturação da grande família real e a de órgão central da administração do Estado como um todo, ou seja, a função de governo. De acordo com o sociólogo Norbert Elias, inicialmente a corte não tinha o caráter de *ethos* oficial ou profissional, mas deu origem ao sentimento de obrigação pessoal em relação a um homem mais poderoso, ou do medo diante dele. Assim construíram-se alianças e rivalidades familiares, amizades e inimizades pessoais.<sup>24</sup> A ascensão da corte está atrelada ao impulso da centralização do poder do Estado, e na sociedade de corte o rei era, portanto, sempre a figura central onde cada um dos grupos deseja uma coligação, uma aliança. Os dois grupos dominantes devem ser rivais para não se unirem contra o poder real. Isso gera um equilíbrio marcado por tensões onde o rei mantinha-se aparentemente distante, esperando a oportunidade para agir como pacificador.<sup>25</sup> Sendo assim, a corte real e a sociedade de corte são figurações específicas, formada por indivíduos e estruturada através da individualização e diferenciação. Dessa forma, quando a sociedade de corte tornou-se autônoma de constituição, então a etiqueta social evidenciava-se como um medidor altamente sensível e um instrumento de indicação altamente confiável do prestígio e valores dos indivíduos em sua estrutura de relações sociais.<sup>26</sup> Essa sociedade não é um fenômeno que existe fora dos indivíduos, na realidade são esses indivíduos que a constitui; os indivíduos da sociedade de corte não existem fora dela, somente dentro dessa lógica social e através dessa é onde se permite tal convivência. A corte não passa de uma grande extensão da casa e dos assuntos domésticos do rei, descendente da dominação patriarcal correlato no caráter patrimonial do Estado na corte, ou seja, Estado cujo o órgão central é formado pelo domicílio do rei em sentido amplo, portanto pela “corte”.<sup>27</sup> Para Elias, o conceito de “figuração” serve para expressar esse estado de coisas. Já os conceitos de “indivíduo” e “sociedade” geralmente são usados para se referir a duas substâncias diferentes e estáveis.

---

<sup>24</sup> ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte: Investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p. 27.

<sup>25</sup> *Ibidem*, p.181-182.

<sup>26</sup> *Ibidem*, p. 33.

<sup>27</sup> *Ibidem*, p. 66.

Apesar de conceitos que tratam de processos que se diferenciam, estes não são indissociáveis, de acordo com Elias.<sup>28</sup>

Recorremos novamente ao dicionário de início do século XVIII escrito pelo Padre Rafael Bluteau, para entendermos o significado de *Corte* que era “lugar onde reside o rei assistido por Oficiais e Ministros da casa real (...) ajuntamento de gente”.<sup>29</sup> Já no verbete da palavra *áulico*, Bluteau coloca que era “palaciano, homem de corte; Justo é que os áulicos sejam anjos”<sup>30</sup>, atrelando assim a imagem Real com a imagem de algo divino, puro. Ao buscarmos o mesmo verbete no dicionário de Antônio Morais, o autor acrescentou que são “as pessoas reais e as que os acompanham.”<sup>31</sup> no verbete da palavra *áulico*, o significado permaneceu o mesmo de Bluteau.<sup>32</sup> Portanto, quando tratamos da corte não estamos falando somente de um local, mas também dos indivíduos que a freqüentam e da dinâmica em que estes estavam inseridos.

Um elemento importante na configuração do chamado *ethos* cortesão seria a idéia de dignidade, valia ou honra; quando é aplicado a determinados indivíduos ou atividades torna primordial o desenvolvimento das classes e das diferenças sociais.<sup>33</sup> Segundo Goffman, ócio e propriedade se apresentam como elementos da estrutura social. Por isso, nenhuma posição social é conseguida sem o acúmulo de propriedade, de riquezas. E com o passar do tempo, a riqueza que antes era conquistada através de guerras ou esforço próprio passa a se refinar, pois os bens passam a ser adquiridos como herança e a vida ociosa por si mesma é maravilhosa e confortável aos olhos dos homens civilizados. Dessa forma, o trabalho torna-se desonroso, como um atestado de pobreza. Em contrapartida, o mérito da riqueza e da posição social na sociedade de Antigo Regime é a insistência sobre o ócio. Contudo, o termo “ócio”, de acordo com a conotação estudo, significa o tempo gasto em atividade não produtiva.<sup>34</sup> Podemos então entender o hábito da leitura e de ser letrado como um símbolo de diferenciação, de status, principalmente se pensarmos na sociedade colonial que era quase toda analfabeta. Para o indivíduo da modernidade, segundo Goffman, “a boa educação não é somente um sinal de excelência do homem, que resulta de um fato anterior, mas um traço

---

<sup>28</sup> Ibidem, p. 43-45.

<sup>29</sup> BLUTEAU, Raphael, 1712 – 1728, v.2, p. 575-6.

<sup>30</sup> Cf. BLUTEAU, Op. Cit., 1712- 1728, p. 675-676.

<sup>31</sup> SILVA, Antonio Moraes. *Diccionario da lingua portugueza - recopilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por ANTONIO DE MORAES SILVA*. Lisboa: Typographia Lacerdina, v.1, 1813, p.481.

<sup>32</sup> Ver: Cf. MORAIS, Op. Cit. 1813, p. 232.

<sup>33</sup> GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. Trad. Maria Célia Santos Raposo. Petrópolis: Vozes, 1985, p. 11.

<sup>34</sup> Ibidem, p. 16-24

integrante da excelência no homem”.<sup>35</sup> Por isso, quanto mais livros um indivíduo lia, mais tornava-se respeitável e civilizado e ao mesmo tempo afastado da “cultura bárbara” perante a sociedade. E a escrita áulica servia e era incentivada para a auto-afirmação de uma figura real ou de seu governo, usada como uma forma de promovê-lo.

Dessa maneira, as *Memórias* eram uma forma de auto-afirmação do poder real que se entrelaçavam para a dominação do poder real. A representação do monarca, à imagem projetada nos meios de comunicação (livros, moedas, quadros, peças de teatro, etc) era elaborada para a criação de uma identidade áulica. Dessa forma, o Padre Perereca escreveu suas *Memórias* para a criação de uma imagem simbólica da autoridade e grandiosidade de D. João. E como o Príncipe Regente e seu conselho eram instruídos pela arte da retórica, tinham consciência dos métodos pelos quais os indivíduos podem ser manipulados através da linguagem simbólica.<sup>36</sup> A imagem real deveria ser considerada uma produção coletiva com a contribuição de pintores, escultores, gravadores<sup>37</sup> e, no nosso caso, memorialistas. A imagem do rei como patrocinador das artes e a mitificação dos papéis políticos funcionam como instrumentos de auto-afirmação através do discurso do Padre Perereca.

No caso do Padre Perereca, vemos a construção de uma imagem paternalista de D. João, como se o Príncipe tivesse vindo socorrer os “filhos” do Brasil. A figura paternal cabia a enorme responsabilidade de liderar e manter a família, isso explicava seu poder ilimitado sobre os outros membros domésticos. O “pater” era apresentado como aquele que amava o “bem comum” da comunidade doméstica, e era esse amor que o fazia exercer um bom governo. Os indivíduos da sociedade de Antigo Regime abriam mão do individualismo em prol do bem estar comum e pelo amor que sentia pelo soberano, segundo a historiadora Daniela Frigo.<sup>38</sup> Dessa forma, o Príncipe podia estender a sua jurisdição econômica na corte através da “economia da graça”, atitudes que satisfiziam os cortesãos que lhe prestavam “serviços”, costume presente desde o período medieval.<sup>39</sup> Essa “extensão familiar” da corte fazia com que o poder do Príncipe tivesse um caráter paternal o qual tinha uma paterna tutela sob os súditos, pois a figura paterna tinha uma autoridade “natural” no seio da vida doméstica. Assim, era dever do “pai administrador” cuidar dos campos e melhoramento, a gestão das

---

<sup>35</sup> Ibidem, p. 26.

<sup>36</sup> BURKE, Peter. *A fabricação do rei: A construção da imagem pública de Luís XIV*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994, p.24;

<sup>37</sup> Ibidem, p. 58.

<sup>38</sup> CARDIM, Pedro António Almeida. “Uma ordem amorosa”. In: *O Poder dos Afetos: Ordem amorosa e dinâmica política no Portugal do Antigo Regime*. Universidade Nova de Lisboa: Lisboa, 2000, p. 213. (Tese de doutorado)

<sup>39</sup> FRIGO, Daniela. “‘Disciplina Rei Familiar’: a economia como modelo administrativo de Ancien Regime”. In: *Revista Penélope – Fazer e Desfazer A História*, nº 6, Setembro de 1991, p. 51.

águas nascentes e seu encanamento, as condições de salubridade, normas para a construção de casas, os conselhos sobre a educação dos filhos, sobre a alimentação e a saúde.<sup>40</sup> Esse era o perfil de um bom governante do Antigo Regime, imagem qual o Padre Perereca pretendia transmitir em seus escritos.

O chamado Estado Moderno, segundo o historiador Pablo Fernández Albaladejo, desde seu surgimento, monopolizava e girava em torno das características que vão compor e definir o estado contemporâneo. Porém, sabemos que se trata de um estado muito diferente do atual, pois está voltado para a cultura do direito comum, o “bem comum”, onde a pessoa era vista com um ser individual apenas em condições jurídicas e particulares. Assim, o Príncipe enquanto soberano tem a função de governar e amparar o bem público e sua relação com o cortesão torna-se uma representação de várias personalidades (personas imaginadas), onde a sua atuação fará com que possa desfrutar dos privilégios com as pessoas formando as redes de interdependências.<sup>41</sup>

Numa sociedade tradicional, as gentilezas, os ritos e as festas são alguns dos momentos aonde a circulação de riquezas formaliza um contrato mais geral e permanente, segundo Marcel Mauss. Nos padrões desse contrato, as prestações e as contraprestações são feitas de forma voluntária, contudo tornam-se também obrigatórios sob pena de guerra privada ou pública, o que o autor chama de *sistema de prestações totais*. A rivalidade dessas práticas passa de geração em geração, uma luta por status e permanência no topo da hierarquia social da sociedade. Os contratantes rivalizam-se através dos presentes, o que obriga ao agraciado a retribuir o presente recebido, fator que torna essa prática dinâmica. Mesmo nos rituais religiosos essas trocas firmam contratos entre os deuses (encarnados por pessoas vivas, em geral, crianças mascaradas) e os seus servos terrenos, que os presenteiam em troca de algum pedido ou em agradecimento do que foi atendido. Essa dádiva acalma os espíritos e os torna bondosos. Aplicando essa lógica na realidade cortesã, poderíamos personificar o espírito dos deuses na figura do rei, que por ser bondoso e generoso deve ser agradado pelos súditos, visto que ele foi escolhido por Deus para governar na Terra. Para Mauss as festas servem para trocas voluntárias e obrigatórias, selando a amizade entre duas pessoas, que não podem ser recusadas. Ao tratar do *kula*<sup>42</sup> e dos *wasi*<sup>43</sup>, o autor mostra como as dádivas são trocadas por obrigatoriedade e interesse, tendo um prazo estabelecido para a retribuição. A não retribuição

---

<sup>40</sup> Ibidem, p. 54-62.

<sup>41</sup> ALBALADEJO, Pablo Fernández. “Los Austrias mayores”. In: DOMÍNGUEZ ORTIZ, Antonio (coord). *Historia de España*. Barcelona: Planeta, 1993, p. 87-88.

<sup>42</sup> O Kula é o ponto culminante e o mais solene do vasto sistema de trocas de presentes intertribais, sendo aplicado em tribos parceiras e não parceiras, mas que selam um contrato entre elas.

<sup>43</sup> Igual ao kula, mas os parceiros são sempre os mesmos.

do presente implica com a honra e o prestígio do indivíduo perante os demais, pois é estabelecida uma rivalidade durante a troca de quem será o mais rico e inferioriza aquele que não retribuiu. E, assim como nas sociedades de corte do Antigo Regime, “perder o prestígio é como perder a alma”.<sup>44</sup> A dádiva é aquilo que se recebe e também o que se torna perigoso receber, mas sempre deve ser aceita com “gentileza”. Assim, essas trocas de riquezas carregadas de simbolismo fazem parte da etiqueta, um jogo onde se dá e se recebe, estabelecendo a lógica da economia moral.

Curiosamente a historiografia vem produzindo estudos nas últimas décadas sobre o mundo ibérico para melhor compreender que existem inúmeras semelhanças entre essa dinâmica social exigida pelas sociedades tradicionais, estudadas por antropólogos como Mauss, Malinovsky, etc., e as configurações da dinâmica social da sociedade de Antigo Regime. Esta última era constituída pela tríade obrigação da dádiva (dar, receber e retribuir) e na natureza do conceito de amizade aristotélica, presente na base da formação de redes clientelares que comandavam a ação política e o tecido social. O “dom” é um exemplo paradoxal das obrigações sociais decorrentes do “governo de si mesmo”. O que deveria ser por natureza um ato gratuito transformando-se numa parte da realidade normativa complexa do Antigo Regime, retirando toda a espontaneidade do ato e o transformando na unidade de uma série de atos benéficos infinitos. Dom e contradom surgem como elementos centrais estruturantes das relações políticas e sociais do Antigo Regime. Nesse sentido, os autores ressaltam que as relações entre benfeitor (aquele que dá) e beneficiado (aquele que tem a obrigação de retribuir), eram estabelecidas não só numa esfera econômica, mas, principalmente, política e simbólica, que modificava de acordo com a posição dos atores nos diversos espaços sociais. Os prazos das dívidas que se estabeleciam nessas relações eram difíceis de precisar, mas fortaleciam os laços que uniam ambas as partes, pois a prática da economia do dom provoca a obrigação do contradom.

A dualidade entre graça e reciprocidade, no qual as pessoas dessa sociedade de Antigo Regime estavam inseridas, criam cadeias e espirais hierárquicas onde no topo estava o rei. Nesse ponto, devemos ressaltar as amizades desiguais, que é a qual legitima a relação entre os homens livres, como, por exemplo, a do rei e seus súditos. Dessa forma, existe um modelo de troca, pois o indivíduo que está na posição inferior sempre recebe mais do que o superior; assim a riqueza econômica é convertida em poder e na auto-reprodução do mesmo (*effetus* em troca de *affetus*), que é perfeitamente aplicado às redes clientelares auto-sustentadas. Por isso, foi

---

<sup>44</sup> MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. Trad. Lamberto Puccinelli. V.2. São Paulo, EDU, 1974, p.106.

estabelecido um padrão de riqueza para a manutenção do status usado também nas estratégias de ascensão e, por esse motivo, muitas vezes o financiamento econômico dessa ostentação advinha dos pólos socialmente inferiores. Isso ocorria, é claro, por meio de uma troca que girava em torno dos bens simbólicos, oferecidos em troca dos bens econômicos pela busca incessante pelo reconhecimento social. Portanto, para a obtenção desses bens simbólicos eram elaboradas estratégias para alcançar o prestígio. Dessa forma, o ato de dar podia consistir num investimento de poder social. Assim, o ato de dar é um importante ato político, pois além de ser uma via de propaganda (publicidade), as ações de caridade também são utilizadas na legitimação de poder, constituindo uma imagem de um rei que se adequava aos valores estimados pelo povo. A prática da *régia largitio* estabelece a formação dessa imagem real, presente nos atos públicos caracterizadas pela ritualização e pela prática de representação, pois cada gesto do rei inseria-se um valor de prestígio extremamente disputado que delimitava a posição hierárquica de cada um. Essas práticas tornavam-se meios de estabelecer essas redes de interdependências, pois através dos mecanismos sociais de comunicação (por meio da representação) e da estruturação do poder, é onde todo o ordenamento da sociedade se reconstrói e se revê nesse momento. Esse era um momento onde não só a imagem do rei é fortificada, mas também a de outros detentores de poder que não fosse ele. A magnificência é integrada a produção e ao fortalecimento da economia baseada no dom. A valorização social e política são estrategicamente pensadas através do ato de dar para o cultivo da reciprocidade, de tal maneira que essa gratidão torne-se interminável. Estas relações de dependência eram aplicáveis nas relações entre os indivíduos e também pelas instituições, ampliando as redes clientelares de modo transindividual e transgeográfico por meio das decisões tomadas pela administração de determinado reino de acordo com o seu interesse.

Na relação com o monarca, a troca de favores inclui implicitamente o compromisso de retribuição mesmo quando o súdito não é agraciado, fazendo questão de demonstrar mesmo assim sua obediência e fidelidade. Assim, percebe-se que os favorecidos estão na situação econômica desvantajosa, necessitando dos favores e se submetendo a “economia do dom”, e o outro se submete, obrigado pela “economia da gratidão”, na espera do prestígio social, ou seja, as duas economias baseiam-se na troca de vantagens onde a gratidão torna-se uma obrigação moral. De certa forma, as retribuições da realeza a seus súditos em prol dos serviços prestados parece ter certa obrigatoriedade, enraizada pelo costume da retribuição. Nessa economia de favores, o rei também está sujeito a constrangimentos e contingências, pressionados pelas casas de maior influência a tomar determinadas decisões. Mesmo tendo o poder absoluto, o soberano via-se restrito a determinadas ações. Percebe-se que a economia

do dom e as redes clientelares eram primordiais na relação do soberano com seus súditos, nomeando os mais próximos e participantes do *habitus*, uma diferença simbólica e constituída por uma linguagem – que pode ser o dom -, ou seja, tornam-se signos distintivos. Assim, atitudes como o ato de dar e receber continha um significado simbólico, ou mesmo tornava-se um importante capital simbólico na medida em que são demarcadas essas diferenças através de todas as atitudes que compunham as redes clientelares.

Segundo Bartomé Clavero, se não por gratuidade, a amizade cobrará um contraprestação de favores sociais e pessoais, políticos e econômicos: a antidora. Ou mais, a antidora pode constituir uma obrigação de direitos.<sup>45</sup> A graça do recebimento do dom implica o contradom, essa lógica é fundamental para a sociedade de Antigo regime, pois assim teciam-se as redes de amizade ou inimizade. A antidora entre o rei e seus súditos era pública e visível para todos era a afetividade que os unia, segundo Pedro Cardim. Mas, para manter essa relação amorosa era necessário cumprir as obrigações morais de serviço e gratidão.<sup>46</sup>

Signos e símbolos são usados para distinguir o rei dos demais indivíduos, principalmente quando tratamos de sua função desses bens simbólicos. A sociedade como um todo representava um corpo e nesse corpo cada um era simbolizado por uma parte, onde o rei possuía a função da “cabeça”. Esse signo lhe atribuía o ofício de garantir a harmonia em seu reinado, representando a unidade do todo. Nesse sentido, os rituais e as festas confirmavam o contrato entre o soberano e seus vassalos. O autor atribui a historiografia os créditos da possibilidade de releitura do ofício do rei relacionando o elemento de constrangimento do poder de príncipes e súditos, mesmo quando dão e recebem, tentando incansavelmente superá-lo.

A esfera particular, a doméstica, também acabava por se tornar em instrumento de diferenciação, ou seja, quanto mais próximo e íntimo do rei mais o indivíduo será respeitado socialmente. A circulação social da corte tem duas faces: por um lado equivale a vida particular, proporcionando divertimento e prazer; e, por outro, equivale à vida profissional, sendo uma via de auto-afirmação e progresso em sua carreira. Até mesmo as casas tornavam-se ambientes profissionais, pois o conceito de “particular” se fundia com o profissional.<sup>47</sup> Outro instrumento de diferenciação importante são as profissões. Na França, em torno de 1750, entrar para o clero, tornar-se oficial, entrar na carreira de magistrado eram profissões

---

<sup>45</sup> CLAVERO, BARTOLOMÉ. *Antidora: Antropologia católica de La economia moderna*. Mi8lão: Giuffrè Editore, 1991, p. 104.

<sup>46</sup> CARDIM, Pedro. António Almeida, 2000, p. 253.

<sup>47</sup> ELIAS, Norbert, 2001, p. 74-76.

bem vistas, enquanto o restante de população que tem profissões outras, principalmente as ligadas aos ofícios manuais, que são vistas como humilhantes.<sup>48</sup>

Contudo, as instituições do Antigo Regime estavam impregnadas pelos laços afetivos, os sentimentos e ao universo emocional, o que o historiador Pedro Cardim chama de “poder dos afetos”. Nessa época, o impulso afetivo forjava o sistema de crenças, normas, comportamentos e instituições. Para Cardim, a história do Amor e da amizade está estreitamente relacionada com a história do poder. Atualmente vivemos numa sociedade fundada nos acordos racional entre critérios racionais e técnicos que definiram o seu cotidiano regulado, a “sociedade dos indivíduos”. Porém, a política do Antigo Regime estava baseada na instabilidade das amizades e alianças. O amor era a antítese da legalidade, uma instância imparcial, laços sociais entre os indivíduos que sentiam afeto um pelo outro. Por outro lado, a figura carismática era aquela que protegia, mas também causava receio e medo.<sup>49</sup>

Entendemos que o simbólico, primeiro na linguagem e depois nas instituições, constitui uma rede simbólica regida pelas relações de interdependência para que o indivíduo exista socialmente. Em outras palavras, vemos que os símbolos são elementos constituídos através da vida humana prática e emergem na forma de uma história na qual o passado pode ser interpretado para que possamos melhor compreender o presente e formar um horizonte de expectativa, formando uma construção imaginária do futuro por meio dessa mesma interpretação. E notamos a presença da linguagem simbólica da época nos escritos do Padre Perereca, o que nos faz acreditar que suas *Memórias* são uma exposição não só de fatos, mas do sentimento amoroso e paternal que um súdito “perfeito” deveria para com o seu soberano. Discutiremos traços dessa dinâmica no cotidiano do Rio de Janeiro após a vinda da Família Real mais adiante.

Portanto, fica claro em seus escritos que o Padre Perereca sentia profunda admiração pelo monarca D. João, sentimento característico não só por sua pessoa, mas também por acreditar na forma de governo legitimada pela Igreja que repudiava os republicanos e incentivava o governo monarquista, no início do século XIX. A importância de ter uma corte europeia residindo no Brasil também geram motivações para que ele escreva tais *Memórias* e dedique ao rei com intenções de ascensão social; não é para tanto que vimos que ele recebeu honrarias reais.

---

<sup>48</sup> Ibidem, 76.

<sup>49</sup> CARDIM, Pedro. António Almeida. “Uma outra sociedade, uma outra política, um outro amor”. In: *O Poder dos Afetos: Ordem amorosa e dinâmica política no Portugal do Antigo Regime*. Universidade Nova de Lisboa: Lisboa, 2000, p. 3-9. (Tese de doutorado)

### I.3 Ser letrado na Colônia

Os jesuítas foram os primeiros a estabelecer escolas no Rio de Janeiro, em 1567, no morro que veio a se denominar Castelo. Da mesma forma procederam outras ordens, como por exemplo, os franciscanos, carmelitas e padres seculares. Era, portanto, tarefa da Igreja alfabetizar jovens para servir a Deus e ao Estado. As instituições recebiam verbas anuais da Coroa para destinar algumas vagas aos alunos leigos. Com o aumento da demanda, a ampliação do ensino gratuito se deu através das instituições militares, segundo o arquiteto e historiador Nireu Cavalcanti.<sup>50</sup> Em geral, onde houvesse um sacerdote, um militar graduado ou um servidor público – pessoas alfabetizadas e de formação universitária -, aí era plantada a semente do ensino escolar e da difusão dos conhecimentos. Havendo um desses três “potenciais professores”, a educação das classes abastadas se tornava possível. Sendo assim, parece que os elogios feitos ao Padre Perereca são aceitáveis, pois para um colono que não havia freqüentado as universidades européias, chegar a ser professor o tornava respeitável pela sociedade do Brasil naquela época.

Isso porque um importante e eficaz instrumento para a difusão cultural no período colonial foi a imprensa. Desde 1535 já se imprimiam livros na Cidade do México e em 1584 foi autorizado o estabelecimento da primeira tipografia peruana.

Entretanto, segundo o historiador Nireu Cavalcanti, a Monarquia lusa censurava as obras que ousavam questionar o poder e a legitimidade da realeza e da monarquia, a história oficial de Portugal, o regime escravista, o sistema colonial, a moral e os bons costumes, até mesmo a estrutura social e familiar. O historiador ressalta que até mesmo as produções jesuíticas foram reprimidas após a expulsão destes do território do Reino. Já a Igreja repudiava livros que criticassem seus dogmas, a hegemonia da religião apostólica romana, seus rituais, a ornamentação exuberante de suas igrejas e a acumulação de patrimônio.<sup>51</sup> Havia uma harmonia existente entre Estado e Igreja para perseguir e reprimir autores e obras indesejadas a seu ver. A censura mais severa condenava os livros à fogueira. Dentre outras estava: retirada dos livros de circulação, a permissão legal de sua censura concedida e restrita a pessoas especiais, o controle exercido pelo livreiro que anotava dados do comprador. Por isso, a visão do Padre Perereca, um membro da Igreja, não poderia ser diferente. A

---

<sup>50</sup> CAVALCANTI, Nireu. *O Rio de Janeiro setecentista: a vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da Corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004, p. 156.

<sup>51</sup> *Ibidem*, p. 148.

“invenção” de uma sociedade que vivia em completa harmonia era perfeita para a constituição de uma identidade áulica do Brasil.

É importante ressaltar que, segundo Nireu Cavalcanti, a Mesa Censória não estava restrita a censurar e penalizar as obras, mas ela devia criar instrumentos e canais que rastreassem por todo Reino quem pudesse possuir livros e quem eram esses. Autores como Locke, Bertham e outros receberam tratamento especial e eram vendidos apenas para “pessoas privilegiadas”.<sup>52</sup> Segundo a historiadora Juliana Gesuelli Meirelles, se o *Reformismo Ilustrado*<sup>53</sup> foi de extrema importância para a política durante o reinado de D. José I (1750-1777), ela não se perdeu no governo de D. Maria I. Assim, durante a regência do D. João eram claros os resquícios dessa vertente política: mesmo sendo visto como um “retrocesso” o recuo a censura tríplice, deu-se continuidade ao “predomínio laico na medida em que o Desembargo do Paço desempenhava um papel central (e final) no processo censório”.<sup>54</sup> Lembremos que a sociedade de Antigo Regime era estruturada de acordo com as redes de sociabilidade, num universo o qual o indivíduo que participasse dessa lógica era agraciado e, por isso, muitos escritores agiam como súditos, escrevendo somente em favor do governo absolutista. No final do século XVIII, segundo Gessuelli, o diálogo com a censura toma uma nova dimensão. A estrutura do aparelho censório luso-português e toda sua burocracia que autorizava os livros para circulação e publicação de escritos de qualquer natureza ganhava a aparência de radical uma vez que ele ousasse “contestar” publicamente alguma instituição ligada a coroa. Era necessário inibir e fiscalizar tudo que iria para a circulação.<sup>55</sup>

Um exemplo de tal repressão fiscal de livros ocorreu durante o governo de Francisco de Castro Morais, quando um negociante tentou imprimir letras e orações devotas, mas a Carta Régia de 8 de junho de 1706 mandou seqüestrar as letras impressas e notificar aos donos a não impressão de papéis avulsos. No governo de Gomes Freire, em 1746, o impressor português Isidoro da Fonseca tentou estabelecer uma gráfica, porém no ano seguinte, a Ordem Régia de 10 de maio mandava apreender todo o seu material.

Entretanto, as rupturas entre a política e o espírito ilustrado chegaram até as representações de professores régios do Rio de Janeiro. Depois da prisão dos membros da Sociedade Literária, iniciava-se o conflito e disputa entre professores régios e o ensino

---

<sup>52</sup> Ibidem, p. 149.

<sup>53</sup> O Reformismo Ilustrado procurava manter-se “entre a assimilação do pensamento crítico das Luzes e a contenção de efeitos contestatórios do absolutismo”. VILLALTA apud MEIRELLES, Juliana Gessuelli. *Imprensa e poder na corte joanina: A Gazeta do Rio de Janeiro (1808-1821)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003, p. 59.

<sup>54</sup> VILLALTA apud MEIRELLES, Juliana Gessuelli., 2003, p. 59.

<sup>55</sup> MEIRELLES, Juliana Gesuelli., 2008, p.59.

religioso. Os professores laicos defendiam o ensino de caráter secular e ilustrado, sob proteção do Estado, enquanto os religiosos defendiam sua hegemonia com as reformas pombalinas e impregnadas pelo “desprezo pelos objetos temporais”, de acordo com Afonso Marques dos Santos.<sup>56</sup>

Estado e Igreja exerciam o controle dos professores particulares, professores de escola religiosa ou professores de escolas públicas. Segundo Nireu Cavalcanti, a partir de 1776, as ordens religiosas tiveram que enviar para a Real Mesa Censória os novos estatutos ou planos de cursos que ministravam, até mesmo o método pedagógico que aplicavam, adaptando as regras da monarquia. Somente em 1772 fundou-se a Academia Científica do Rio de Janeiro para estudo das ciências naturais, física, química, agricultura, medicina e farmácia, seguindo a tradição do ensino jesuítico no Brasil.<sup>57</sup> Em 1799, alguns bacharéis brasileiros formados em Coimbra chegaram a ganhar bolsas de estudos para incentivar o espírito que se desenvolvia na época. Os ilustrados “brasileiros” se baseavam nos estudos da Europa para adaptar e aplicar esses estudos no Brasil. Um esforço que visava não copiar o modelo europeu, mas uma possibilidade de dialogar com as novas possibilidades na realidade em que viviam.<sup>58</sup> Em 1779, a Academia Científica do Rio de Janeiro foi fechada sendo reaberta em 1786, pelo vice-rei Luis de Vasconcelos e Sousa mudando o nome para Sociedade Literária do Rio de Janeiro, liderada por Manuel Inácio da Silva Alvarenga.<sup>59</sup> Por fim, em 1794, seus membros foram denunciados e presos por professarem contra a religião, monarquia e apoiar a República francesa. Estas acusações nunca foram provadas e um de seus principais envolvidos estava Marianno José Pereira da Fonseca, futuro membro da junta Diretoria da *Gazeta do Rio de Janeiro* e censor régio a partir de 1808, acrescenta Juliana Meirelles. Na última década do século XVIII, no Rio de Janeiro, os princípios e idéias européias sobre a ilustração eram vistos como ameaça pelas instituições e pelos detentores do poder. Por isso, Silva Alvarenga tornou-se um alvo fácil para os que temiam as idéias revolucionárias dos séculos das luzes.<sup>60</sup>

Quando tratamos dos escritos do século XIX no Brasil, ressaltamos que ainda vivíamos numa sociedade marcada pelas profundas clivagens hierárquicas e multiplicidade em diversas formas de repressão social e intelectual, onde se dava uma maior importância a

---

<sup>56</sup> SANTOS, Afonso Marques dos, 2007, p. 83.

<sup>57</sup> DIAS, Maria Odila da Silva. “Aspectos da Ilustração no Brasil”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 278, Rio de Janeiro, 1968, p. 115. Lembremos que desde 1759 os padres jesuítas tinham sido perseguidos e expulsos do Reino, nos dois lados do Atlântico e onde começou a valorizar o ensino laico.

<sup>58</sup> MEIRELLES, Juliana Gessuelli, 2003, p.61.

<sup>59</sup> RIZZINI apud MEIRELLES, Juliana Gessuelli, 2003, p.61.

<sup>60</sup> SANTOS, Afonso Carlos Marques dos, 2007, p. 74-75.

coibir as ideias consideradas revoltosas. Segundo Daniel Roche, “o poder real estendia também sua intervenção às duas extremidades da cadeia que liga os escritores ao seu público: os leitores e os outros autores”.<sup>61</sup> Sendo assim, prezavam-se as visões que ressaltavam o lado positivo do governo, do governante e seus feitos. Isso explica o apoio e a legitimação da imagem “inventada” pelo Padre Perereca em suas *Memórias*, a criação de uma identidade áulica que reforçava somente os bens trazidos com a vinda da Família Real e o retrato de uma sociedade harmônica e “civilizada”, ou seja, digna de um príncipe real europeu.

O homem letrado formava a nova aristocracia que emergia no Rio de Janeiro. Contudo, de acordo com a historiadora Isabel Lustosa, a raridade e a dificuldade de instrução no século XIX era uma realidade, e por isso a vinda da corte marcava o início da época das luzes no Brasil. Esse ambiente de mutações incentivava uma maior participação de intelectuais na vida pública e a imprensa era um meio de expressão. O letrado era, quase sempre, um autodidata, e devia se informar e falar sobre tudo. Dessa forma, poucos ousavam criticá-lo. Ao mesmo tempo, falta de concorrência faziam com que o padre, o militar e o político participassem da “vida intelectual” no Brasil.<sup>62</sup> Essa era a realidade social do Padre Perereca, um homem que podia ser considerado um autodidata, pois além de ser letrado, era poliglota e havia aprendido várias outras línguas estrangeiras sem precisar viajar para a Europa para aprofundar seus estudos, tornando-se, por isso, uma figura peculiar no ambiente colonial.

A dificuldade de instrução e a escassez de livros dava destaque a qualquer intelectual. A aristocracia formada no pós-independência será formada pelos homens letrados. Assim, o intelectual passou a ser o mentor da sociedade, voltado para aplicar na prática as suas idéias. A imprensa foi o meio onde mais se destaca esse tipo de ação. Quase sempre, o homem de Letras era um autodidata, e assim, poucos eram capazes de criticá-lo. Não havia concorrência literária e intelectual, tornando-se escritores apenas políticos, padres e o militar, segundo Lustosa. Segundo a historiadora Lília Moritz Schwarcz, um dos grandes feitos do governo de D. João VI foi trazer a Biblioteca Real, que era tratada como o tesouro Português. A aquisição de livros e manuscritos pela monarquia lusitana se intensificou durante o governo de D. João V que reergueu a Real Livraria, e ainda em seu reinado adquiriu um grande número de manuscritos, livros, gravuras e mapas.<sup>63</sup>

---

<sup>61</sup> ROCHE, Daniel. “A censura e a indústria editorial”, in: Darnton, Robert & Roche, Daniel. *Revolução impressa...*, op. Cit., p.21.

<sup>62</sup> LUSTOSA, Isabel. *Insultos impressos: A guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823)*. São Paulo: Companhia das letras, 2000, p. 33-34.

<sup>63</sup> Idem.

Nos reinados de D. Manuel (“O Venturoso”, 1495-1521) mantiveram-se as atitudes de Afonso V com relação aos livreiros e seus livros. Até João III (“O Piedoso”, 1521-57), que ficara conhecido pelo seu fanatismo religioso, continuou protegendo a biblioteca. Coube a D. João IV (“O Restaurador”, 1640-56) refazer a biblioteca e transferi-la para Lisboa, em 1648, depois de oito anos de restaurada a monarquia. Nessa época, a biblioteca contava com o bibliotecário, seu ajudante, os serventes encarregados da limpeza e dois indivíduos, em especial, responsáveis pela reforma e cópia de partituras, na Livraria de Música, de acordo com Schwarcz.<sup>64</sup>

Contudo, fora na época de D. João V (1706-50) que as monarquias se apresentavam através de suas livrarias, como se a cultura presente nos livros representasse a imagem do monarca. Dessa forma, D. João mandou reformar o local da Biblioteca Real mandando construir estantes que podiam comportar 20.000 livros, isso também porque a biblioteca respondia os estudos geográficos e cartográficos referentes ao conflito entre Portugal e Espanha nos domínios e fronteiras da América do Sul, segundo Schwarcz.<sup>65</sup> Assim, o novo edifício começou a ser edificado em 1712 e foi concluído onze anos mais tarde, em 1723. Segundo os relatos analisados pela historiadora, a Biblioteca Real de Lisboa possuía três salas com o mesmo tamanho, o piso coberto de mármore, muros cobertos com dois pisos de estante de madeira de ébano e jacarandá, decoradas ao estilo predominante na época em Portugal, o barroco de decoração semelhante à biblioteca de Viena.<sup>66</sup>

Entretanto, com a entrada do ouro intensificada no século XVIII em Portugal devido à descoberta de metais preciosos na região das Minas Gerais, os próprios portugueses reconheciam o pouco desenvolvimento das artes e ciências no país, e sua fama no exterior não era das melhores, segundo Schwarcz. O atrelamento das festas religiosas com o calendário real parece que intensificava a visão que ligava os lusitanos ao atraso. Foi na segunda metade do século XVIII que as idéias iluministas começaram a adentrar no reino lusitano, mas com

---

<sup>64</sup> Mas, essa iniciativa, segundo Schwarcz, fez parte a própria história moderna da monarquia portuguesa, devido a instabilidade política desde D. João I (“o da Boa Memória”, 1385-1433), na época da reconquista dos mouros, começava-se a colecionar obras que melhor servissem para a educação dos infantes da dinastia de Avis. Foi D. Duarte (“O Eloquente”, 1433-8), o rei escritor, que foi visada a recuperação e a construção da história do reino. Coube a esses dois monarcas a organização e o aumento de exemplares para a Real Livraria. Porém, foi D. Afonso V (“O Africano”, 1438-81) quem permitiu a entrada de estudiosos no Paço secularizando a cultura portuguesa. Ao mesmo, atribui-se a concessão de prerrogativas especiais a livreiros, pois D. Afonso, em seu governo, teria isentado as taxas de importação e de circulação de livros no território português.<sup>64</sup> Dentre os trabalhadores que executavam os serviços para o funcionamento da biblioteca estavam: um escrivão de livros, dois iluminadores e dois calígrafos. Foi ainda no período em que D. Afonso V era regente que ocorreu a difusão da imprensa. Dessa forma, ficou mais fácil de adquirir um livro e encher as prateleiras da biblioteca, bem como ocorreu à ampliação do comércio de livros. Com isso, parecia que Portugal estava no caminho do progresso intelectual, segundo Schwarcz. Idem.

<sup>65</sup> Ibidem, p. 71.

<sup>66</sup> Ibidem, p. 71-72.

feições religiosas.<sup>67</sup> Mesmo com as reformas pombalinas, mesmo com algumas obras sendo proibidas pelos membros da Real Mesa, muitos livros iluministas passaram a ser aceitos. Autores como Voltaire, Diderot e Rousseau estavam sempre sujeitos a serem recolhidos e proibidos.<sup>68</sup>

Em 1º de novembro de 1755 o fogo gerado pelo terremoto que ocorreu em Lisboa destruiu seu acervo. O monarca regente na época, D. José I, amparado pelo seu ministro Pombal, logo tratou de unir o que restara e começar uma nova coleção que se instalava no Paço da ajuda. Porém, devido as tensões políticas, em novembro de 1807, a Família Real embarca com destino às terras brasileiras e traz consigo todo o seu aparelhado, incluindo a Biblioteca.

A primeira questão foi o local onde a biblioteca ficaria acomodada. Primeiramente, numa fase emergencial, ela ficou instalada no Paço Real. Em 27 de junho de 1810 a Real Biblioteca passou a ficar na Ordem Terceira do Carmo, que mudaria seu hospital para outro local. Porém, como o edifício ficava situado na rua Direita, ocorreram reclamações por causa do barulho e, por isso, meses depois ficaria embaixo da antiga capela da Paixão de Cristo, mas a transferência não se concretizou. Então, em dezembro de 1812, com a abertura dos caixotes perceberam que a biblioteca tomaria conta do andar superior e se estenderia a enfermaria do hospital.<sup>69</sup> E ali ela permaneceu, com entrada pelo Beco do Carmo; a reforma deixara a “Casa muito linda e muito bem arranjados os livros”, segundo o português migrado que trabalhava na organização da biblioteca Joaquim Santos Marrocos.<sup>70</sup>

A biblioteca era um indicativo do processo civilizacional, pois era a sede do Reino. Além disso, a biblioteca representava um bem simbólico, uma estratégia de poder e prestígio, um instrumento de diferenciação entre os outros Estados latino-americanos. Para o Padre Perereca era “(...) a primeira e mais insigne que existe no Novo Mundo (...) mediante a munificência de Sua Alteza Real que não cessa de enviar novas e seletas obras”.<sup>71</sup> A Biblioteca Real foi posta em ordem e aberta aos habitantes do Rio de Janeiro em 1816, porém, segundo Luccock, com poucas obras atualizadas. Segundo ele, parece que o hábito da leitura vai sendo semeado pela ambiente colonial, pois já circulavam os jornais “Correio Brasiliense” e “Patriota” difundindo as notícias sobre o Brasil e o mundo. Mas, apesar da liberdade de

---

<sup>67</sup> Ibidem, p. 88.

<sup>68</sup> Ibidem, p. 108.

<sup>69</sup> SCHWARCZ, Lília Moritz. *A longa viagem da biblioteca dos reis*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 274-275.

<sup>70</sup> MARROCOS, Luiz Joaquim dos Santos. *Cartas de Luiz Joaquim dos Santos Marrocos*. Serviço Gráfico do Ministério da Educação e Saúde: Rio de Janeiro, 1939, p. 123.

<sup>71</sup> SANTOS, Luís Gonçalves dos. *Memórias para servir ao Reino do Brasil*. V.1. Belo Horizonte/ São Paulo, Itatiaia/ Edusp, 1981, p. 328.

imprensa, essa não era total sofrendo algumas restrições. No fim de 1816 estabeleceu-se uma tipografia particular onde se liam lições de filosofia e em 1818 já ocorria leilões de livros com obras inglesas, latinas e francesas.<sup>72</sup> Segundo Luccock, que passou pelo Rio de Janeiro joanino no século XIX, somente com a promoção do Brasil a Reino os investimentos feitos pelos comerciantes começaram a beneficiar a educação. Literatura e Ciência não haviam sido completamente negligenciadas, pois muitas obras se publicavam para uso dos soldados, segundo o comerciante inglês. Luccock ainda afirma que mesmo após a abertura da Biblioteca Real, as obras que visavam o progresso da ciência “atual” ou do “gosto moderno” eram poucas.<sup>73</sup> A promoção do Brasil a Reino foi acompanhada de uma medida considerada por ele como a mais benéfica: a reunião dos comerciantes que juntaram uma quantia de dinheiro para formar o fundo de educação geral. D. João baixou um decreto para efetivar e garantir a literatura e as ciências que estavam negligenciadas.<sup>74</sup>

Outro viajante do século XIX que fala sobre o assunto foi o inglês John Mawe, que apesar de ter um relato voltado “principalmente aos distritos do ouro e diamantes”, que ficavam em Minas Gerais, mencionou o Rio de Janeiro que era a capital do Brasil e sede do império português fazendo algumas descrições sobre a sociedade. Quando falava da instrução, Mawe mostrava que a educação estava em um nível baixo, mas contava que haviam medidas sendo adotadas pelo Príncipe D. João para reformar as aulas nos seminários e nas instituições públicas.

Desde o século XVIII, a elite letrada ia para a Europa para estudar e tentar aplicar os conhecimentos adquiridos lá de uma forma inovadora no Brasil. Dessa forma, ao presenciarem a revolução no Velho Mundo, esses homens começaram a pensar na questão da autonomia nacional e no fim do pacto colonial. Com a fundação da Academia Militar em 1810 a cidade passou a ser pensada por profissionais e os problemas urbanos locais discutidos na academia. Com a vinda da corte para o Brasil a história da colônia passa a ter um caráter diferente. De acordo com as palavras do historiador Afonso Marques, “A revolução autonomista fica como o arroubo de jovens no ainda não muito distante do “Séculos das Luzes” para ser substituído pelo aulicismo e a nova busca de favores ao monarca transmigrado”.<sup>75</sup>

---

<sup>72</sup> LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. São Paulo: Livraria Martins, 1975, p. 379-380.

<sup>73</sup> Idem.

<sup>74</sup> Ibidem, 379.

<sup>75</sup> SANTOS, Afonso Marques dos, 2007, p. 29.

Neste capítulo concluímos que a vinda da Família Real foi benéfica aos letrados e futuros letrados que habitavam o Rio de Janeiro. A própria estrutura da cidade colonial, ou ausência desta, e a falta de investimentos e proibições de diversas obras só tornavam pior a situação dos letrados. Vemos o Padre Perereca como um privilegiado nesse momento em que uma boa parte da população era analfabeta. Mas, entre 1808 e 1821, período em que a Família Real permaneceu no Brasil, constatamos que não ocorreram somente mudanças significativas como o alargamento de ruas, calçamento com pedras regulares, aterramento de mangues, iluminação pública, água encanada até os chafarizes, construção de pontes, abertura de canais, reforma no Campo de Santana e construção do Teatro São João (atualmente, Teatro João Caetano); a modernização do ambiente era paralela a transformação de hábitos, costumes, novas maneiras de morar e conviver. Percebemos nas *Memórias* que, apesar de tratar de assuntos que atualmente parecem tão fúteis como etiqueta e festas, outrora estes engendravam o funcionamento da sociedade de corte que se constituiu no Rio de Janeiro.

As intenções das *Memórias* parecem seguir por um discurso propagandista do pós-independência auto-afirmando a permanência da corte e de um imperador português sendo o soberano da colônia lusa, além da legitimação da Igreja católica e do poder do monarca regente, descrevendo-o quase como um “semideus”, governador de vassalos pacíficos que estão sempre felizes com as decisões tomadas. Talvez essa fosse uma estratégia para o Padre Perereca se manter nesse sistema carregado de tensões. As rivalidades foram aumentadas com a vinda da Família Real e sua corte portuguesa. Assim as disputas se acirraram entre portugueses e os habitantes do Brasil, saindo faíscas para todos os lados. Vimos, portanto, que a aproximação do rei e a presença no ambiente real traziam inúmeros benefícios materiais e imateriais. As descrições mostram um Rio de Janeiro que vive em constante festa, a todo tempo comemorando os feitos do governo. Essa sociedade “inventada” ressalta o quanto os valores presentes na sociedade de Antigo Regime estavam impregnados e se deixavam externar na medida em que cada acontecimento era narrado. Essa era a sociedade perfeita em sua perspectiva, mesmo que essa não fosse real, uma narrativa áulica para enaltecer a imagem Real que o Padre Perereca via ou queria ver e a fez existir através de suas *Memórias*. No próximo capítulo aprofundaremos os estudos sobre a questão de como era a cidade do Rio de Janeiro descrita pelo Padre Perereca.

## CAPÍTULO II

### A “invenção” de uma Cidade Áulica: aspectos da História do Rio de Janeiro na perspectiva do Padre Perereca.

No primeiro tomo das *Memórias* do padre Perereca, antes de todos os relatos sobre a vida social da nova corte, ele desenvolveu a “Descrição da cidade do Rio de Janeiro”, onde descreve as características da parte principal da cidade através da comparação de como era o Rio de Janeiro antes da vinda da Família Real e seu após. O ambiente carioca do século XIX era limitado pelos Morros do Castelo, de São Bento, de Santo Antônio e da Conceição. Seu chão teve que receber aterramento nos mangues e nos brejos. Essa sociedade era formada por europeus, principalmente portugueses, mas em sua maioria prevalecia os escravos negros e mulatos de origem africana. Além destes, poucos trabalhadores livres e uma pequena elite que dirigia a política e economia da cidade. Neste capítulo pretendemos estudar a evolução urbana e a estagnação apontadas através das descrições da cidade feitas nas *Memórias* do Padre Perereca. Assim, teremos uma idéia do Rio de Janeiro no início do século XIX ou como ele deveria se mostrar na perspectiva do Padre Perereca nesse momento histórico marcado pela transferência da Família Real para o Brasil. Através dos escritos de Luís Gonçalves dos Santos pretendemos identificar a “vocação” do ambiente carioca de ser a sede da monarquia portuguesa.

A cidade do Rio de Janeiro foi fundada em 1º de março de 1565 sobre necessidade de exteriorizar o domínio português contra as guerrilhas francesas e tamoias. Segundo Noronha Santos, na introdução das *Memórias* do Padre Perereca, a cidade nesse período ainda parecia um acampamento quando Estácio de Sá disse “Levantemos esta cidade”.<sup>76</sup> A ordem de edificá-la veio da Rainha D. Catarina, que regia Portugal durante a menoridade de seu neto D. Sebastião. Assim o nome da cidade deveria ser uma homenagem ao rei que na época tinha 13

---

<sup>76</sup> SANTOS, Luís Gonçalves dos. *Memórias para servir à História do Brasil*. São Paulo: EDUSP/ Belo Horizonte: Itatiaia, 1981, v.1, p. 66.

anos de idade e, também seria uma homenagem ao mártir São Sebastião, o qual os portugueses assumiram como patrono durante a invasão francesa na cidade.<sup>77</sup>

Escassos foram os progressos durante o século XVII, até que no fim deste os paulistas encontraram ouro na região de Minas Gerais. Dessa forma, o Rio de Janeiro tornou-se porta principal para que os metais encontrados fossem escoados para Portugal através de seu porto. Logo, a cidade começou a crescer, tanto na população como nos edifícios, comércio e riqueza. A cidade carioca que vinha assumindo, desde a segunda metade do século XVIII, o papel de ser o verdadeiro *locus* articulador de toda a área Centro-Sul da colônia. Neste sentido, a transferência da capital da cidade de Salvador para o Rio de Janeiro, em 1763, durante o governo do rei D. José. Nesse sentido, a cidade-capital ou sede do poder administrativo colonial da metrópole já elevava o nível do *status* da cidade perante as outras. Segundo a historiadora Maria Fernanda Bicalho, a documentação sobre a decisão da transferência da capital é escassa e pouco convincente quanto as razões que a forjaram. Bicalho ainda lembra que o contexto internacional foi marcado pela Guerra dos Sete Anos<sup>78</sup>, momento delicado para Portugal e seus domínios, pois disputas territoriais entre os países europeus colocavam a preservação dos territórios coloniais em risco.<sup>79</sup>

Até então, no início do século XIX, o Rio de Janeiro ainda era uma pequena cidade. Seu núcleo principal era o Morro do Castelo, mas já abandonado pela população desde o século XVI. Contudo, na cidade carioca não existiam mais do que 46 ruas, quatro travessas, seis becos e dezenove campos ou largos<sup>80</sup>. O conjunto urbano era aparentemente espontâneo, pois não havia regras, sendo, em certa medida, caótico e pitoresco. Destacavam-se os edifícios religiosos em que persistiam as artes plásticas dos antigos artistas, e podiam derivar das formas clássicas como o estilo pombalino, “uma espécie de regulamentação neoclássica do Rococó”.<sup>81</sup> Para resumir, “era o Rio, tomado no conjunto uma espécie de Lisboa, irregular e ainda assim banal, com os documentos artísticos de menos e uma frodossíma vegetação a mais”.<sup>82</sup> Assim, começaremos a analisar as descrições de Luís Gonçalves dos Santos, o padre Perereca, para entendermos como era a cidade “inventada” que abrigaria a monarquia

---

<sup>77</sup> Ibidem, p. 35.

<sup>78</sup> Na a Guerra dos Sete Anos, a França perde grande parte de suas colônias no Oriente e na América. Sua força naval ainda estava muito enfraquecida devida suas disputas na guerra contra a Inglaterra. Os ingleses, por sua vez, após o fortalecimento industrial tornavam-se outro incômodo nos domínios portugueses.

<sup>79</sup> BICALHO, Maria Fernanda. *A cidade e o império: O Rio de Janeiro no século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.81-85.

<sup>80</sup> CRULS, Gastão. *Aparência do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1952, v.1, p.38.

<sup>81</sup> OLIVEIRA apud CONDURU, Roberto. *Grandjean de Montigny: um Acadêmico na selva*. In: BANDEIRA, Júlio (et alli). *Missão Francesa*. Rio de Janeiro: Sextante, 2003, p. 144.

<sup>82</sup> LIMA, Manuel de Oliveira. *D. João VI no Brasil (1808-1821)*. São Paulo: José Olympio, 1996, p.93.

portuguesa e se tornaria a mais importante de todo o império luso, pois abrigaria todo o aparelho burocrático português naquele momento.

## II.1 A cidade “imaginada” por Luís Gonçalves dos Santos

Logo no início da sua “introdução” intitulada de *Descrição sobre o Rio de Janeiro*, Padre Perereca evocou os governos que ele cita com grande prestígio: o dos vice-reis marquês de Lavradio, e Luiz de Vasconcelos e Sousa, afirmando que fora sob esses dois governos que o ambiente carioca teve o seu maior progresso em edifícios, abertura das ruas, bem como na extensão de seu comércio, agricultura, alguns ramos da indústria e no aumento de sua população. Para o padre Perereca essas reformas foram o início para o Rio de Janeiro “aformosear-se, engrandecer-se, e a fazer-se mais digna de ser a capital da América Portuguesa.”<sup>83</sup> Vemos que a preocupação com a capacidade da cidade ser digna vem nas próprias citações do Padre Perereca e este tentaria com todos os seus esforços retratá-la dessa maneira.

As transformações na cidade começaram dois meses antes da chegada do Príncipe Regente, quando chegara a notícia do exílio, segundo a historiadora inglesa Kirsten Schultz em sua obra “Tropical Versailles”. A idéia de tornar-se residência real era motivo de orgulho e assombro, pois exigia a colaboração de muitos e gastos extraordinários. O palácio dos vice-reis fora ampliado, a cadeia tornou-se garagem para as carruagens. Pintura e revestimento das paredes internas com seda também são investimentos citados pela historiadora. De acordo com Schultz, “construir uma corte real significava construir uma cidade ideal”<sup>84</sup>. Assim, era preciso muito esforço para transparecer a imagem de poder e virtude da magnificência dos governos reais. A imagem projetada era de demonstração de ordem, esclarecimento e progresso. Segundo Schultz, a “perfeição” imposta pelo período era a uniformização estética e cultural, além da redefinição das regras de conduta pública para a diferenciação entre as camadas hierárquicas.<sup>85</sup>

---

<sup>83</sup> SANTOS, Luís Gonçalves dos, 1981, v.1, p. 36.

<sup>84</sup> SCHULTZ, Kirsten. *Versalhes Tropical: Império, monarquia e corte real no Rio de Janeiro 1808-1821*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 157.

<sup>85</sup> SANTOS, Luís Gonçalves dos, 1981, v.1, p.158.

Uma das primeiras preocupações ao ser confirmada a notícia da transferência da Coroa portuguesa foi onde ficaria instalada a Família Real, ou seja, onde seria o futuro Palácio Real. Sendo assim, segundo o Padre Perereca, o local mais adequado e logo aprontado pelo Conde dos Arcos foi Palácio dos Vice-Reis tornou-se o Palácio Real que estava localizado na praça principal, tinha nove janelas voltadas para o oriente, vinte e quatro voltadas para a praça e a mesma quantidade voltada para o lado oposto. O andar superior continha 12 janelas após as obras do conde de Rezende. Anteriormente só havia quatro, o que para o Padre Perereca o tornou mais vistoso e regular. A entrada era de frente para o mar com três portas, sendo que a do centro era ornada com duas colunas de pedra, e todas tinham três escadas com quatro degraus. O Palácio também era ocupado pela Oficina da Moeda e a Relação. Na rua de trás tinha uma travessa que separa a Casa da Ópera da Cadeia e da Casa da Câmara e uma cavalaria intermediária. Do lado norte do Palácio estavam as chamadas casas dos Teles, dois sobrados não concluídos, que para o padre “muito desfigura esta bela a praça”.<sup>86</sup> Desde a esquina do Teles até a Alfândega se segue a Praia do Peixe; esta recebeu esse nome por ficaram instaladas bancas de venda de pescado, mas também poder-se-ia encontrar alguns outros produtos comestíveis. Na Alfândega estava o trapiche da Cidade, mais a frente havia um arco onde as pessoas poderiam atravessar para outras praias. Da Alfândega até o Arsenal da Marinha se encontra a Praia dos Mineiros.<sup>87</sup>

Uma obra que era vista como majestosa construída durante o governo do vice-rei Luiz de Vasconcelos e Sousa foi o Passeio Público. Segundo o Padre Perereca, o Passeio fora construído em cima de uma lagoa que, com muito trabalho, fora aterrada. No local fora colocado um portão de ferro firmado em dois pilares de pedra lavrada onde se via um medalhão de bronze dourado com duas efígies homenageando a Rainha D. Maria I e seu esposo D. Pedro III. Todo terreno era cercado de ruas arborizadas e no fim terminava com um terraço que tinha vista para o mar. Na frente do terraço elevam-se duas agulhetas triangulares e em granito com os dizeres: “Amor ao Rio” e “A Saudade do Rio”. Existiam quatro escadas para subir ao terraço e ficava entre elas uma cascata nos quais estavam dois jacarés de bronze enroscados entre si esguichando água pela boca dentro de um tanque semicircular. No alto havia um coqueiro todo de ferro pintado ao natural com mais de vinte palmos de altura que, segundo o padre, já estava despedaçado (cremos que a maresia vinda do mar tenha corroído o material). Nos dois ângulos deste terraço estavam dois mirantes, o primeiro com a figura de Apolo tocando lira com o teto forrado de pena imitando flores, e o segundo homenageava

---

<sup>86</sup> Ibidem., p. 41.

<sup>87</sup> Ibidem., p. 41.

Mercúrio com o caduceu ornado de conchas, e os seus quadros se referiam a várias oficinas de minerar ouro, diamantes e etc. O Passeio fora o local escolhido em 1786 para as comemorações dos súditos do Rio de Janeiro em prol do casamento de D. João com D. Carlota, um ato público de fidelidade e amor característico da sociedade de Antigo Regime, de acordo com o Padre Perereca.<sup>88</sup>

Outra construção com fins religiosos de grande porte que fora citada por Luís Gonçalves dos Santos foi a Igreja da Misericórdia. Essa era uma das mais antigas, tinha cinco altares e um cemitério nos fundos, recebendo a visita de muitos fiéis diariamente. Do seu lado direito o Recolhimento das Órfãs, e do lado esquerdo o Hospital da Misericórdia. Fundado em 1582, a Casa da Misericórdia estava presente na cidade para ajudar os necessitados e fazer caridades. Em frente à igreja havia um largo que, do seu lado esquerdo, desembocava numa ladeira que passava pelo Hospital Real e um pouco depois iniciava a Rua da Misericórdia, a qual descia pelo morro do Castelo e até o beco do Cotovelo. A igreja de São José ficava no fim da Rua da Misericórdia e por ameaçar seu desmoronamento, no mesmo terreno estavam levantando uma nova nessa época. Ao lado ficava a Cadeia edifício forte e lúgubre<sup>89</sup> e a uma braça o pelourinho. A Câmara estava do lado direito.

Nessa mesma região estava localizado o convento do Carmo, que tomava toda a largura da Praça do Paço até a Rua Direita<sup>90</sup>. Fundado em 1592, antes era apenas uma vargem com uma pequena capela de Nossa Senhora do O, onde se estabeleciam os monges beneditinos, porém estes últimos concederam o lugar aos carmelitas que ocupavam a construção no século XIX. Segundo o padre Perereca, “a igreja é nova e muito agradável, e forrada com poucos anos de talha, tem nove altares, onde se vê ouro e pintura, o mais é gessado de branco; o órgão é magnífico”.<sup>91</sup> Porém, a parte que abrigava o convento parecia velha, tristonha e sem regularidade, segundo o padre Perereca. Essa descrição era o mais próximo de uma crítica a cidade que o Padre Perereca podia fazer, o restante parecia ser perfeito.

Outro edifício público ressaltado foi a Casa dos Contos, local que já havia sido palácio dos vice-reis, nesse momento abrigava os Cofres Reais e a Junta Real da Fazenda, ou seja, toda a parte administrativa das rendas públicas. Nessas proximidades encontrava-se o mosteiro de São Bento. Edificado em 1589, porém suas obras ainda não estavam concluídas. Todo abóbada e com janelas de ferro, as visões que se tinham daquele local deviam ser as

---

<sup>88</sup> Ibidem, p.38.

<sup>89</sup> Ibidem, p.42.

<sup>90</sup> Atualmente a Rua 1º de março, antes também fora chamada de Rua Larga.

<sup>91</sup> Ibidem, p. 43.

mais belas: a primeira dava para a barra e a cidade, a segunda para a ilha das Cobras e a terceira para a Serra dos Órgãos.

Seguindo a trajetória das *Memórias* que nos norteiam nesse estudo, o Padre Perereca dizia que do Passeio Público dava para ver uma praça triangular onde se fundou a igreja e seminário de Nossa Senhora da Lapa, também chamada de Formigões porque os seminaristas andavam com uma sotaina preta e com a capinha da mesma cor. Interiormente comportava cinco andares com talhas em dourado; no seu exterior havia duas torres, porém uma ainda estava inacabada por conta da morte de seu fundador, o padre Ângelo de Siqueira. Depois da Igreja, seguia-se a rua e viam-se casas dos dois lados até certa distância; depois estas passavam a ser construídas apenas do lado direito até a ladeira da capela de Senhora da Glória. Um grande monte por trás dessa capela separa a praia do Flamengo e do Catete, onde havia muitas chácaras. Mas, era na praia de Botafogo que estavam situadas boas casas de campo. Muito além da barra viam-se bastante montanhas pela praia de Sacopenapã, depois chamada de Copacabana em homenagem a Santa, segundo Perereca.<sup>92</sup>

Era o Rio Carioca que fornecia a água que era conduzida do Aqueduto dos Arcos da Lapa e distribuída pelas fontes da cidade. A nascente do rio estava na Serra do Andaraí, localizada nas costas da cidade numa distância de duas léguas. Segundo o padre Perereca, era um lugar de uma vista agradável onde se podiam ver belas casas de campo.<sup>93</sup> Podemos ver também nessa descrição a tentativa de mostrar a capacidade de abastecimento da cidade, sendo colocada como boa e com “belas casas” para ser digna de receber todo o aparelhado cortesão. Atualmente o local tornou-se um dos pontos turísticos mais freqüentados por todos os visitantes que passam pela cidade. Em nenhum momento o Padre cita sobre a necessidade de ampliação do abastecimento de água ou sobre a falta de imóveis na cidade.

Entre os morros de Santa Tereza e do Santo Antônio passava o Aqueduto dos Arcos sobre os quais passava a água. Entre dois arcos saíam a Rua da Mangueira e Rua Nova dos Arcos, a qual saía a Rua do Lavradio. Mais adiante estava a ladeira de Teresias, que passava por baixo de três arcos na rua ou Estrada Mata-Cavalo. Em pedra mármore no primeiro arco estava escrito:

---

<sup>92</sup> Ibidem, p. 39.

<sup>93</sup> Ibidem, p. 39-40.

El Rei D. João V. Nosso Senhor mandou fazer esta obra pelo ilustríssimo e excelentíssimo Gomes Freire de Andrade, do seu conselho, sargento mor de batalha dos seus reais exércitos, governador e Capitão General das Capitanias do Rio de Janeiro, e de Minas Gerais. Ano de MDCCL.<sup>94</sup>

A necessidade do aqueduto era também por conta da geografia da cidade, cercada por montanhas. A planície da cidade era cercada pelos outeiros do Castelo, Santo Antônio, e Pedro Dias, ao sul, e os de São Bento, Conceição e Livramento, ao norte. No sul estava o Arsenal Real do Exército chamado de Trem. Ele era murado como uma fortaleza e também já havia sido chamado de Santiago. Lá eram guardados todos os petrechos de guerra em armazéns e suas oficinas; do lado esquerdo estava localizada a guarda do vice-rei. Adiante havia um chafariz construído pelo conde de Rezende para atender a tropa e a vizinhança. A cidade, banhada pelo mar, é uma planície cercada de montes isolados com alguns edifícios que realçam sua aparência quando observados de longe, segundo o Padre Perereca. Esses morros formavam a parte principal da cidade.

Na parte sul da cidade se encontrava o Morro do Castelo, onde ficava o antigo colégio dos jesuítas o qual tinha se transformado em Hospital Real Militar. No topo do morro via-se a fortaleza ou também chamado Castelo de S. Sebastião que, de tão antigo, ameaçava desmoronar, pois, segundo o padre Perereca, essa era a primeira igreja do Rio de Janeiro. No Monte do Castelo existiam casas antigas eram do período da fundação da cidade. Outras, no mesmo local, levantavam-se sobre as ruínas das que já haviam desabado. Ainda outras eram demolidas por estarem em estado precário.<sup>95</sup>

Com relação ao comércio da cidade, a localização do mercado de retalhos situava-se na Rua da Quitanda, principalmente na esquina com a Rua do Ouvidor, um dos lugares muito freqüentados nesse período. Da Rua do Ouvidor até Santa Rita estavam localizadas as lojas que vendiam ouro e prata; por isso, nesse período, a rua era chamada de Rua dos Ourives.<sup>96</sup>

A alimentação dos habitantes podia ser encontrada na direção da praia até a Casa da Ópera, onde se estendiam muitas casas e podia-se encontrar madeira, hortaliças, aves entre outros comestíveis. Na saída da Rua São José encontrava-se um largo que se estendia até a esquina do palácio, atual largo do Paço. A praça se unia ao mar através de um cais, obra do Mestre Valentim ordenada pelo vice-rei Luís de Vasconcelos. O cais tinha peitoris, assentos e

---

<sup>94</sup> Ibidem, p. 56.

<sup>95</sup> Ibidem, p. 36.

<sup>96</sup> Ibidem, p. 45.

uma rampa de pedra lavrada; a obra media em torno cinco braçadas de comprimento. No meio ficava uma torre que terminava por uma pirâmide na qual estavam talhadas as armas reais em mármore com dois rostos, um olhando para o mar e outro olhando para a praça. A fonte lançava a água por três repuxos em três conchas que deixam a água cair sobre os tanques. Na frente principal havia um ovado de pedra mármore com os seguintes dizeres em latim:

Ignifero currus Populus dum Phoebusadurit,  
Vasconcellus aquis ejecit urbe sitim:  
Phoebe retro propera, ET coeli statione relictā,  
Praeclaro potius nitere adesse viro.<sup>97</sup>

Esse era um marco, um local de memória que homenageava o vice-rei da época, Luís de Vasconcelos, e o ensejado progresso da cidade. Havia ainda um lado voltado para o mar onde estavam as armas da casa de Vasconcelos com uma inscrição já danificada onde se podia ler somente as últimas palavras:

TOT, TANTISQUE EJUS BENEFICIIS  
GRATUS  
POPULUS SEBATHANOPOLIS  
VII CALENDAS APRILIS  
ANNO MDCCLXXXIX  
P.<sup>98</sup>

Abaixo da placa, na muralha inferior, havia duas grandes bicas de bronze onde os navegantes poderiam colher a água de dentro de suas barcas.

Outro local citado pelo Padre Perereca onde poderia se colher água era o Largo da Carioca. Conhecido no Rio de Janeiro até hoje o Largo era quadrado com casas dos dois lados, onde havia uma ladeira para a fonte da carioca que estava na parte plana do chão. Tinha cinco degraus e fachada toda de pedra. Para pegar a água havia onze bicas de bronze. Sua inscrição na época já era ilegível, mas no seu inferior estavam as armas do governador Gomes Freire de Andrade. A água em excesso caía sobre outro tanque, o qual era usado para que os

---

<sup>97</sup> Ibidem, p.42.

<sup>98</sup> Ibidem, p. 42.

cavalos bebessem e também para lavar roupas.<sup>99</sup> A ladeira em linha reta, “calçada e limpa”, dava na Igreja de Santo Antônio. Essa era antiga e foi citada por Luis Gonçalves dos Santos como “pouco agradável, e sombria por dentro”, sendo toda dourada no seu interior. Mas o convento já foi descrito como amplo, agradável e aseado. A enfermaria era ampla, a sacristia continha lindas pinturas no teto, tornando-as douraduras em várias partes. Na opinião do padre Perereca: “Aqui tudo respira magnificência, e riqueza (...)”, se referindo as construções do convento e ao hospital na capela baixa do Largo da Carioca. Da ladeira podia chegar até lá por uma escadaria de pedra, sendo um edifício quadrado de dois andares com janelas e balcões por três lados, pois no quarto estava a encosta do morro. Nesse local, em tempos anteriores, havia a Lagoa de Santo Antônio. Seus sítios e sua Câmara foram doados em 1608 pelo governador para a ordem dos franciscanos.<sup>100</sup> Outro local belíssimo, respeitoso para que justificasse a permanência da corte portuguesa, assim vamos notando a existência de mais locais que indicam a boa estrutura da capital colonial no século XIX.

Passemos para o lado fronteiro do Largo da Carioca onde havia duas ruas, uma era a Rua da Vala, que recebia esse nome porque todo o esgoto da Carioca seguia por essa rua até o mar. Nela notava-se a presença de muitos escravos que iam buscar água para as casas de seus proprietários. Nessa rua também havia a Igreja do Senhor Bom Jesus do Calvário, pertencente a uma confraria numerosa, e que era toda dourada, com quatro altares e com uma torre do lado esquerdo. A outra rua era a dos Latoeiros que terminava na Rua do Rosário. Esta última recebeu esse nome porque se localizava na rua a igreja do mesmo nome, muito conhecida por pertencer a confraria de pretos, ou seja, escravos. A mesma igreja serviu de Sé do Rio de Janeiro por sessenta anos, mas é descrita como “triste e miserável” - cremos que pela presença dos escravos. A parte frontal tinha um grande portal de pedra mármore, mas seu interior “se assemelha mais a um grande armazém, do que a Casa de Deus, apesar de nove altares; pois nem forrada, e assoalhada é; se os altares estão com alguma decência, é por achar-se ali a sede episcopal (...)”.<sup>101</sup> A capela-mor, que era uma obra mais recente no período, tinha forro de talha, mas deixava a desejar na obra do retábulo do altar-mor que parecia que não iria ser concluída. Na Rua do Rosário ainda se encontrava a igreja do Hospício, pertencente a duas irmandades de homens pardos rivais, a irmandade da Conceição e a da Boa Morte. Esta era uma igreja grandiosa e continha três naves, cúpula e lanterna, tinha nove altares, mas somente no altar-mor via-se a talha moderna.

---

<sup>99</sup> Ibidem, p. 46.

<sup>100</sup> Ibidem, p. 46-47.

<sup>101</sup> Ibidem, p. 47.

Porém, a igreja que os negros e escravos frequentavam não era a mesma dos brancos. A capela de Nossa Senhora Lampadosa era na opinião do padre Perereca “indecente e pobríssima, que por honra da religião devia-se demolir, e transferir a imagem de Maria Santíssima para a capela de Santa Ifigênia, e incorporar com a desta aquela outra confraria, pois ambas são de pretos-minas”.<sup>102</sup> Ali perto estava a chamada Casa dos Pássaros, lugar que o vice-rei Vasconcelos havia pensado em estabelecer um museu de História Natural, mas com a retirada desse governante a obra fora suspensa.<sup>103</sup>

Outro lugar que julgamos importante de ser citado foi o Campo de Santa Ana, atualmente chamado de Campo de Santana. Este era um quadrado bem grande, um areal coberto por ervas rasteiras. Seu comprimento era “do meio-dia ao setentrião 286 braças, e de largura do oriente a poente, 155 (...)”<sup>104</sup> e cercada por casas dos três lados. A capela de Santa Ana, a qual deu o nome do Campo, era de obra recente, mas estreita e com cinco altares dourados, tendo sido construída através de esmolas dos ouvintes das pregações de domingo a tarde de um missionário barbadinho. Por causa da extensão do Campo, a tropa de linha e miliciana exercitava-se lá, além do local também servir como palco das festas reais, quais trataremos mais adiante. Do lado poente do Campo de Santa Ana estava o Caminho Novo, a Lagoa da Sentinela e o arraial Mata-porcos, no qual fora construída a igreja do divino Espírito Santo, bem como algumas casas até o muro do arraial. De lá se via a serra do Indaí, ou Andraí, como o povo chamava na época. Pela estrada podia-se seguir pelo caminho do Rio comprido ou para o Engenho Velho, onde ficava a freguesia de S. Francisco Xavier, atualmente um bairro da cidade. Nas proximidades estava o terreno da cidade nova que ainda era um grande areal.

Próximo ao Campo de Santa Ana estava o Largo de São Francisco de Paula, um quadrado que abrigava uma das igrejas mais grandiosas da cidade que atribuiu o nome do Largo. A igreja pertencia a Ordem Terceira dos Mínimos e sua fachada continha duas torres sobre um adro em suas extremidades ornado por balaustres e mármore, além de uma escadaria de pedra. A capela-mor era toda talhada e com seis altares colaterais. Porém, alguns erros de arquitetura são notados “procedidos de ser ela dirigida por diferentes mestres e de administradores que também querem ser arquitetos e obrigarem os mestres a seguir seus

---

<sup>102</sup> Ibidem, p.48.

<sup>103</sup> Idem.

<sup>104</sup> Idem.

desvários (...)"<sup>105</sup> A sacristia era ampla com um jardim frontal e o noviciado era belo, e as catacumbas alagavam em dias de chuva por causa do terreno baixo.

A Rua Senhor dos Passos também era chamada de Rua do Fogo. Nela havia a capela dos Passos que, segundo o padre Perereca, estava devidamente ornada, porém não possuía uma torre, apenas um campanário sobre um portão. Já as ruas São Pedro e do Sabão são as únicas que tem o privilégio da visão do campo e do mar. A Rua dos Pescadores era onde estavam localizadas as casas dos grandes comerciantes. O oposto era a Rua dos Ferradores, onde se localizava a capela de Santa Ifigênia pertencente à confraria dos pretos-minas, que viviam de esmolas dos fiéis. Seguindo a rua até sair do Campo havia a capela de S. Gonçalo Garcia, muito atrasada e com sua frente oposta ao Campo, segundo o padre Perereca.<sup>106</sup>

Entre o morro do Castelo, do Santo Antônio, de Pedro Dias e de Santa Tereza estavam algumas ruas conhecidas até os dias de hoje. A Rua da Ajuda é uma delas, era conhecida por começar da porta travessa da igreja de Nossa Senhora do Parto até o largo da ajuda. Este largo era um quadrado com vista para o mar, do lado esquerdo com algumas casas e o morro do Castelo, e do direito estava o muro do convento e a igreja. O convento era das religiosas de Nossa Senhora da Conceição, mas como ficava na Rua da Ajuda ficou conhecido como Convento da Ajuda. Sua obra naquela época ainda estava pela metade, mas funcionava com dormitórios. A igreja, apesar de ser descrita como majestosa, pois tinha sete altares dourados, refletia um ar triste por conta de sua altura, segundo o padre Perereca. Mesmo com o ar "triste" era descrita como majestosa, pois nos lembremos da necessidade de tornar a cidade bela para a permanência da corte.

Em paralelo a Rua da Ajuda e iniciando na ladeira de Santo Antônio, tendo fim no Largo da ajuda estava a Rua da Guarda Velha, lugar muito movimentado porque os escravos passavam por lá para buscar água, segundo Luís Gonçalves dos Santos.<sup>107</sup>

Próximo estava a Rua dos Barbonos onde se localizavam o hospício dos missionários capuchinhos e a Fonte das Marrecas. Esta fonte fazia um semicírculo formando e tem dois tanques para que os animais bebam a água. Entre os dois tanques via-se uma escada de pedra que dava em outro tanque com cinco marrecas de bronze, sendo consideradas muito elegantes pelo Padre Perereca. A água saía pelo bico das marrecas e sua fachada possuía as armas reais lapidadas. Perpendiculares aos tanques estão dois balcões de ferro junto de duas pilastras de pedra lavrada com duas figuras de metal que representavam o caçador Narciso, e a ninfa Eco.

---

<sup>105</sup> Ibidem, p. 50.

<sup>106</sup> Ibidem, p. 51.

<sup>107</sup> Ibidem, p. 54.

Na frente da fonte seguia-se a Rua das Marrecas até o Passeio Público. Muitas casas e quintais seguiam dessa rua até Santa Tereza.<sup>108</sup> Tudo parecia ser muito elegante e belo na cidade vislumbrada pelo Padre Perereca onde problemas são raramente citados, uma cidade perfeita para receber o Príncipe Regente.

Seguindo as descrições, na ladeira de Santa Tereza estavam localizados o convento e a Igreja do mesmo nome. A igreja é descrita como pequena, com três altares, e parte dela se unia ao convento lindo, na opinião do padre Perereca. Segundo ele, “pode-se dizer, sem exageração, que esta casa é morada de anjos, centro da virtude, e coluna do Rio de Janeiro”.<sup>109</sup> O convento foi fundado no governo de Gomes Freire de Andrade, 1º conde de Bobadela. A Rua de Mata-Cavalos recebia esse nome porque haviam muitos barrancos que cansavam os animais que passavam por ali. Seu fim era na Lagoa Sentinela, onde saía a Rua Mata-Porcos. A rua do Lavradio fora aberta pelo vice-rei marquês do Lavradio, e seguia em linha reta até a Rua do conde. Não muito distante estava a Rua dos Inválidos que fora fundada pelo conde de Rezende e havia apenas uma chácara que o mesmo mandou fazer.<sup>110</sup>

Com a vinda da Família Real, de acordo com o Padre Perereca, a população da cidade chegaria a 60.000 almas no início de 1808 repartidas nas seguintes localidades: Sé, Candelária, S. José, e Santa Rita. Porém, metade dessa população era escrava.<sup>111</sup> A quantidade de negros em todos os cantos também chamava a atenção dos que desembarcavam na cidade. Não obstante, a presença da Família Real portuguesa também trouxe imensos problemas como o aumento da população ultrapassando até mesmo Salvador, que até então era a maior cidade brasileira sendo superada pelo Rio por volta de 1810. A população carioca chegou a atingir, aproximadamente, 113 mil pessoas em 1819, fazendo crescer o número de manufaturas na cidade (em razão do decreto de 1º de maio de 1808, que estabelecia todo gênero de manufatura). Assim, a cidade passou por grandes transformações e a História do Brasil mudou com o marco antes da vinda da Família Real e depois.<sup>112</sup>

O contingente de pessoas que vieram para o Brasil com a transferência da Corte é contestado pelo arquiteto e historiador Nireu Cavalcanti. Para o historiador esse contingente de pessoas seria primeiramente um insolúvel problema urbano, pois não haveria como alojar todas essas pessoas. Através de uma análise espacial, Cavalcanti percebeu que para viabilizar

---

<sup>108</sup> Ibidem, p.54-55.

<sup>109</sup> Ibidem, p. 55.

<sup>110</sup> Idem.

<sup>111</sup> SANTOS, Luís Gonçalves dos. *Memórias para servir à História do Brasil*. São Paulo: EDUSP/ Belo Horizonte: Itatiaia, 1981, v.1, p. 58.

<sup>112</sup> CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. *A crise do colonialismo luso na América portuguesa (1750-1822)*. In: LINHARES, Maria Yedda (org.). *História Geral do Brasil*. 6 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1990, p.101-121.

uma fuga em dois ou três dias em sigilo era fantasiosa, pois as embarcações acomodavam, em média, 80 pessoas, excluía a tripulação. Portanto, seriam necessárias 1.875 embarcações para carregar 15 mil pessoas, mas aqui só aportaram 30 embarcações trazendo a Corte e seus acompanhantes. Assim, teriam vindo para os trópicos, 450 ou 500 pessoas acompanhando a Família Real, sendo números que não causam grande impacto urbano sobre o Rio de Janeiro, segundo os cálculos de Nireu Cavalcanti.<sup>113</sup> Desse modo, a transferência da Coroa portuguesa para o Rio de Janeiro gerou o aumento do contingente de habitantes e acabaram por serem necessárias inúmeras transformações, principalmente na infra-estrutura da cidade. Neste momento a corte passa a exercer as funções mais comerciais, administrativas, além da mudança na vida cultural, iniciando a futura emancipação política brasileira.<sup>114</sup>

A defesa da cidade era feita pelo regimento de milícia, que eram em torno de dez, e pelas fortalezas de Santa Cruz, S. João e Lage. Próximo ao Pão de Açúcar e a Praia Vermelha estava o forte do Leme e o de S. Bento, este último na Ilha das Cobras. Do lado fronteiro da cidade estavam os fortes de Nossa Senhora da Boa Viagem e o Gravatá, e dentro da cidade estava no alto do morro da conceição o forte do mesmo nome. Já a instrução dos jovens era através dos seminários onde estavam os professores de latim, e no de S. José haviam aulas de Filosofia e moral. Ainda existiam aulas régias de Filosofia racional e moral, Retórica, Grego, Desenho e três de Gramática latina, bem como quatro primeiras letras e uma Escola Militar nas freguesias de Artilharia. A administração jurídica era feita pelo presidente e o governador vice-rei, além do corpo composto pelo chanceler, nove ou onze desembargadores, um ouvidor do Crime, um ouvidor da Comarca, um juiz de fora do cível e crime, e um juiz dos Órfãos, além de escrivães e oficiais. O Senado da Câmara era composto por um juiz de fora como presidente, três vereadores, um procurador, um escrivão, entre outros oficiais, e também tinham os almotacéis que serviam apenas de três em três meses. A Fazenda Real era administrada por uma Junta formada pelo vice-rei, quatro ou mais deputados, entre eles um chanceler, um intendente da Marinha e um procurador da Coroa. A Alfândega era presidida por um juiz, um ouvidor e empregados de outras repartições que faziam sua inspeção como, o governador da Casa da Moeda, um intendente militar que regia o Real Trem, outro intendente da marinha e etc. O Governo Eclesiástico mantinha toda uma jurisdição episcopal e em seu topo estava o bispo e seu previsor, e um vigário geral; para a expedição existia um escrivão da Câmara eclesiástica, um Contencioso e Resíduos, um promotor, um meirinho-geral e alguns

---

<sup>113</sup> CAVALCANTI, Nireu. *O Rio de Janeiro setecentista: a vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da Corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004, p. 96.

<sup>114</sup> MALERBA, Jurandir. *O Brasil Imperial (1808-1889)*. Maringá: EDUEM, 1999, p. 9.

escriturários. Por fim, havia os negócios da Bula da Santa Cruzada que eram administrados por um vice-comissário, um delegado do comissário-geral de Lisboa, e de todo Reino de Portugal, e seus Domínios, um tesoureiro e um escrivão. Ou seja, a cidade ainda estava bem preparada militarmente para que a corte permanecesse sã e salva em seu império nos trópicos e, principalmente, na cidade do Rio de Janeiro.

Com a vinda da corte, a Câmara dos Vereadores acabou assumindo como papel principal a função a organização das festas. Isso porque governadores e vice-reis já interferiam na gestão da cidade, na doação de terrenos pertencentes às sesmarias, atropelando as funções administrativas que os vereadores deveriam gerir. Até o intendente geral de Polícia colidia e sobrepunha as funções que deveriam ser da Câmara como o abastecimento de água potável para a população, a construção de calçadas, a abertura de valas e normas para as construções de edifícios, especificando os elementos que poderiam ser colocados nas fachadas. E, com a chegada da Coroa, não foram repassados para a Câmara os impostos da Décima Urbana, tornando os vereadores em pedintes de verbas junto às autoridades reais para realizarem obras propostas por eles ou solicitadas pela população. As pessoas que tinham maior proximidade com membros da corte também utilizavam esse atalho, esvaziando o papel da Câmara como gestora da cidade. Com a falta de recursos para a realização de obras e sem poder político, os vereadores eram convocados para casos que era obrigatória a participação da Câmara, transformando-se em legitimadores das decisões tomadas pelo intendente-geral ou pelos secretários do Estado. Dessa forma, os vereadores converteram-se em autores de posturas, em grande parte para atender a cúpula da corte real e de organizadores das festas oficiais da cidade ou eventos propostos pelos cortesãos.<sup>115</sup>

No decorrer de suas descrições, sobre a cidade o Padre Perereca não falava muito sobre os hábitos da população, mas quando escreve suas *Memórias* descreve a população como muito feliz e alegre por ter um soberano nos trópicos. Todos trabalham e realizam suas tarefas sem reclamar, tudo em prol do soberano que era atrelado a figura do pai e os súditos retratados como se fossem seus filhos obedientes. Outro fato não citado pelo Padre Perereca é a impressionante natureza descrita pelos imigrantes, certamente porque ele já devia estar habituado com a paisagem da vasta vegetação porque sempre viveu no Rio de Janeiro. Vejamos outras visões sobre a cidade nesse mesmo período.

---

<sup>115</sup> CAVALCANTI, Nireu, 2004, p. 101.

## II. 2 O Rio de Janeiro na perspectiva dos viajantes na primeira metade do século XIX

Depois de nos atermos a visão da cidade descrita pelo Padre Perereca, analisaremos o relatos de alguns memorialistas que descreveram as mudanças e eventos ocorridos durante a permanência de D. João no Rio de Janeiro.

Citaremos primeiramente um viajante que veio junto com a esquadra inglesa que escoltava as naus que traziam a Família Real para o Brasil, o viajante inglês Thomas O'Neil. Ao chegar ao Rio de Janeiro, O' Neil descreveu as construções de casas na cidade colonial afirmando que na maior parte das casas da cidade “é bem construída, e principalmente com pedra; os aposentos são altos e espaçosos e as ruas são simétricas. As habitações das pessoas da classe mais baixa são de madeira, e as janelas têm gelosias (...)”<sup>116</sup>, mostrando que já havia uma importante preocupação com a circulação de ar dentro das casas do século XIX no Rio de Janeiro. Segundo sua descrição, as casas pareciam boas para o recebimento dos cortesãos que transmigraram com a corte.

Contudo, a cidade não era tão graciosa para todos que nela aportavam. Para outros estrangeiros que achavam que a mistura do clima e dos habitantes faziam a cidade parecer o próprio inferno terreno. Esse era o caso do relato de Luiz Joaquim dos Santos Marrocos, português que veio para o Rio de Janeiro com a vinda da Família Real como funcionário da Biblioteca Nacional. Singular em muitos aspectos, Santos Marrocos não mantêm a etiqueta ao relatar as condições coloniais, pois suas cartas eram estritamente escritas para seu pai. Ele passou muitos anos na América Portuguesa e sempre se queixava de tudo nas cartas que enviava para a Família em Portugal. Atentemo-nos a perspectiva de Joaquim dos Santos Marrocos sobre o clima carioca em diferentes cartas e datas. Para o autor do relato, seus problemas com “*um grande defluxo procedido do ar infernal desta terra, e tenho sofrido uma grande hemorragia de sangue pelo nariz; cuja a causa estou temendo os grandes calores de verão, porque hão de me afligir muito.*”<sup>117</sup> Parece que para Marrocos ter vindo para o Brasil era quase como estar no inferno ou pelo menos o clima estaria aproximando-o disso. Em outra data, o português contrariado de estar nas terras tropicais continua afirmando que “tereí eu persistir, neste infernal Clima, onde qualquer dorsinha He mortal!” ainda confessando que “(...) queria viver na nossa Casa mui pobre, do que aqui com grandes riquezas, (...) largando a

---

<sup>116</sup> O'NEIL, Thomas. *A vinda da Família Real portuguesa para o Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2007, p. 88.

<sup>117</sup> MARROCOS, Luiz Joaquim dos Santos. *Cartas de Luiz Joaquim dos Santos Marrocos*. Serviço Gráfico do Ministério da Educação e Saúde: Rio de Janeiro, 1939, p. 34.

Biblioteca, pudesse obter qualquer outro Emprego, para servir em Lisboa (...) qualquer um que diga o contrario, mente sem vergonha.”<sup>118</sup> Além de não gostar de viver aqui, parece que não tinha créditos quem tentasse convencer Marrocos do contrário. Vemos também um grande preconceito em relação aos costumes da população onde até o sotaque daqui o incomoda chegando a dizer que “Leve o Diabo semelhante língua, pois um País, onde reina a moleza e a preguiça, até na fala há sono!”<sup>119</sup> Marrocos parece sofrer tanto por estar longe de Portugal quanto por sua família que ficou lá, pois com o tempo foi se achando “magro, até falta de forças”, isso por conta dos “efeitos do desgosto em que vivo, e o sumo desejo de me retirar de tão mau País”, ainda suplica para que “Deus permita não terminar os meus dias debaixo desse horizonte, porque seria requintar a minha pena de passar por esse transe fora dos lares pátrios, e longe da nossa família.”<sup>120</sup> Até a morte em terras brasileiras eram demais para pessoas com a mentalidade de Santos Marrocos. Porém, no decorrer de seus relatos, Marrocos acaba refazendo suas opiniões, pois ensejava participar do quadro administrativo imperial, assim muitas críticas acabam se transformando elogios.

O clima também foi um dos pontos citados pelo comerciante inglês John Luccock<sup>121</sup>, que aportou no Rio de Janeiro em 1810 após a notícia da Abertura dos Portos. Chegando a dar dicas aos recém-transladados, Luccock aconselhava que para usufruírem com vantagem o dia, os estrangeiros instalados na cidade deveriam se levantar muito cedo para aproveitar o frescor da manhã. Nesse horário, o clima para os habitantes do Rio de Janeiro era frio, segundo Luccock.<sup>122</sup> Segundo o comerciante, o céu em relação ao europeu era tido como azul-escuro, sempre límpido e claro, quando aparecem as nuvens. Luccock afirma que não havia de ter preocupações com tempestades ou terremotos, pois até as águas da cidade eram lisas e claras como um espelho, refletindo a exuberância e beleza. De um modo geral, o clima é visto como saudável pelo comerciante inglês.

Para John Luccock uma das construções mais bonitas da cidade era o Passeio Público. Apesar de lhe parecer pequeno era perfeitamente plano e “construído em estilo muito afetado e negligentemente mantido, reclama para si o primeiro lugar entre os sítios de divertimento do Rio.” Isso porque muitos logradouros se transformavam em cenários festivos de acordo com o calendário real. A entrada mais utilizada, segundo Luccock, era pela Rua das

---

<sup>118</sup> Ibid., P.60-61.

<sup>119</sup> Ibidem, p. 11.

<sup>120</sup> Ibid., p. 44.

<sup>121</sup> Em suas memórias intituladas como “*Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*”, o negociante inglês John Luccock mostrou uma visão que se distingue dos seus demais conterrâneos, sendo considerada uma fonte riquíssima por ter vivido durante 10 anos em terras brasileiras.

<sup>122</sup> LUCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. São Paulo: Livraria Martins, 1975, p. 33.

Marrecas<sup>123</sup>, o qual estava situado o portão de ferro que falamos logo acima, e seguindo por ele encontrava-se a alameda principal que se estendia até um terraço, no lado oposto do jardim, elevado de cerca de dez pés acima do nível natural do terreno. Na descrição do Passeio Público, Luccock notou que havia um chafariz com uma gruta artificial coberta de vegetação, em meio da qual se viam dois jacarés de bronze entrelaçados com cerca de oito pés de comprimento. Estes despejavam a água pela boca e pareciam que estavam por mergulhar dentro de um tanque de pedra. Por trás existiam compridos bancos de pedra que ficavam a sombra das árvores e plantas sustentadas por treliças de madeira, onde, sob o abrigo da flor do maracujá, os habitantes podiam sentir uma atmosfera fresca. Perto do chafariz estavam as duas esguias pirâmides de granito, em sua opinião “de boas proporções e bem lavradas”, com inscrições já mostradas nesse trabalho. Em cada extremidade havia lances de degraus, e perto do topo do que ficava a esquerda, achava-se uma pequena estátua de um cupido risonho e alado que com os pés apoiados numa tartaruga terrestre, através de seu corpo a água despejava-se numa casca de granito abaixo, provida de uma concha que acumulava essa água para que os visitantes a bebessem. Em uma pequena taboleta, enroscada ao redor do braço direito, estava pintada a seguinte divisa alusiva: “Ainda brincando sou útil”.<sup>124</sup> Sendo, contudo, um local considerado como inspirador e agradável pelo viajante.

Mesmo com a falta de profissionais qualificados que reproduzissem os estilos artísticos vigentes na Europa, como era o neoclássico nesse caso, fazia-se com que estrangeiros não vissem de maneira grandiosa as construções elaboradas pelos autodidatas de todos os ofícios que surgiram para suprir a necessidade de realizar essas obras. O Passeio Público era o único mimo da população, segundo o historiador Oliveira Lima. Mas tudo parecia se transformar com a vinda da corte, onde a cidade tropical ia resplandecendo a medida que a Família Real ia permanecendo em seu território.<sup>125</sup> Assim, o cenário carioca acabou se tornando e exercendo o papel de cidade-modelo da Brasil colonial. Desse modo, a cidade seria digna para a permanência de uma corte européia?

---

<sup>123</sup> Essa rua era denominada de rua Bellas Noites, mas tornou-se rua das Marrecas devido a instalação de um chafariz localizado no final da rua, com 5 pássaros de bronze que esguichavam água dos bicos. Dessa forma, o povo tomou esses pássaros como marrecas e o chafariz de Mestre Valentim ficou conhecido como Chafariz das Marrecas. Atualmente, duas delas estão no Museu da Cidade do Rio de Janeiro e outra está em Recife, já as demais desapareceram.

<sup>124</sup> LUCCOCK, John, 1975, p. 59.

<sup>125</sup> LIMA, Manuel de Oliveira. *D. João VI no Brasil (1808-1821)*. São Paulo: José Olympio, 1996, p.81.

Na visão dos viajantes Von Spix e Von Martius <sup>126</sup> não, o Passeio Público era apenas um jardim pequeno cercado de muros. Lá cresciam mangueiras, jaqueiras, o itú, e o jamborosa entre os buquês de poinciana e, ainda, uma criação de cochonilhas sobre figueiras indianas.<sup>127</sup> Ainda, segundo os viajantes, o antigo Palácio dos vice-reis era uma construção que não tinha nada que a ligava a realeza. O “edifício não foi todo construído no estilo dos palácios europeus e sua aparência exterior não condiz a grandeza de um monarca de um reino tão promissor”.<sup>128</sup> Em outras palavras, os viajantes acabam por afirmar que o palácio tinha estrutura de receber a corte portuguesa. Os viajantes ainda comparam o palácio as construções com a “mesquinha parte de Lisboa”<sup>129</sup>. A maior dessas era o chafariz do Paço, mas na estada de Spix e Martius, podia-se notar a construção do novo chafariz na Praça do Santana. No lado oeste estava o Campo do Santana que separava a parte nova, construída após a vinda da corte. No quarteirão sudoeste ou Mata-porcos estava o localizado o arrabalde Catumbi e a Quinta Real de São Cristóvão.

Mesmo com as obras dos vice-reis Luis de Vasconcelos e Rezende após a transferência da capital para o Rio de Janeiro, a cidade era “mesquinha” para tornar-se sede da monarquia, segundo o historiador do início do século XX, Manuel Oliveira Lima.<sup>130</sup> Um dos problemas citados são as ruas estreitas impedindo até mesmo a apreciação de alguns prédios da cidade.<sup>131</sup> Na visão de Oliveira Lima o único tributo digno de um rei era a baía de Guanabara que ainda hoje nos fornece uma visão que merece ser apreciada. De acordo com o historiador Luís Norton apesar do crescimento urbano, os aspectos arquitetônicos e ligados à limpeza da cidade ainda eram rudimentares.<sup>132</sup> Para ele, somente com a vinda da arquiduquesa Leopoldina é que vão ser incentivadas verdadeiras obras civilizadoras no Rio de Janeiro iniciada pelos ministros de D. João.

Porém, outras obras não passavam despercebidas pelos viajantes que passavam pela cidade e a Igreja da Candelária era um exemplo disso. Segundo o viajante inglês Luccock, a Candelária era uma das melhores construções do Rio e, depois desta, o viajante inglês elegeu

---

<sup>126</sup> Os naturalistas Spix e Martius vieram junto com uma comitiva que incluía vários estudiosos devido a vinda da Arquiduquesa d’ Áustria, dona Leopoldina, para o seu casamento com D. Pedro de Alcântara, filho mais velho de d. João e herdeiro da Coroa portuguesa. Esses viajantes aportaram na cidade em 15 de julho de 1817.

<sup>127</sup> SPIX, Johann Baptist Von; MARTIUS, Carl Friedrich. *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1981. v.1, p. 63.

<sup>128</sup> *Ibidem*, p. 49.

<sup>129</sup> SPIX, Johann Baptist Von; MARTIUS, Carl Friedrich, 1981, v.1, p. 49.

<sup>130</sup> Sua obra que tem um grande destaque no campo historiográfico até hoje desde seu lançamento em 1908 quando completaram os 100 anos da vinda da Família Real para o Brasil. A obra ainda é citada em inúmeras pesquisas que tratam sobre esse período.

<sup>131</sup> LIMA, Manuel de Oliveira, 1996, p.67.

<sup>132</sup> NORTON, Luís. *A corte no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008, p.114.

a Igreja dedicada a São Francisco de Paula, que ocupa um dos lados da praça do mesmo nome. Para ele a primeira ainda “há de vir a ser, provavelmente, a mais freqüentada que qualquer outra igreja. Possui dois campanários e uma fachada ricamente ornamentada, formando uma belíssima vista do mar.”<sup>133</sup> Até mesmo os viajantes bávaros Spix e Martius afirmavam que “A igreja da Candelária é uma nobre mole arquitetônica, o melhor espécime de bom gosto e magnificência de que se pode gabar o Rio.”<sup>134</sup> Até hoje a Igreja da Candelária é eleita como uma das igrejas mais belas da cidade, exibindo sua exuberância atualmente na Avenida Presidente Vargas, prevalecendo até mesmo as reformas feitas na cidade no início século XX. Porém, para Spix e Martius a ornamentação dos edifícios religiosos carecia de belas pinturas, esculturas e ricos dourados, afirmando que mesmo as principais igrejas do Rio de Janeiro como a Candelária, a de São Francisco de Paula e a de Nossa Senhora da Glória deixavam a desejar.

As casas da cidade “(...) de pouca altura e estreito frontispício relativamente ao fundo, são na maioria feitas com granito miúdo, ou com madeira nos pavimentos superiores, e cobertas de telhas”, segundo Spix e Martius.<sup>135</sup> Esse tipo de “padrão” de construção foi trazido da Europa para os trópicos, visto que na cidade não havia escolas e nem sequer especialistas em arquitetura que tornasse os edifícios mais regulares ou os adaptassem ao clima daqui. Mesmo as construções que continham a presença da arquitetura construída por autodidatas e sendo ultrapassada na Europa, eram elogiadas pelos que passavam pela cidade. Mesmo que com a vinda dos estrangeiros essas não sejam suficientes, era importante colocá-las como boas. Para Spix e Martius, o Aqueduto dos Arcos (da Lapa) era uma cópia do seu gênero em Lisboa; era também a obra mais bela e útil na visão desses viajantes. Concluído em 1740, levava água potável às fontes da cidade.<sup>136</sup> Contudo, para eles, a saúde pública devia acabar com isso levando água encanada para muitas casas particulares.

Contudo, apesar da água que abastece a cidade vir das montanhas, através de aquedutos, e ser distribuída às várias fontes em diversos logradouros públicos, o que era comum na Europa, parecia não ser suficiente, segundo o viajante naturalista inglês John Mawe. Na sua visão, as fontes de abastecimento são poucas, o que é lastimável, pois “muitos dos quais vivem a uma milha de distancia de qualquer delas são forçados a empregar pessoas continuamente no transporte de água; muitos pobres ganham a vida vendendo-a”<sup>137</sup>. Nesse

---

<sup>133</sup> LUCCOCK, John, 1975, p.40-41.

<sup>134</sup> SPIX, Johann Baptist Von; MARTIUS, Carl Friedrich, 1981, v.1, p. 49.

<sup>135</sup> Ibidem, p. 48.

<sup>136</sup> Idem, p. 49.

<sup>137</sup> MAWE, John. *Viagens ao interior do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1978, p. 106.

período a água é boa quando guardada em grandes talhas, fresca e agradável. Descordando de John Mawe sobre o abastecimento de água, seu conterrâneo Thomas O’Neil afirmara que na cidade haviam inúmeras fontes, para a comodidade dos habitantes.<sup>138</sup>

Um ponto positivo era a regularidade das ruas desemboca em várias praças abertas onde se podiam encontrar os chafarizes, como as do Paço Real, do Teatro, do Passeio Público ou a do Campo do Santana. O antigo Colégio dos Jesuítas, o Convento dos Beneditinos, no outeiro a nordeste, depois o Palácio do Bispo e o Forte da Conceição trazem uma visão magnífica da cidade, segundo Spix e Martius.<sup>139</sup> Essa afirmação é feita com a ressalva de que a Igreja ainda estava em fase de acabamento, mas sua riqueza impressionava a todos que a observavam. De acordo com Spix e Martius, as ruas da cidade são calçadas com granito e têm passeios. Entretanto, a iluminação é precária e somente por algumas horas da noite, com lanternas colocadas junto das imagens de Nossa Senhora.

Entretanto, um outro problema da cidade citado pelos viajantes era a falta de estalagens e moradias. Segundo o viajante John Mawe, as estalagens e tavernas “são quase destituídas de acomodações, e tão inconfortáveis que um estrangeiro nelas só residirá se não encontrar um amigo que o hospede”. Muitos viajantes só viam essa opção porque o aluguel das casas, em geral, é tão elevado quanto na Europa. A explicação desses altos valores para John Mawe seria por conta da “falta de materiais de construção e ao alto preço da alvenaria. A madeira é, em regra, muito escassa, considerando-se a quantidade que cresce em quase todas as regiões do Brasil; mesmo a lenha é cara (...)”.<sup>140</sup> Assim, uma boa opção era ficar na casa de parentes ou amigos que aqui já residiam ou possuíam algum tipo de imóvel na cidade.

A falta de hospedagens e imóveis para abrigar essas pessoas se agravou e também fora citada pelo comerciante John Luccock. Segundo o comerciante, a cidade “(...) estava cheia de habitantes; tão repleta mesmo que eu não sabia encontrar pouso para a noite.”<sup>141</sup> No âmbito dos negócios, mesmo após a Abertura dos Portos, Luccock afirmava que não havia um mercado favorável, deslocando-se do Rio de Janeiro para parte sul do nosso território, liquidando suas mercadorias e voltando para a Inglaterra. Quando retornou para o Brasil, começou a fazer anotações sobre as transformações do Rio de Janeiro joanino percebendo as mutações que o cenário carioca passou durante sua passagem pela cidade durante diferentes

---

<sup>138</sup> O’NEIL, Thomas. *A vinda da Família Real portuguesa para o Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2007, p. 89.

<sup>139</sup> SPIX, Johann Baptist Von; MARTIUS, Carl Friedrich, 1981, v.1, p. 48-49.

<sup>140</sup> MAWE, John, 1978, p. 106.

<sup>141</sup> LUCCOCK, John, 1975, p. 26.

anos.<sup>142</sup> Luccock era comerciante e a princípio achou que “nada parecia haver de favorável a empreendimentos comerciais nessas cenas de dissipação miúda; a-pesar-do que terminamos o passeio com perspectivas mais animadoras do que aquelas com que o que havíamos encetado.”<sup>143</sup> Ou seja, para Luccock, após a vinda da Família Real, o Rio de Janeiro era a “salvação” e a libertação dos costumes coloniais, principalmente depois do Decreto de Abertura dos Portos.

De acordo com as pesquisas do historiador e arquiteto Nireu Cavalcanti eram 65% da cidade constituída de prédios baixos, ou seja, de apenas um andar e no total geral de 7.548 imóveis, 7.047 estavam em condições de uso.<sup>144</sup> As propriedades institucionais estavam divididas entre a Igreja e o Estado. Já os grandes e médios proprietários registravam a maior parte dos imóveis no nome dos homens (2.585 propriedades), sendo que 61,1% possuíam um único imóvel, 17,8% dois imóveis e 7,6%, ou seja, 197 indivíduos, tinham cinco ou mais imóveis, segundo Nireu Cavalcanti.<sup>145</sup> Qualquer obra empreendida na cidade devia ser fiscalizada pela Câmara de Vereadores, até mesmo reformas e arruamentos, isso para manter os limites dos lotes e respeitar a privacidade dos vizinhos. Para Cavalcanti houve um rompimento na muralha colonial com a vinda da Família Real portuguesa para os trópicos. Com a entrada desse grande número de pessoas na cidade houve a necessidade de adaptação das moradias e para isto foi concedida as condições legais. Um exemplo de mudança foi em relação a numeração das casas da cidade que não apresentavam nenhuma ordem numérica; a localização era feita pelo nome do morador ou de um ex-morador ou, até mesmo, pelo nome de um vizinho conhecido, segundo o historiador Nireu Cavalcanti. A numeração surgiu apenas com os lançadores da Décima Urbana que decidiu qual seria o lado esquerdo e o lado direito das ruas e numeraram as casas na seqüência dos números naturais.

Boa parte de expansão da cidade carioca havia se dado através do aterro de mangues e brejos. Assim, na tentativa de domar as águas, o chão plano fora feito de terra batida e desnivelado, fazendo emergirem poças que acumulando resíduos tornavam o aspecto das ruas imundo e fétido. De acordo com a historiadora Lília Schwarcz, apenas com a vinda da Família Real é que o Rio de Janeiro que era quase uma “aldeia” se converteu em corte e ganhou as

---

<sup>142</sup> John Luccock escreveu sobre as características do Rio de Janeiro em 1808, em 1813, 1816, e por fim, em 1818, anotando as melhorias feitas na cidade e as mudanças no cotidiano de seus habitantes.

<sup>143</sup> *Idem*.

<sup>144</sup> CAVALCANTI, Nireu. *O Rio de Janeiro setecentista: a vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da Corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004, p. 265-267.

<sup>145</sup> *Ibidem*, p. 272-274.

vicissitudes da vida social, crescimento das praças, aumento do comércio e grandes festas.<sup>146</sup>

<sup>147</sup> O estímulo para a secagem do terreno da cidade foi incentivado pelos residentes, ato visto como de enobrecimento da cidade; assim poderiam construir mais habitações, segundo a historiadora Kirsten Schultz.<sup>148</sup> Áreas pantanosas como as do bairro da Cidade Nova também eram estimuladas para o crescimento de novas construções. Entre alagados e elevações, o Rio de Janeiro nasceu através das áreas que a natureza ditava os sítios de ocupação, segundo o historiador Afonso Marques, marcando a historiografia mais recente. Para o historiador, a cidade de D. João tinha todo o exotismo do Novo Mundo, mas podia por algumas vezes ser confundida com qualquer cidade européia.<sup>149</sup>

O número de estrangeiros na cidade aumentou porque, segundo os viajantes Spix e Martius, a cidade do Rio de Janeiro tornara-se escala-depósito para todos numerosos pequenos portos da costa brasileira atendendo da Bahia até Montevidéu, despachando produtos para a Europa (especialmente alimentos como farinha, feijão, toucinho e carne seca).<sup>150</sup> O comércio crescia desde a vinda do rei, estabelecendo na capital colonial as mais importantes casas de comércio, principalmente a venda e troca de escravos africanos. O número de negros que circulava pela cidade causava espanto aos estrangeiros que aportavam na cidade. Os escravos negros e mulatos geralmente ficavam na parte mais antiga da cidade que era traçada por oito ruas, estreitas, paralelas e partidas por travessas retangulares, que ficavam na parte nordeste. Aprofundaremos a questão no próximo capítulo. Era nos armazéns que ficavam entre o morro da Conceição e do Livramento, localizados na Rua do Valongo que os escravos vindos da costa africana eram negociados. A rua do Valongo foi aberta aos poucos, porém foram construídas nela casas descritas como excelentes.<sup>151</sup> Esse grande número de escravos negros e mulatos espantavam os viajantes europeus onde muitos achavam que eram de natureza inferior, bruta, pelo fato de andarem seminus.<sup>152</sup>

Contudo, percebemos somente nas visões de estrangeiros um espanto com a natureza da cidade, a qual nem sequer é citada pelo Padre Perereca. Os viajantes ficavam perplexos ao entrar na cidade pelo mar e se deparar com os morros verdejantes na entrada da baía de Guanabara. Vejamos a impressão de Spix e Martius:

---

<sup>146</sup> SCHWARCZ, Lília Moritz. *A longa viagem da biblioteca dos reis*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 235-236.

<sup>147</sup> SCHULTZ, Kirsten. *Versalhes Tropical: Império, monarquia e corte real no Rio de Janeiro 1808-1821*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 159.

<sup>148</sup> Ibidem, p. 163.

<sup>149</sup> SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. *A invenção do Brasil*. Rio de Janeiro, p.29-30.

<sup>150</sup> Ibidem, p. 70.

<sup>151</sup> SPIX, Johann Baptist Von; MARTIUS, Carl Friedrich, 1981, v.1,p. 48.

<sup>152</sup> Ibidem, p. 66.

Do azul escuro do mar, elevam-se as margens banhadas de sol e no meio do verde de vivo destaca-se a brancura das casas, capelas, igrejas e fortalezas. Atrás levantam-se audaciosos rochedos de forma imponentes, cujas encostas ostentam em toda a plenitude a uberidade da floresta tropical. Odor ambrosiano derrama-se dessa soberba selva e, maravilhado, passa o navegante estrangeiro por muitas ilhas cobertas de majestosas palmeiras.<sup>153</sup>

Certamente, a natureza paradisíaca era a primeira coisa que chamava a atenção dos viajantes ao adentrar a baía de Guanabara para aportarem na cidade carioca e, também pelo fato de Johann Baptiste Von Spix ter sido um grande zoólogo (1781-1826). Porém, é a Carl Friedrich Phillipp von Martius (1794-1849) que se atribui grande parte (se não todas) das anotações e relatos contidos na obra de três volumes intituladas como *Viagem pelo Brasil (1817-1820)*, traduzida para o português em 1938 pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e publicado pela Imprensa Nacional. Ao entrarem no Rio de Janeiro pela baía de Guanabara em um dia claro e límpido avistando os rochedos como portões de entrada, dominando ao sul o Pão de Açúcar, a baía de Guanabara reluzia como um espelho, um lago calmo, e as ilhas cobertas por palmeiras se limitavam ao fundo com uma visão serrana. Do forte de Santa Cruz foi anunciada a chegada de seu navio. Em meio ao verde vivo, Spix e Martius falam da brancura das construções como casas, capelas, igrejas e fortalezas. Ao chegar ao cais, Spix e Martius relatam que foram levados até lá por pequenos barcos. No cais, subira-se por uma escada em granito e no topo tinha-se a visão de uma praça aberta, o Paço Real. As bagagens de Spix e Martius foram levadas nas costas de negros. As boas-vindas ficaram por conta do cônsul-geral russo Von Langsdorff acompanhado pelo capitão Von Krusenstern, além dos comerciantes alemães estabelecidos no Rio de Janeiro. Acreditamos que a natureza não tenha sido citada pelo Padre Perereca pelo fato de ser carioca e estar tão acostumado com a natureza da cidade que essa para ele era comum.

Apesar da economia, política e do território parecer promissores, quando tratamos dos costumes sempre percebemos uma visão atrelada ao atraso. No trecho abaixo, o viajante John Mawe nos aponta outros incômodos que para ele parecem estar ligados a barbárie e a falta dos bons hábitos, ou seja, a urbe carioca parecia estar parada no tempo na visão do estrangeiro.

---

<sup>153</sup> Ibidem, p. 43.

(...) Os maiores incômodos que ainda perduram resultam do costume das pessoas de todas as categorias de andar a cavalo nas calçadas, e das quinquilharias penduradas nas lojas e nas portas das casas, que se abrem todas para a rua, com grande aborrecimento para os pedestres; posso acrescentar também as inúmeras poças de água estagnada, que, por ser baixo o lugar, só com muito trabalho podem ser drenadas e, no verão, emitem as mais pútridas exalações.<sup>154</sup>

Quase todos os argumentos, críticas e descrições estavam voltados para um único fim: mostrar que a cidade estava preparada ou deveria melhorar com a permanência da corte no Rio de Janeiro o príncipe D. João. Os relatos deviam mostrar as mudanças que tornavam o ambiente fluminense digno de receber e se tornar sede do aparelho burocrático português ao tornar a época memorável, através da visão que o padre tinha da cidade. Visão essa impregnada pela lógica do Antigo Regime, a qual o padre vivenciava nessa sociedade. Vejamos a visão do Padre Perereca sobre as condições da cidade.

Dessa forma, nesse capítulo notamos que segundo a historiografia e alguns viajantes que haviam inúmeros problemas na cidade, mas estes são amenizados ou não citados pelo Padre Perereca para que a cidade tenha plenas condições de tornar-se capital do império luso, legitimando essas condições no seu discurso. Um ponto que achamos interessante ao lermos as descrições do Padre Perereca foi a sua visão sem nenhum esplendor sobre a natureza da cidade, chegando a não mencioná-la em suas descrições. Ele apenas se atentou a falar sobre os aterramentos e construções da cidade para parecer que mesmo que a cidade tivesse um ambiente colonial os empreendimentos para sua ampliação estavam sendo feitos para que ela se torna digna de um soberano. O que nos pareceu é que natureza era algo tão presente em sua vida ou na dos habitantes do Brasil que a vista dos morros da cidade e da baía de Guanabara não os espantava. Já os relatos de estrangeiros mostram o espanto do impacto de tal ambiente através de seus escritos. Em termos de construção podemos eleger as igrejas e conventos como os edifícios mais notáveis da cidade, extremamente citados e criticados por Perereca e descrito como os melhores edifícios pelos viajantes. Excluindo essas construções, poucas coisas chamam a atenção dos viajantes e do padre Perereca, como, por exemplo, os chafarizes. A cidade era irregularmente construída porque não havia uma mão de obra especializada no Brasil. Porém, apesar das críticas, o padre Perereca ainda retrata a cidade como organizada e adequada para receber para receber a Família Real e toda a administração do mundo colonial português. Como notamos, suas transformações começaram nos tempos

---

<sup>154</sup> MAWE, John, 1978, p. 106.

dos vice-reis durante o século XVIII, século em que a cidade ganhava importância política quando se tornara a capital do Brasil colonial. Após o período Napoleônico, o modelo estético voltou-se para a França, a confirmação desse fato é a vinda dos artistas franceses em 1815, a Missão Francesa, apoiada pela Coroa. Dessa forma, o neoclassicismo francês foi tomado como referência de civilização, refletido na arquitetura efêmera, nas novas construções <sup>155</sup> e propagado posteriormente através da criação da Escola Nacional de Belas-Artes em 1830. Assim, pretendemos mostrar as mudanças que ocorreram na cidade no período posterior à vinda da Família Real, ressaltando também as transformações culturais e sociais, além das políticas, no nosso próximo capítulo.

---

<sup>155</sup> Como, por exemplo, a Praça do Comércio, atualmente conhecida como Casa França- Brasil projetada por Grandjean de Montigny.

## CAPÍTULO III

### A “invenção” da civilização tropical: *feira, costumes e hábitos do Rio de Janeiro joanino.*

Em 1801, a amizade inglesa era um axioma para os portugueses, nas negociações de Paz com a França revolucionária. Bonaparte sonhava com a ressurreição da Roma imperial. Após a invasão da Espanha, a ameaça tornou-se mais próxima. Sendo assim, na manhã de 29 de novembro de 1807, a Família Real e sua Corte completa – além de mobiliário, petições públicas, um arquivo, uma biblioteca, uma tipografia encaixotada, todos os valores públicos e privados – iniciaram sua longa viagem rumo às terras tropicais.<sup>156</sup> Com a chegada dessa notícia no Brasil iniciam-se uma série de preparativos para um fato inédito: uma corte europeia nos trópicos. É claro que essa notícia agradou vários súditos brasileiros, incluindo o Padre Perereca. Mas era necessário, além da estrutura da cidade, um ambiente europeu para que fosse digno de receber a corte portuguesa. Nesse capítulo pretendemos analisar as *Memórias* do Padre Perereca, contidas em dois tomos. Nelas ressaltaremos o que ele mais destacou: as festas do calendário real e a descrição das aparições da Família real, principalmente de D. João. Com isso, este estudo pretende esclarecer como era a sociedade “inventada” por Luís Gonçalves dos Santos e como ela se transformou após a vinda e permanência da corte no Brasil. Dessa maneira, analisaremos os relatos das festas e dos monumentos simbólicos erguidos em homenagem ao monarca, mesmo que esses fossem efêmeros.

Desde que a notícia da vinda fora anunciada, Padre Perereca começou a escrever suas Memórias, pois sabia que uma nova época estava por vir devido a um acontecimento tão atípico: um monarca no Novo Mundo, algo inédito desde então. Dessa forma ele mesmo afirmava: “(...) logo tomei a resolução de escrever umas *Memórias* de tudo que pudesse testemunhar, e chegasse à minha notícia, ou pelos papéis públicos, ou por informações de

---

<sup>156</sup> SANTOS, Luís Gonçalves dos. *Memórias para servir ao Reino do Brasil*. V.1. Belo Horizonte/ São Paulo, Itatiaia/ Edusp, 1981, p. 167.

pessoas verídicas, de tão extraordinário sucesso (...)”.<sup>157</sup> Assim, já de início, Padre Perereca deixava sua impressão sobre os anos de permanência de D. João nos trópicos: um sucesso. E, segundo o próprio Luís Gonçalves dos Santos desde a notícia “(...) o Império do Brasil já se encontrava projetado, e ansiosamente suspirávamos pela poderosa mão do Príncipe Regente Nosso Senhor para lançar a primeira pedra da futura grandeza, prosperidade e poder do novo Império.”<sup>158</sup> Quando o Padre perereca se refere a mão do monarca, ele se refere a honra simbólica de está próximo fisicamente do soberano, e momento como este eram ensejados pelos súditos através da cerimônia de beija-mão.

Desde 1792, a corte portuguesa resgatou um costume antigo, de realização de audiências públicas; algumas particulares, realizadas no Paço ou em passeios a cavalo, onde os súditos o paravam para fazerem súplicas; outras de caráter formal, o beija-mão, realizadas semanalmente e registradas nos Almanques da cidade de Lisboa. Podemos ver essa prática como uma forma de aproximação entre soberano e povo, o que, de fato, cooperou para a construção de uma imagem paternal, em torno de sua imagem, característica de uma sociedade de Antigo Regime. Vemos o entrelaçamento do caráter religioso com o laico. O rei tem o seu governo legitimado por Deus e pela Igreja Católica. Assim, se é decisão do rei vir para os trópicos, também é uma decisão divina que ele venha. Sendo uma decisão divina ou mesmo pelo fato do povo ter a presença da Família Real nesse território, nos parece que o Padre Perereca faz uma convocação para aquele momento tão esperado, e que tornaria, segundo ele, o Rio de Janeiro como “a mais afortunada cidade do Novo Mundo” por presenciar a entrada do primeiro soberano europeu.

A honra de ter um monarca nas terras do Brasil e a função de agradá-lo valia por tudo o que ele representava socialmente e, para muitos, o investimento financeiro era feito em troca do *status* social. Assim, a elite fluminense em busca desse reconhecimento social teria investido altas somas na organização dos diversos festejos celebrados em torno da Coroa portuguesa. Essas festas serviam para embelezar a cidade, atender alguns melhoramentos na parte de infra-estrutura e disciplinar os súditos. Dessa forma, D. João continuou, no Brasil, a exercer a prática de ceder largas mercês aos “bons” vassalos. Contudo, o capital simbólico era tido como o de maior “valor” já que, nesse período, a sociedade fluminense estabelecia o lugar dos indivíduos por meio de critério de honra e prestígio.<sup>159</sup> Os habitantes do Rio de

---

<sup>157</sup> Ibidem, p. 33.

<sup>158</sup> Ibidem, p. 168.

<sup>159</sup> MALERBA, Jurandir. *O Brasil Imperial (1808-1889)*. Maringá: EDUEM, 1999. P.213-214.

Janeiro tinham noção do grande fato histórico que estava acontecendo e queriam estar preparados para entrar nos “Anais da História portuguesa”.

Alvoroços durante os preparativos para a vinda da Família Real não faltaram. A retirada de Portugal mais pareceu uma fuga desordenada, mas alguns ministros acreditavam na construção de um império nos trópicos. Segundo o historiador Oliveira Lima, D. João podia facilmente enxergar a satisfação, dos súditos que habitavam o Brasil, aglomerados na rampa do cais através das demonstrações de reverência e amor.<sup>160</sup> Areia branca e vermelha fora derramada nas ruas e nos trajeto as misturas com ervas embalsamavam o ar junto com o repique dos sinos, os foguetes e as salvas da artilharia. Assim, o monarca deixava para trás as angustias do Reino invadido e subjugado.<sup>161</sup>

Portugal que estava numa situação que mais parecia ser colônia do Brasil percebia com passar dos anos que D. João não pretendia voltar.<sup>162</sup> Grandes eventos foram presenciados pelos habitantes do Rio de Janeiro, dentre quais destacamos: a elevação do Brasil a Reino, o falecimento da rainha D. Maria, a coroação de D. João e a celebração do casamento do príncipe D. Pedro com a filha do imperador da Áustria. Porém, diante da notícia da Revolução do Porto, D. João não teve alternativa a não ser regressar para Portugal. Mas, como seria a visão desses longos 13 anos em que D. João permaneceu no Rio de Janeiro a partir da perspectiva do Padre Perereca?

---

<sup>160</sup> LIMA, Manuel de Oliveira. *D. João VI no Brasil (1808-1821)*. São Paulo: José Olympio, 1996, p. 65.

<sup>161</sup> Idem.

<sup>162</sup> PEDREIRA, Jorge; COSTA, Fernando Dores. *D. João VI: Um príncipe entre dois continentes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 13.

### III.1 As *Memórias* da Família Real no Rio de Janeiro na perspectiva do Padre Perereca

A notícia da vinda da Família Real causava assombro, pois a causa desta era uma invasão militar no território tido como Mãe-Pátria. Muitas pessoas que viviam aqui no Brasil tinham pais, parentes ou amigos que viviam lá e por isso temiam males maiores devido às guerras causadas por Napoleão Bonaparte.

Logo, na introdução de suas *Memórias*, o Padre Perereca demonstrava o espanto de ter uma corte nos trópicos colocando que “Havendo eu tido a felicidade maior de ver, o que jamais pensei, nem esperei ver na minha vida, o augusto soberano com sua família Real, parte da corte (...) desembarcando nas praias do Brasil (...)”<sup>163</sup>, sendo a maior honraria para um vassalo que vivia nos trópicos e tornando o dia 8 de março de 1808 uma data memorável. Para o Padre Perereca, a vinda de D. João e sua corte colocariam “uma nova ordem nas coisas” e um “novo sistema político”. Sobre a notícia da vinda, ele afirma que: “Se grandes eram os motivos de mágoa, e aflição, não menores eram as causas de consolo, e de prazer: uma nova ordem de coisas ia se iniciar no hemisfério austral (...)”<sup>164</sup> Ou seja, apesar de não desejar o mal para a Família Real “amada”, era impossível deixar de demonstrar a felicidade dos súditos do Brasil para tal acontecimento, principalmente para os que habitavam o Rio de Janeiro, que seriam agraciados com a presença física da Real Majestade.

O relato do Padre Perereca ainda é muito importante, pois além do detalhamento em suas descrições, é o único que permaneceu no Rio de Janeiro desde a chegada da Família Real até o retorno de D. João para Portugal. Mas, outros indivíduos tiveram a mesma idéia do Padre Perereca e relataram esses acontecimentos ou mesmo parte deles quando estiveram no Rio de Janeiro. Esse foi o caso do viajante inglês John Mawe. Intitulada como *Viagens ao interior do Brasil principalmente aos distritos do ouro e dos diamantes*, em sua obra ele afirma logo na apresentação que tentou escrever “Com imparcialidade, e livre de qualquer preconceito, tentei fazer um relato claro e fiel do que vi (...) apesar de suas imperfeições, fosse julgado digno de ser patrocinado por um Príncipe (...)”<sup>165</sup>; vemos que a dedicatória pelo patrocínio as viagens e agradecimentos fazem parte do discurso característicos do Antigo Regime. Além do Príncipe, outro nome lembrado nessa apresentação foi o do Conde de Linhares, um dos maiores incentivadores das expedições artísticas e científicas que é

---

<sup>163</sup> SANTOS, Luís Gonçalves dos. 1981, v.1, p. 33.

<sup>164</sup> Ibidem, p.168.

<sup>165</sup> MAWE, Jonh. *Viagem ao interior do Brasil principalmente aos distritos do ouro e dos diamantes*. Rio de Janeiro: Zelio Valverde, 1944, p. 13.

lembrado saudosamente por Mawe que o descreve como um homem “(...) cuja bondade e gentileza de espírito encorajavam, com zelo que só o verdadeiro patriotismo sabe inspirar, empreendimento destinado a beneficiar o público.”<sup>166</sup>

Outro inglês que esteve e residiu no Brasil durante 10 anos foi John Luccock. Nesse período, Luccock escreveu as *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*, descrevendo relatos sobre as cidades onde viveu durante o período joanino. Comerciante, John Luccock veio para o Rio de Janeiro em 1808 após a notícia da abertura dos portos a fim de empreender novos negócios. Como de praxe, a obra, assim como a de Mawe foi dedicada a D. João pela proteção, o colocando como bondoso, mas cercado por homens indignos de sua confiança.

D. João é descrito como bondoso e atencioso com todos os súditos, até mesmo com os ingleses o qual demonstrava gratidão pelo apoio da nação com a situação política européia naquele momento, de acordo com Luccock.<sup>167</sup> Ele também fala que com os portugueses exilados, o Príncipe Regente chegava a ser paternal. O que vemos aqui são adjetivos característicos da sociedade de Antigo Regime, onde o monarca era visto como paternal e bondoso. Notamos isso porque vimos esses elogios feitos pelo Padre Perereca e também por outros viajantes e súditos que passavam pelo Rio de Janeiro naquela época. Enquanto a Princesa Regente, Carlota Joaquina, segundo Luccock, tinha “propensão para governar, embora só fizesse isso com sua casa”. Seu temperamento insistia com as relações de distinções na realeza onde qualquer comportamento que parecesse o mais leve desrespeito os levava ao extremo.<sup>168</sup>

Durante a trajetória da vinda, mais precisamente em 9 de janeiro do 1808, uma tempestade dispersou as naus em dois grupos: uma seguiu a rota e aportou no Rio de Janeiro no dia 17 do mesmo mês e o outro tomou o rumo da Bahia, justamente a que D. João estava e permanecera mais de um mês. Dessa maneira, foram os baianos que tiveram a oportunidade de festejar a chegada do rei na sua presença efetiva e demonstrar sua adoração ao príncipe antes mesmo do Rio de Janeiro.

D. João permaneceu no Bahia até o dia 26 de fevereiro quando retomou o curso original de sua viagem, conforme o decreto de 27 de novembro de 1807, pelo qual era afirmada a transferência da corte para a cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro.<sup>169</sup> A escolha

---

<sup>166</sup> Ibidem, p. 13.

<sup>167</sup> LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. São Paulo: Livraria Martins, 1975, p.64.

<sup>168</sup> Ibidem, p. 65.

<sup>169</sup> Ibidem p. 172.

do Rio de Janeiro como cidade sede do aparelho burocrático português para o Padre Perereca tornava o Rio de Janeiro a cidade “mais ditosa do Novo Mundo”, isso por que:

(...) Rio de Janeiro, aí tens a tua augusta Rainha, e o teu excelso príncipe com a sua real família, as primeiras majestades, que o hemisfério austral viu e conheceu. Estes são os teus soberanos e senhores, descendentes e herdeiros daqueles grandes reis, que te descobriram, te povoaram, e te engrandeceram, ao ponto de serem de hoje em diante a *princesa de toda a América*, e Corte dos senhores reis de Portugal; enche-te de júbilo, salta de prazer, orna-te dos teus mais ricos vestidos, sai ao encontro aos teus soberanos; e recolhe com todo o respeito, e veneração, e amor o príncipe ditoso, que *vem em nome do Senhor* visitar seu povo. <sup>170</sup>

Foi ainda aportado ainda na Bahia que D. João outorgou o Decreto de 28 de janeiro que abria os portos do Brasil as nações amigas, o que significava a libertação econômica do Brasil.<sup>171</sup> O soberano mal havia chegado e as mudanças já começavam antes dele mesmo chegar na capital. Padre Perereca compreende a dimensão do acontecimento que rompia com o Pacto colonial e já representava o início da liberdade do Brasil. Sendo assim, Padre Perereca citou a carta do decreto em suas *Memórias*, chegando a afirmar que esta tinha um “teor imortal” e que “era digna de ser gravada em letras de ouro”.<sup>172</sup>

Com a Abertura dos Portos muitos estrangeiros começaram a vir para o Brasil a fim de estabelecerem as relações comerciais, e esse foi o caso do comerciante inglês John Luccock. Segundo ele, entre o comércio, principalmente o de alimentos, comentado por o comerciante foi sinalizado que a carne era ainda um alimento caro, pois os animais eram altos. Outro produto citado como caro é o pão. A carne dos répteis são as mais comidas como petisco e de maior acesso as pessoas das classes mais baixas. Vegetais como batata e nabo não faziam muito sucesso, ao contrário do feijão que era abundante e continua popular até os dias de hoje. No caso das frutas, banana e laranja eram mais populares, outras também faziam sucesso nos trópicos como a goiaba e a melancia, mas o cultivo de uva era vedado para que

---

<sup>170</sup> SANTOS, Luís Gonçalves dos, 1981, v.1, p. 174. *Grifos nossos*.

<sup>171</sup> NORTON, Luís. *A corte de Portugal no Brasil: Notas, alguns documentos diplomáticos e cartas da imperatriz Leopoldina*. Coleção Brasileira. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008, p. 43-46.

<sup>172</sup> SANTOS, Luís Gonçalves dos, 1981, v.1, p. 170.

não interferisse no comércio português. Mesmo assim, os vinhos que vinham para o Brasil, segundo Luccock, eram os piores. O gado e o leite também deixavam a desejar.<sup>173</sup>

Ainda em relação ao comércio, o viajante também inglês John Mawe criticou a vinda de artigos de luxo ingleses, como por exemplo, o peixe de Newfoundland e a cerveja, enviados em grandes quantidades a um povo em que pouco teria a oportunidade de provar, o contrário de Londres onde eram produtos bem populares.<sup>174</sup> Vemos que os ingleses trouxeram um exagero de produtos importados para o Brasil, mas apenas alguns serem apreciados pelos seus habitantes.

Com relação à alimentação das classes inferiores, segundo os viajantes Spix e Martius, faziam parte a mandioca, o fubá e o feijão preto. Os peixes eram apreciados somente nos locais aonde havia maior miséria, onde as pessoas se alimentavam exclusivamente deste. Na classe média, frutas<sup>175</sup>, queijos mineiros e o pão de trigo faziam parte da dieta.<sup>176</sup> A presença da corte alteraria o cotidiano tranqüilo do cenário carioca e acaba por transformar os hábitos do fluminense no vestir, no comer e nas maneiras.<sup>177</sup>

Outro avanço foi Alvará do 1º de abril de 1808 que permitia a abertura de indústrias no Brasil. Padre Perereca falava que o comércio e a indústria são as “principais bases da sociedade, e grandeza das nações, franqueadas, e permitidas no Brasil (...) desde já podemos afoitamente augurar, e predizer que o Brasil dará em poucos anos passos agigantados na carreira da prosperidade”.<sup>178</sup>

Ficava clara a importância da vinda para a perspectiva de um futuro cheio de empreendimentos que pareciam estar permeado na cabeça do Padre Perereca. O Brasil era a tábua de salvação nesse momento tão delicado da história portuguesa, enquanto a vinda da Família Real tornava o horizonte de novas perspectivas, a elevação do *status* Brasil perante as nações européias. O caráter estrategista do rei com a tomada da decisão da vinda para os Trópicos também é afirmada quando o Padre Perereca fala que D. João “(...) salvou a honra, a glória, e a monarquia portuguesa. A mudança do seu trono ainda a fará mais forte, poderosa, e respeitável”.<sup>179</sup> Esse pensamento do Padre nos faz lembrar os antigos projetos da fundação de um novo Império Lusitano nos Trópicos, que nesse momento estava perto de se tornar uma

---

<sup>173</sup> LUCCOCK, John, 1975, p. 32.

<sup>174</sup> SANTOS, Luís Gonçalves dos, 1981, v.1, p. 306-307.

<sup>175</sup> Assim como já citado por Luccock a laranja, a goiaba e melancias eram as frutas preferidas.

<sup>176</sup> SPIX, Johann Baptist Von; MARTIUS, Carl Friedrich. *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1981. v.1, p. 60.

<sup>177</sup> RENAULT, Delso. *O Rio antigo nos anúncios de jornais (1808-1850)*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1969.

<sup>178</sup> SANTOS, Luís Gonçalves dos, 1981, v.1, p. 200.

<sup>179</sup> *Ibidem*, p. 168.

realidade. Nesse caso Padre Perereca retratou D. João como um súdito do Antigo Regime deveria retratar sua majestade, atribuindo todas as qualidades que lhe deveria haver para que o tornasse um governante “perfeito”: leal, amoroso, piedoso, generoso e paternal. Vemos esses traços principalmente quando o Príncipe agraciava seus súditos com pensões, empregos, postos, ofícios, honras ou mercês. Assim, percebe-se que os favorecidos estão na situação econômica desvantajosa, necessitando dos favores e se submetendo a “economia do dom”, e o outro se submete, obrigado pela “economia da gratidão”, na espera do prestígio social, ou seja, as duas economias baseiam-se na troca de vantagens onde a gratidão torna-se uma obrigação moral.<sup>180</sup>

Recebida a notícia da vinda, logo, os súditos do Rio de Janeiro começaram os preparativos para que houvesse uma faustosa recepção. Era preciso também preparar as acomodações do Príncipe e de toda a comitiva que o acompanhavam, então o cais e o Largo do Paço se tornaram os lugares mais disputados para que os súditos demonstrassem seu zelo por D. João, segundo Padre Perereca. Na visão de Luís Gonçalves dos Santos, o Padre Perereca, as pessoas que trabalhavam na recepção da Família Real mostravam grande satisfação, até mesmo “pessoas da ínfima plebe, e os mesmos escravos, mostravam na alegria de seus semblantes: e para nada faltar do que pudesse suavizar o incômodo porque S. A., e a real família passavam sobre o mar (...)”.<sup>181</sup> Nesse trecho vemos um discurso característica do Antigo Regime, onde toda a população trabalhava feliz pelo bem maior, cada um satisfeito e exercendo a sua posição hierárquica de maneira não contestável; assim encarnava-se o estereótipo da nação perfeita absolutista.

A Família Real, que estava acostumada a suntuosidade e amplos espaços, neste momento teria que se adaptar a habitações menores e mais modestas. Despreparada para receber uma corte, a cidade precisou se adaptar e remodelar o seu espaço físico. A vida cotidiana dos habitantes da cidade seria modificada em função dos recém-chegados que exigiam modos sofisticados no vestir e hábitos que seguiam o padrão europeu.<sup>182</sup>

Coube a D. João e sua esposa e seus filhos a acomodação no Paço do Vice-Rei, e a partir daí, Paço Real. Os paços eram de suma importância para qualquer monarca, pois o paço significava ser do rei, ou em nosso caso, do príncipe regente. Afinal, já era uma tradição entre os Bragança mostrar muito luxo no exterior de suas construções e desprezar o interior; porém,

---

<sup>180</sup> Para saber mais, ver: HESAPANHA, António Manuel (coord.). História de Portugal. V.4: *O Antigo Regime*. Lisboa: Estampa, 1993.

<sup>181</sup> SANTOS, Luís Gonçalves dos, 1981, v.1, p. 169.

<sup>182</sup> ALGRANTI, Leila Mezan. *D. João VI: Os Bastidores da Independência*. São Paulo: Ática, 1987, p. 33.

nesta situação, seria preciso inserir algumas reformas também.<sup>183</sup> O edifício já havia sofrido obras de ampliação para servir de morada para os vice-reis, mas ainda assim era pequeno. Por isso, a medida tomada foi construir uma ponte que ligasse o Paço Real com o Convento do Carmo para que coubesse todo o aparelhado cortesão real.

Segundo o comerciante inglês Luccock, o Paço era um edifício miserável e danificado em que insistiam de chamar de Palácio. E assim como era o Paço, eram o aparelho e o séquito em público. A sege trazida de Portugal era puxada por duas mulas e por um cocheiro com uniforme já bem gasto. Os militares seguiam de cavalos sem ferraduras e mancos, por vezes estavam caolhos, e a tonalidade de seus uniformes variava por conta do tempo de uso. Muitos desses uniformes se encontravam remendados e não usavam de coletes, luvas e meias, apenas botas, que segundo Luccock não estavam engraxadas. Capacetes e cartucheiras também já eram ultrapassados para a época. Assim como esse cenário e seu cortejo, o Príncipe Regente se apresentava como um miserável bem como toda a Família Real, segundo Luccock.<sup>184</sup>

Outra crítica feita a um edifício real foi realizada por John Mawe. Nesse caso foi ao visitar o sítio de veraneio real, situado em Santa Cruz, local qual o viajante John Mawe teve a oportunidade de conhecer, mas acabou se decepcionando. A má administração do sítio faziam-no parecer abandonado, notando apenas os resquícios dos tempos da administração jesuítas. As condições de vida dos escravos era precária, seja por causa de suas vestimentas ou a falta delas e o seu estado de semi-famintos. Mawe havia ido para lá a pedido do Conde de Linhares para encontrar-se com o Príncipe em uma de suas estadas no local. Nesse caso, foi-lhe oferecido o cargo de administrador da fazenda, mas o viajante não aceitou a proposta, ora aparentemente por conta da expedição pelo interior e ora parece que por conta de um “sistema de intrigas”, provavelmente relativos aos cargos e representações de uma sociedade de corte do Antigo Regime.<sup>185</sup>

Foi nesse cenário que ocorreu enfim um dos maiores marcos na história da cidade, o dia 7 de março de 1808, quando atracou no Rio de Janeiro a parte mais importante da corte. A cidade parou, as residências ficaram vazias, pois todos estavam aguardando o momento tão esperado do desembarcar da corte portuguesa. Após o ancoramento da nau do Príncipe Regente no porto carioca, era o momento em que as pessoas mais distintas se dirigiam para

---

<sup>183</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. *A longa viagem da biblioteca dos reis*. 2 ed. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2002, p.244.

<sup>184</sup> LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. São Paulo: Livraria Martins, 1975, p. 65-66.

<sup>185</sup> MAWE, Jonh. *Viagem ao interior do Brasil principalmente aos distritos do ouro e dos diamantes*. Rio de Janeiro: Zelio Valverde, 1944, p. 115-117.

terem a honra de beijar a mão de D. João pela primeira vez no Novo mundo e o desembarque, que acontecera no dia 08 de março de 1808, foi esplêndido segundo o Padre Perereca:

(...) logo que o Príncipe Regente Nosso Senhor pôs o pé em Terra: Ah! Como poderei descrever o que tive a fortuna de testemunhar nesse ditoso momento? Centenas de fogos subiram ao mesmo tempo no ar: rompeu imediatamente um clamor de vivas sobre vivas; os alegres repiques dos sinos; e os sons dos tambores, e dos instrumentos dos músicos, misturados com o estrondo das salvas, estrépito dos foguetes, e aplausos do povo, fazia uma estrondosa confusão tão magnífica, majestosa, e arrebatadora, que parecia coisa sobrenatural, e maravilhosa. No meio desta assombrosa confusão de tantos, e tão multiplicados sons diferentes desembarcaram todas as pessoas reais; e juntamente com o Príncipe Regente Nosso Senhor se prostraram diante de um rico altar (...).<sup>186</sup>

A maior parte dos exilados que vieram com a Corte sabiam pouco sobre o Rio de Janeiro além da vida “inferior” colonial, de acordo com a historiadora Kirsten Schltz.<sup>187</sup> A vinda da Corte assegurava a parte mais rica do império luso (o Brasil) e salvava o Reino e a monarquia portuguesa.

No caso dos cortesãos transmigrados portugueses não lhes restava muito mais que a etiqueta, único artifício que lhe conferia identidade como grupo. Nesse sentido, o historiador Jurandir Malerba, em seu estudo *A corte no exílio*, afirma que o comércio dos “intercâmbios mais simbólicos entre soberano e ‘homens bons’ da terra começaram já por ocasião do desembarque da Família Real”, que era o que rendia melhor nesse momento, ou seja, com o exílio da corte portuguesa nos trópicos os cariocas tiveram inúmeras ocasiões para externar seus sentimentos de fidelidade por meio dos cerimoniais, pois todos tinham o direito de beijar a mão do rei, mesmo quem não era nobre nem fidalgo. Era na insaciável busca pelos “bens de prestígio”<sup>188</sup>. Atentemo-nos a colocação do historiador Raimundo Faoro:

---

<sup>186</sup> SANTOS, Luís Gonçalves dos, 1981, p.177.

<sup>187</sup> SCHULTZ, Kirsten. *Versalhes Tropical*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p.71.

<sup>188</sup> A elite fluminense que socorreu o rei financeiramente recebeu em troca os “bens de prestígio”: nobilitações, títulos, privilégios, isenções, liberdades e franquias, que não deixavam de ter um retorno material, como postos de administração e arrematação de impostos.

A burguesia, nesse sistema, não subjuga e aniquila a nobreza, senão que esta se incorpora, aderindo à sua consciência social. A íntima tensão tecida de zombarias e desdêns, se afrouxa com o curso das gerações, no afidalgamento postiço da ascensão social. A via atrai todas as classes e as mergulha no estamento é o cargo público, instrumento de amálgama e controle das conquistas por parte do soberano.<sup>189</sup>

A concessão de graças honoríficas, assim como os títulos e lugar nas ordens militares e religiosas eram utilizadas como capital simbólico fundamental para retribuir a fidelidade dos súditos com o rei, e tinham um grande valor. Jurandir Malerba nos mostra que a fim de reforçar a sua legitimidade, o governo trazia os circuitos internos dos palácios as auto-representações da realeza, em conjunto amplo aplicados, por exemplo, “no teatro ou na capela ao mesmo tempo que o rei, ou em círculos maiores, como as aparições públicas da Majestade – tal como se assistiu a aclamação de D. João VI.”<sup>190</sup> Dessa maneira, os ornamentos oferecidos pelos súditos eram sinais materiais não somente para manifestar o amor e amizade junto ao rei, mas tornava-se viável saber como os súditos se dirigiam ao monarca e identificar esses súditos.

Essa via de reconhecimento foi almejada e conquistada pelo rico comerciante Elias Antônio Lopes, quem doou uma vasta chácara (Quinta) para o Príncipe D. João. Vejamos a descrição da propriedade abaixo:

---

<sup>189</sup> FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: A formação do patronato político brasileiro*. 6ª ed. v.1. Porto Alegre: Globo, 1984, p. 176.

<sup>190</sup> MALERBA, Jurandir. *A corte no exílio: Civilização e poder no Brasil às vésperas da Independência (1808 a 1821)*. São Paulo: Cia da Letras, 2000, p.258.

A primeira coisa notável que me lembra dizer-te, é a generosa oferta, que o negociante e Cidadão desta cidade, Elias Antônio Lopes, faz da sua chácara (Quinta) a S.A.R., e que o mesmo senhor se dignou a aceitar. A dita chácara é uma das melhores coisas que há para o Sul. Está situada na bela planície de São Cristovão, distante dessa cidade coisa de meia légua à beira-mar. No meio dela se eleva uma colina de espaçosa grandeza, sobre a qual está edificado o mais soberbo Palácio, que há nas Américas; pois só a varanda que tem em roda, e são arcaria, tem mais de 300 janelas envidraçadas. Quando S.A.R. entrou ali pela primeira vez, disse a Elias Antônio, que o acompanhava: Eis aqui uma varanda Real, Eu não tinha em Portugal uma coisa assim.<sup>191</sup>

Além de Elias Antônio ter sido agraciado, o fato de D. João consagrar a Quinta da Boa Vista como palácio de campo promoveu a região onde havia algumas chácaras de negociantes ricos para um espaço das pessoas honradas. No dia seguinte às 9 da manhã foram levantadas as Armas Reais no pórtico do Palácio, e ao mesmo tempo subiram uma girândola de foguetes, que anunciaram a todos a inauguração da nova residência real. A partir daquele dia todos começaram a chamar a dita chácara Quinta de S. Cristovão. A grandeza da Quinta era uma légua em circuito, tudo planície, à exceção da colina em que está edificado o Palácio.<sup>192</sup> S.A.R. querendo gratificar Elias Antônio tão generosa oferta, que os mesmos Fidalgos avaliam em 400.000 cruzados, houve por bem nomeá-lo Comendador da Ordem de Cristo, Fidalgo da Casa Real, e Administrador da mesma Quinta.” O mesmo aconteceu em outros espaços como o Campo de Santana e o Passeio Público. Quanto aos portugueses que acompanharam a Real Família, Padre Perereca escreveu que D. João “Pede gratidão nacional, que não me esqueças dos ilustres, e generosos fidalgos, de pessoas distintas de todas as ordens do Estado (...)”<sup>193</sup> isso pelo fato de terem largado suas casas, parentes, amigos e a própria pátria para acompanhar-los, pedindo respeito a seus nomes<sup>194</sup>, mas sem citar a fuga de Napoleão Bonaparte. Segundo o padre, essas pessoas foram empregadas como confessores, guarda-roupas, capelães, moços da Câmara, etc., damas do Paço, donas da Câmara, açafatas, etc, médicos, e cirurgiões da Câmara, muitos eclesiásticos seculares, e regulares de várias

---

<sup>191</sup> Relação das festas que se fizeram no Rio de Janeiro, quando o Príncipe Regente N.S., e toda a Sua Real Família chegaram pela primeira vez aquela Capital. Ajuntando-se algumas Particularidades igualmente curiosas, e que dizem respeito ao mesmo objeto. Lisboa: Imprensa Régia, 1810, p. 12-13.

<sup>192</sup> Idem.

<sup>193</sup> SANTOS, Luís Gonçalves dos, 1981, v.1, p. 190.

<sup>194</sup> A relação de nomes dos “excelentíssimos se encontra em: SANTOS, Luís Gonçalves dos. *Memórias para servir ao Reino do Brasil*. V.1. Belo Horizonte/ São Paulo, Itatiaia/ Edusp, 1981, p. 190-191.

religiões, muitos na carreira militar como oficiais do exército, e da marinha ou na brigada Real da marinha. Alguns ficaram como desembargadores e oficiais da secretaria do Estado.

A presença de D. João despertou com maior fervor a disputa pelas honrarias entre os súditos e as invejas fizeram surgirem dois partidos: os lisboetas e os brasileiros. De acordo com Luccock, um dos grandes exemplos de súditos a ser seguido era D. Rodrigo de Sousa Coutinho, o conde de Linhares. Este serviria aos interesses do Estado buscando o progresso da nação, um exemplo não seguido pelos demais súditos, mas quando ele “desmascarou e tratou o quanto possível de expulsar do palácio todos os maus; daí a ser odiado por eles e acabar envenenado.”<sup>195</sup> cremos que quando Luccock se refere ao envenenamento, seria num sentido metafórico onde o conde de Linhares estaria se deixado cair no emaranhado das redes sociais estabelecida pela sociedade cortesã. Nas disputas pelo status social, os portugueses pareciam estar numa posição de vantagem, pois já eram conhecidos do Príncipe Regente desde antes da vinda - esta estava “destituída de tudo, exceto da honra”.<sup>196</sup> Enquanto isso, a elite brasileira oferecia benefícios concretos que muito convinham à corte naquele momento; assim conquistavam a “amizade”, pois retribuía as honrarias simbólicas com bens materiais.

Vemos um exemplo característico dessa sociedade de Antigo Regime na visão tida como peculiar: a de Luiz Joaquim dos Santos Marrocos. Ele veio para o Brasil acompanhando a segunda remessa de livros da Biblioteca Real em 1811. Na carta de número 6, Marrocos descreve o fato de ter beijado a mão do rei e de ter sido lembrado sem requerer esse prestígio, recebendo um cargo na Paço na sala de Despacho. Na função de Oficial-maior da Secretaria do Estado dos Negócios do Império, Marrocos faleceu em 17 de dezembro de 1878.<sup>197</sup> Diferentemente dos outros memorialistas, Marrocos não escreveu um relato, mas sim cartas pessoais entre os períodos de 1811 a 1821 para seus pais que residiam em Lisboa. Consideramos essa uma fonte diferente das anteriores, pois se tratava de cartas endereçadas estritamente à família e não a publicidade. Nesse caso, Marrocos deixa claro o caráter das cartas quando escreve para seu pai pedindo para “não mostrar as minhas cartas a pessoa alguma, comunicando vocalmente apenas o que não for suscetível a sentimentos sinistros; pois é cautela muito conveniente para nós ambos (...)”<sup>198</sup>, ou seja, muitas das coisas faladas pelo autor das cartas não devia ser divulgada para a sua sobrevivência social, para que não criasse inimizades dentro do ambiente cortesão. Quando chegou no Brasil disse que “(...) tudo

---

<sup>195</sup> LUCOCK, John, 1975, p.67.

<sup>196</sup> Ibidem, p. 68.

<sup>197</sup> Ibidem, p. 37.

<sup>198</sup> MARROCOS, Luiz Joaquim dos Santos. *Cartas de Luiz Joaquim dos Santos Marrocos*. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Ministério da Educação e Saúde, 1939, p. 50.

aqui é uma desordem, pela falta de providencia em tudo (...)”<sup>199</sup>. Porém, em 11 de outubro de 1815 sua opinião já havia mudado por causa do título de honra que foi dado ao seu pai, as reclamações começaram a desaparecer, como no trecho a seguir:

“(...) Tenho a maior satisfação de anunciar que a V. M. ce que S. A. R. o Príncipe Regente Nosso Senhor foi servido por Decreto de 3 do presente mês a Mercê do Hábito da Ordem de Cristo. Esta honrosa distinção me obrigada desde já, como por esta o faço, a dar-lhe os devidos parabéns. (...) Ontem e hoje tive a honra de beijar a benéfica mão de S. A. R., agradecendo-lhe, como um filho, a mercê que acabava de receber (...)”<sup>200</sup>

A mudança do cargo no trabalho também foi vista com bons olhos, pois Santos Marrocos escreveu: “Há quatro meses tenho exercido o meu novo emprego com muita satisfação, ainda que não pouco trabalho (...) devo confessar-me muito obrigado a todos os mais Oficiais, que me honram, e que gradativamente me obsequiam”.<sup>201</sup> Assim, as reclamações sobre o Brasil foram sendo amenizadas em troca dos títulos e honrarias que no Brasil recebera e outras possibilidades que ascensão que nessas terras poderia encontrar através das “amizades” que conquistasse.

Essa visão e os hábitos da sociedade de Antigo Regime haviam impregnado a sociedade colonial do Brasil com os hábitos vindos de Portugal desde os tempos dos Vice-Reis que davam aos cortesãos a concessão de graças e favores. Segundo Luccock, qualquer gesto simbólico seja “um olhar, um sorriso, um cumprimento, pois que um português bem educado nunca usa do simples aceno de cabeça, e acima de tudo, uma visita eram dádivas devotamente desejadas e procuradas”.<sup>202</sup> Entre as elites isso levava a grandes privilégios.

Ocorriam outros casos onde a representação do indivíduo falhava e isso poderia significar a sua morte social de acordo com as regras das sociedades de Antigo Regime e, assim, o Rio de Janeiro joanino não ficou de Fora. Segundo o comerciante John Luccock, durante o período que visitou a cidade, havia a história de uma cantiga que ridicularizava os modos e os vícios de um indivíduo. A canção tornou-se tão popular que o sujeito ou abandonou a cidade, ou se escondeu nela, pois ninguém mais o via por ela.<sup>203</sup> Esse é um exemplo duro de coerção dos hábitos. Nessa sociedade, quando a representação do indivíduo

---

<sup>199</sup> Ibidem, p. 29-30.

<sup>200</sup> Ibidem, p. 240.

<sup>201</sup> Ibidem, p. 308.

<sup>202</sup> LUCCOCK, John, 1975, p. 63.

<sup>203</sup> Ibidem, p. 165.

é desacreditada, ele se sente constrangido, envergonhado, e os outros indivíduos se tornam hostis.<sup>204</sup> Quando ocorre uma transformação estrutural da sociedade, aumenta a compulsão por policiar o próprio comportamento.<sup>205</sup> A ação pedagógica de tais práticas sobre o público exercem uma ação corretora sobre os costumes quando dotados de um sinal negativo.<sup>206</sup>

Saindo da estrutura social para tratar da estrutura física da cidade do Rio de Janeiro, percebemos que foi um grande problema atender a moradia para os súditos portugueses vindos com a corte e estrangeiros de outros países. No cenário fluminense, as moradias eram poucas. Sendo assim, segundo os cálculos do inglês John Luccock o número médio de pessoas por casa seria de quinze indivíduos - ou as casas abrigavam mais de uma família, pois haviam em torno de quatro mil casas para sessenta mil, sendo um terço de brancos ou mulatos claros.<sup>207</sup> Outro fato interessante nas descrições de Luccock são os três momentos em que ele passou pela cidade do Rio de Janeiro, relatando as suas mudanças no passar dos anos. A primeira vez foi na sua chegada ao Brasil em 1808. Nessa época, ele descreve as ruas como sombrias e os habitantes como pouco sociáveis. Nesse período ainda permaneciam o ranço do período colonial, além da família viviam os “agregados” na mesma casa, ou seja, pessoas que não eram da família, mas vivam com ela a tantos anos que eram como se fossem.

A grande maioria da população, segundo Spix e Martius, era composta por portugueses e seus descendentes, pois quase não se viam indígenas na cidade. A presença da corte animava toda a população e incutia um sentimento de patriotismo e trazia para o Brasil “uma nova dignidade”, segundo Spix e Martius.<sup>208</sup> E a abertura dos Portos teria trazido um rápido progresso e civilização para a cidade devido a circulação de estrangeiros. Os viajantes falam sobre a abertura de instituições como a fundação do Banco do Brasil em 1808 para o manejo dos negócios reais, a abertura da Real Academia Militar que foi fundada em 1810 e a vinda da Missão Artística Francesa para “despertar o gosto pelas artes”.<sup>209</sup>

Em relação aos habitantes “em suas maneiras e costumes, são extremamente liberais, hospitaleiros e bondosos para com os estrangeiros”, segundo Thomas O’Neil.<sup>210</sup> Para ele a

---

<sup>204</sup> GOFFMAN, Erwing. *A representação do eu na vida cotidiana*. Trad. Maria Célia Santos Raposos. Petrópolis: Vozes, 1995, p. 21.

<sup>205</sup> ELIAS, Norbert. *O processo civilizado: Uma História dos Costumes*. V. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994, p. 93.

<sup>206</sup> SALINAS FORTES, Luiz Roberto. *Paradoxo do espetáculo: política e poética em Rousseau*. São Paulo: discurso Editorial, 1997, p. 158.

<sup>207</sup> LUCCOCK, John, 1975, p. 27-28.

<sup>208</sup> SPIX, Johann Baptist Von; MARTIUS, Carl Friedrich. *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1981. v.1, p. 53.

<sup>209</sup> *Ibidem*, p. 56-74.

<sup>210</sup> O’NEIL, Thomas. *A vinda da Família Real portuguesa para o Brasil*. Trad. Ruth Sylvia de Miranda Salles. Rio de Janeiro: José Olímpio: Secretaria Municipal das Culturas, 2007, p. 87.

grande presença de negros é espantosa, mas o que mais chama atenção são as suas formas de divertimento, pois na Inglaterra poderia ser considerado como crime. A música era a coisa que eles mais apreciavam e a faziam com flautas e tambores de diversos tamanhos fabricados pelos próprios. Discordando de Luccock, para O’Neil as mulheres são bem formadas e recatadamente sedutoras até mesmo no seu caminhar. De pele clara na infância, ficam morenas quando adultas por causa do sol tropical. O restante dos costumes foi elogiado pelo inglês. Cremos que Thomas O’Neil ensejava um cargo público e, por isso, retratou a cidade quase como européia. O viajante inglês Thomas O’Neil, já citado no capítulo anterior, descreveu a passagem de D. João por Salvador e sua chegada ao Rio de Janeiro, pois ele fazia parte da esquadra inglesa que escoltava os navios portugueses na transladação. Ao descrever a recepção na cidade de São Sebastião, como era chamada, mostrou todo respeito e fidelidade dos súditos ao Príncipe Regente. Em seu relato, O’Neil transparece a sua visão de superioridade inglesa, colocando em diversos trechos como os brasileiros são gratos e precisam dessa “amizade” e sua benevolência.

Outra mudança ocorrida, essa no ano da queda de Napoleão Bonaparte, em 1814, foi a abertura ao público a Real Biblioteca para incentivar o estudo das “letras divinas” em benefício aos seus vassallos. A biblioteca ficava aberta durante as manhã e tardes, exceto no domingo, dias santos ou feriados por motivo de anos da Família Real.<sup>211</sup> Essa era pouco freqüentada, pois sabemos que a maioria dos habitantes do Rio de Janeiro nesse período era analfabeta, bem como vimos no primeiro capítulo.

Dentre outras mudanças da cidade de São Sebastião, ressaltamos o estabelecimento de três livrarias na cidade, abriu-se uma agência de seguros, aumentou-se a extensão do serviço de Correios, mudaram-se os trâmites de Justiça, melhorou-se a aumentou-se a Casa da Misericórdia, aumentaram a Guarda policial e melhoraram o armamento da tropa de milícias.

212

Outro progresso, segundo o Padre Perereca foi o decreto de 25 de novembro de 1816 que estabelecia a concessão de sesmarias para todos os estrangeiros que se estabelecessem no Brasil. No discurso do Padre Perereca, sempre favorável as ações de D. João, ele diz que numa colônia despovoada, o estrangeiro vem trazer o progresso que correm para a civilização. E, por isso, seus filhos serão bons portugueses.

O decreto da elevação do Brasil a Reino foi citado no início do segundo volume das *Memórias* do Padre Perereca. Luís Gonçalves dos Santos afirmava que D. João reconhecia

---

<sup>211</sup> SANTOS, Luís Gonçalves dos, 1981, v.1, p. 329.

<sup>212</sup> LUCCOCK, John, 1975, p. 166.

seria “(...) vantajosa aos Meus fies Vassallos em geral uma perfeita união, e identidade entre Meus Reinos (...) erigindo a estes aquela graduação, e categoria política (...)”<sup>213</sup>, ou seja, dava ao Brasil privilégios, honra e graduação, enquanto as colônias hispânicas lutavam para se tornarem governos republicanos. Para acalmar os ânimos dos brasileiros, lhe era concedida a graça de se tornar um Reino. Como de praxe, ocorreram demonstrações públicas de afeto organizadas pela polícia e pela Câmara, a cerimônia do beija-mão, o Te Deum, bem como a concessão de mercês aos vassallos e três dias de iluminação para a comemoração de tal feito.

Em 1817, a aclamação de D. João fora desmarcada devido a notícia da Insurreição Pernambucana, a qual a padre lamenta afirmando que os habitantes de Recife tinham cometido “os mais horrorosos delitos contra a autoridade real, e a integridade da nação, arvorando a bandeira da rebelião, e proclamando a decantada liberdade dos Jacobinos.”<sup>214</sup> Com a presença de um monarca nos trópicos a idéia da proclamação de uma república era uma afronta. Para muitos vassallos, principalmente os elitistas, que estavam inseridos na lógica do Antigo Regime, esse ideal republicano tornava-se repulsivo. As relações exteriores fluíam bem, chegando a receber no Rio de Janeiro embaixadores da Grã-Bretanha, Espanha e Estados Unidos, segundo Luccock.<sup>215</sup>

Contudo, as últimas colocações que o Padre Perereca escreveu ao final do primeiro tomo de sua *Memórias* era que o Brasil já não era mais “um país ignorado, e esquecido, já nele se recebem estrangeiros, que preferem habitá-lo, e viver debaixo da sombra do mais benigno príncipe da terra”<sup>216</sup>, ou seja, o Padre tinha a visão de que progresso das artes, indústria e toda a civilização era trazida pelos estrangeiros que aqui se incentivavam por aqueles que pensavam dessa mesma maneira para habitar o Brasil. O crescimento do comércio também era muito bem falado por ele.

O último ano que John Luccock passou pelo Rio de Janeiro foi em 1818. Nesse, a primeira coisa a ser ressaltada foi o aumento da população, inclusive de estrangeiros na cidade de vários países da América e da Europa.<sup>217</sup> Nesse momento, a população já tinha um maior acesso aos artigos vindo do exterior, e nos mercados já era mais comum a venda de aves, caça e frutas.<sup>218</sup> Luccock acreditava já estava brotando um sentimento de nacionalidade,

---

<sup>213</sup> SANTOS, Luís Gonçalves dos, 1981, v.2, p. 26.

<sup>214</sup> Ibidem, p. 94.

<sup>215</sup> LUCCOCK, John., 1975, p. 167.

<sup>216</sup> SANTOS, Luís Gonçalves dos, 1981, v.2, p. 349.

<sup>217</sup> LUCCOCK, John, 1975, p. 363.

<sup>218</sup> Ibidem, p. 364.

principalmente após a elevação do Brasil a Reino, em 1815, que infundia sentimentos de independência, importância e dignidade.<sup>219</sup>

Devido às grandes transformações, chegou-se a chamar D. João de “Novo Pombal” e as medidas de sua autoria foram nomeadas de *medidas pombalinas*.<sup>220</sup> Após a Abertura dos Portos, o pacto colonial recebera um golpe mortal.<sup>221</sup> Mesmo assim, a formação social colonial continuaria definida pelos mesmos elementos: produção para exportação e trabalho escravo? Sabemos que não. Então, chegamos ao ponto onde qualquer projeto “modernizador” torna-se inviável: a Administração do Estado português (como funcionários, pensões, etc.) e a estrutura social calcada na escravidão. A revolução que era trazida pela brisa dos novos tempos trazia consigo a destruição dos valores do Antigo Regime e uma mentalidade antiescravista que pregava a liberdade dos homens e os submetia ao capital industrial e sua nova forma de dominação, segundo Afonso Marques.<sup>222</sup>

### III. 2 As *Memórias* das festas e cerimoniais na visão do Padre Perereca

A chegada da Família Real tornava-se um grande evento, era um dia de festa, de comemoração, um dia em suspenso. Após o desembarque houve uma procissão ou se misturavam pessoas mais distintas, civis, magistrados e militares, que não tinham lugar demarcado, mas estavam vestidos de corte. O estandarte da Câmara foi levantado e, em meio ao trajeto, estava todo o clero da cidade em duas alas. Eram os "homens de governança" que elaboravam todo o festejo, coordenando a contratação dos serviços, dos músicos e de tudo que envolvia a maior abundância de festividades que estavam entrelaçadas com a política, segundo o Padre Perereca. De acordo com a visão dele, muitos súditos transmitiam em seu olhar o fato espantoso de seu soberano estar no território colonial e não desgrudavam os olhos dele achando “que viam mais uma ilusão, do que uma realidade”.<sup>223</sup>

---

<sup>219</sup> Ibidem, p. 376.

<sup>220</sup> Marquês de Funchal, apud NORTON, Luís. *A corte de Portugal no Brasil: Notas, alguns documentos diplomáticos e cartas da imperatriz Leopoldina*. Coleção Brasileira. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008, p. 56.

<sup>221</sup> SANTOS, Afonso Marques dos. *A invenção do Império: ensaios de história e cultura*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007, p. 28.

<sup>222</sup> <sup>222</sup> SANTOS, Luís Gonçalves dos, 1981, v.1, p. 29.

<sup>223</sup> Ibidem, p. 178.

Assim, na cidade de São Sebastião, como era de costume, houve três dias de festa, além do fato da chegada das senhoras princesa e infantas, que aportaram aqui no dia 27 de janeiro - era comemorado no dia 20ª festa do padroeiro da cidade. S. Sebastião. Com grande fervor foi recebida a Nau-Rainha de Portugal às quatro horas da tarde onde foi feita a cerimônia de beija-mão<sup>224</sup> das augustas senhoras as pessoas mais distintas, segundo Padre Perereca.<sup>225</sup>

Para um fato de tal importância houve nove dias de iluminações da cidade e um arco foi feito no Largo do Paço, em frente ao cais, ornado com pirâmides, vasos e emblemas.<sup>226</sup> Todo o interior do arco era composto por um painel no qual tinha um medalhão com a imagem de D. João sustentado por dois gênios que mostravam o Brasil representado por um índio que ofertava ao Príncipe Regente seus tesouros com a mão direita e, com a esquerda, apontava um coração que também era oferecido ao monarca que se lia a mensagem que saía de sua boca: “- *Mais que tudo o Coração*”.<sup>227</sup> O cenário do Rio de Janeiro havia se transformado para esse acontecimento, mas não tão rapidamente. Uma das características artísticas nesse período no Brasil era a construção de uma arquitetura efêmera para algumas comemorações, essa era oferecida geralmente pelos súditos do monarca em agradecimento de algum ato ou na esperança de que algum pedido lhe seria atendido.

Na sala de audiências do Paço real, os súditos eram recebidos para a cerimônia de beija-mão. Sentado em sua cadeira dourada forrada em carmesim e com as armas reais talhadas, D. João recebia os súditos a partir das nove horas da noite. Respeitando a ordem de títulos, os primeiros a serem recebidos eram os nobres, clérigos e militares que deviam se ajoelhar e beijar a mão do Príncipe Regente para que assim o pedido de graças fosse feito com a concessão do D. João para a fala do súdito ou através de um papel amarrado com uma fita.<sup>228</sup> Os pedidos eram feitos de joelhos porque os súditos demonstravam a sua submissão e simbolicamente a sua posição hierárquica diante do monarca. Porém, isso tudo era muito novo para os habitantes da cidade. Dessa forma, festas e cerimônias acabavam servindo como um dispositivo disciplinador de atitudes e comportamentos sociais desse período. Os costumes coloniais passaram a ser ridicularizados tornando o “bom gosto” e as “boas maneiras” indispensáveis para quem quisesse fazer parte dessa lógica teatral cortesã. A vigilância

---

<sup>224</sup> O beija-mão era um cerimonial extremamente disputado, sendo a mais alta honra recebida, em público, pelo mais simples cortesão.

<sup>225</sup> SANTOS, Luís Gonçalves dos, 1981, v.1, p. 169-170.

<sup>226</sup> Ibidem, p. 181.

<sup>227</sup> <sup>227</sup> SANTOS, Luís Gonçalves dos, 1981, v.1, p. 181.

<sup>228</sup> EDMUNDO, Luiz. *A corte de D. João no Rio de Janeiro (1808-1821)*. V.1. Rio de Janeiro: Conquista, 1957, p. 153-154.

excedida pela Polícia da época recaía sobre as classes inferiores quando estas demonstravam desvios à moral e às boas maneiras.<sup>229</sup>

A música no Rio de Janeiro era apreciada e cultivada pela corte, principalmente ao som do canto e de um violão, e na opinião de Spix e Martius, não tardaria a chegar à perfeição quando atingisse a categoria das músicas européias. Também é citado o nome do compositor apadrinhado pela Família Real e por isso tornou-se famoso naquele período, Marcos Antônio Portugal. Segundo esses viajantes, o cavaleiro Neukomm<sup>230</sup> incentivava as missas com bastantes cânticos no estilo alemão. D. Pedro também demonstrava um gosto musical, chegando até a reger orquestras.<sup>231</sup>

Os aniversários reais eram datas que geralmente muitos pedidos dos súditos eram atendidos e muitos feitos eram realizados para marcar e dar motivos para festejar a data. No dia 13 de maio de 1808, aniversário de D. João, o feito foi a fundação da primeira tipografia régia no Rio de Janeiro.<sup>232</sup> Segundo o Padre Perereca, D. João estava “dissipando as trevas da ignorância, cujas negras, e medonhas nuvens cobriam todo o Brasil, e interceptavam as luzes da sabedoria”.<sup>233</sup> Assim, sua administração deveria abrir novos cargos de aprendizes como compositor, impressor, batedor, abridor, entre outros ofícios. No discurso do Padre, o monarca veio “trazendo as luzes do conhecimento” com a tipografia régia, porém sabemos que estas eram proibidas por Portugal de funcionarem no Brasil; mesmo assim existem registros de que muitas delas funcionaram clandestinamente no ambiente colonial. Nessa mesma data também foi decretado o estabelecimento da Fábrica de Pólvoras na Lagoa Rodrigo de Freitas, em prol da defesa do Brasil e incentivando a colheita de salitre em Ilhéus e Minas Gerais.

A representação simbólica da realeza (em pinturas, prosa e verso, moedas, medalhas, etc.) são produtos da circulação e recepção das formas simbólicas, segundo o historiador Peter Burke.<sup>234</sup> Assim, o próprio rei e seus conselheiros davam grande importância à imagem real, principalmente a transmitida por meio das festas, criadas para aumentar a sua glória. A festa tem o papel não só de agradar os súditos, mas de dar aos estrangeiros uma impressão de grandiosidade, poder, riqueza e superioridade. Nesse jogo se configurava a ordem social

---

<sup>229</sup> PEDREIRA, Jorge; COSTA, Fernando Dores, 2008, p. 325-326.

<sup>230</sup> Neukomm quando voltou a Europa publicou em Paris a coleção de modinhas, “romances agradáveis” musicais de autoria do mulato Joaquim Manuel. Ver: NORTON, Luís. *A corte de Portugal no Brasil: Notas, alguns documentos diplomáticos e cartas da imperatriz Leopoldina*. Coleção Brasileira. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008, p. 126.

<sup>231</sup> SPIX, Johann Baptist Von; MARTIUS, Carl Friedrich, 1981. v.1, p. 57.

<sup>232</sup> SANTOS, Luís Gonçalves dos, 1981, v.1, p. 207.

<sup>233</sup> Idem.

<sup>234</sup> BURKE, Peter. *A fabricação do rei*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994, p.14.

idealizada. Para o autor, tanto o rei, como seus súditos tinham consciência da forma e das maneiras as quais as pessoas podem ser manipuladas por meio dos símbolos. Lembremos que nesse período eles já tinham sido instruídos na arte retórica, oferecida pela cultura de seu tempo.

Já no aniversário do filho primogênito de D. João, D. Pedro, outro feito foi a criação do Banco do Brasil em 12 de outubro de 1808, sendo o primeiro banco fundado e estabelecido de terras coloniais portuguesas. Para o Padre esse era “um bem comum e particular dos povos, que o Onipotente confiou seu zelo, e paternal cuidado (...)”.<sup>235</sup> Assim as festividades exercem a função de mimetizar a vida da comunhão mística do governo ideal ou monarca ideal. No aniversário de D. Pedro em 1813 abriu-se um novo teatro. Este foi chamado de Real Teatro de São João, uma homenagem ao Príncipe Regente. A Família Real estava presente na inauguração, bem como as pessoas mais distintas da corte, segundo padre Perereca.<sup>236</sup> Situado na Praça do Rossio, Padre Perereca afirma que este edifício estava a ponto de emular os teatros europeus, tanto pela decoração como pela sua grandiosidade, embelezando a aparência desse novo Império nascente. Parece-nos um tanto exagerado o discurso do Padre, mas, como já havíamos falado, busca o ideal de cidade perfeita pretendida nos discursos típicos do Antigo Regime.

Lembremos que locais como a Praça do Rossio tinha uma grande importância para os habitantes do Rio de Janeiro bem como o Campo do Santana, pois ambos eram espaços que também eram utilizados para a realização de eventos onde o controle presencial não era tão rígido de acordo com a posição hierárquica dos indivíduos. O tempo festivo está presente na história dos homens ao longo do tempo. Ao longo desse tempo as festas foram assumindo funções, sendo estas o meio de expressão da criatividade da comunidade e da afirmação da perenidade das instituições de poder. As festas, de uma forma geral, estavam atreladas ao poder do monarca e começavam com um ritual tornando-se um meio de vinculação entre “a comunidade que celebrava e o Estado que dava motivos para celebrar”<sup>237</sup>, ocasiões vistas claramente com as pesquisas sobre o calendário real. A festa assume um papel multifuncional, tornando-se, principalmente, um fato político, religioso e simbólico. Não se poupavam esforço para atrair a população para o culto festivo, e com a ocorrência destes esperava-se a interiorização da moral, da ordem e autocontrole das camadas populares. Públicas, as

---

<sup>235</sup> SANTOS, Luís Gonçalves dos, v.2, 1981, p. 220.

<sup>236</sup> Ibidem, p. 321.

<sup>237</sup> DEL PRIORE, Mary Lucy. *Festas e utopias no Brasil colonial*. São Paulo: Brasiliense, 2000, p. 29.

cerimônias revestiam-se de importância e se faziam distinguir por novidades a cada nova reunião.

As festas religiosas tinham tanta importância quanto as festas reais, civis e, por vezes, eram entrelaçadas as duas comemorações. Entre elas estava em destaque a cerimônia religiosa de Corpus Christi que era mantida como a mais importante. Nela se misturavam leigos e eclesiásticos e atrelavam a imagem Real com a de uma divindade, por isso as menções do Padre Perereca quando se referia ao rei como a imagem de Deus na terra. A igreja católica legitimava esse discurso através dos textos e, principalmente, das festas.<sup>238</sup> As festas funcionavam como um contrato social durante essa encenação, onde os autores faziam de tudo para agradar e o público de tudo para se divertir, ou melhor, iludir mostrando apenas o lado belo das coisas.<sup>239</sup>

As festas desse período são citadas na obra literária do autor Manuel de Almeida, intitulada de *Memórias de um sargento de milícias*, muito lida até os dias de hoje. Escrita ainda no século XIX e publicada entre 1852 e 1853, o livro trás consigo o cotidiano da sociedade daquela época. A história de Leonardo Pataca e seu filho, que atendia pelo mesmo nome, se passa em meio ao Rio de Janeiro de D. João VI, mostrando as festas, encontros, profissões, instituições e os costumes. Porém, é uma história que fala de personagens da baixa renda e não da classe dominante. Atentemo-nos ao trecho que fala sobre a dependência de alguns vassalos em troca dos serviços reais que lhe traziam status: “Ainda hoje existe no saguão do Paço imperial, que no tempo em que passou a nossa história se chamava palácio del-rei, uma saleta ou quarto que os gaiatos e o povo denominavam o Pátio dos Bichos (...)”<sup>240</sup>. Esse nome fora dado por conta dos oficiais que ali faziam a guarda, geralmente mais velhos, e ficavam parados no local para terem a honra de ainda permanecerem servindo a Família Real. Os relatos da festa do Espírito Santo também não passaram despercebidos, dita pelo autor como uma das festas prediletas do povo fluminense. Dessa forma, é ressaltado que as festas religiosas naquele período não começavam no dia marcado, e sim nove dias antes para que houvesse tempo de fazerem as novenas. Mas, o primeiro anúncio das festas eram as folias. Por isso, vemos que as festas religiosas desse período não carregavam a seriedade com que se é tratada hoje, pelo contrário, eram grandes oportunidades das pessoas saírem de suas casas e observar os espetáculos dos fogos, as procissões, a agitação nas ruas, as canções e se

---

<sup>238</sup> LUCCOCK, John, 1975, p. 164.

<sup>239</sup> SALINAS FORTES, Luiz Roberto, 1997, p. 159.

<sup>240</sup> ALMEIDA, Manuel de A. de. *Memórias de um sargento de milícias*. Coleção Clássicos da Literatura. São Paulo: Donneley Cochrane, s/d, p. 34.

divertirem nesse dia que era tão diferente dos outros. Certamente, toda a cidade parava para a comemoração de tais eventos.

Os viajantes Spix e Martius tiveram a oportunidade de comparecerem a festa de Nossa Senhora do Rosário, muito cultuada como padroeira dos negros. Os dois viajantes tiveram que comprar um escravo moço na Rua do Valongo sendo que a maioria era de Cabindas e Benguelas, locais onde eram capturados pelos chefes das tribos e trocados por mercadorias. Durante o dia ficam nus e expostos no sol, e se o comportamento fosse bom, ganhavam fumo ou rapé. Separados por sexo, à noite dormiam em esteiras e cobertores de lã. No ato da aquisição, o comprador apalpava todo o corpo do escravo para verificar se havia algum “defeito” e ainda recebia quinze dias de garantia para a devolução. Spix e Martius ainda afirmam que os negros se adaptaram aqui devido o clima parecido com o africano e pela “brandura” pelos quais os brasileiros os tratam.<sup>241</sup> Essa, para nós, seria uma visão romantizada da escravidão para justificar a sua permissão no Brasil.

Outro relato que cita o tratamento com os escravos é o do português Santos Marrocos. Ele conta que os cuidados dado ao seu escravo era rígido, pois sua preocupação era com vários casos de Pretos matarem seus senhores. Assim, ou aterrorizado pelos casos, ou contaminado pelo pensamento da época, Marrocos afirma: “O meu Preto é muito manso, e tem-me muito respeito, e mais ainda do meu cozinheiro, a quem dei liberdade de o castigar, quando fosse preciso.”<sup>242</sup> Ou seja, o tratamento dado pelo cozinheiro parece que não era dos melhores para o escravo quando entendemos respeito como medo, uma atitude comum na mentalidade das pessoas desse período.

Ainda falando sobre o ambiente cultural, em 1813, John Luccock falava das mudanças que a cultura do ambiente fluminense já havia sofrido, assim como a sociedade estava se modificando para se adequar aos padrões europeus. Os espetáculos teatrais estavam conseguindo uma maior importância e serviam para educar os modos dos colonos. Geralmente, o tema das peças ridicularizava os hábitos do povo, e este “(...) embora sem confiança, ousava aplaudir, ao apreciar; mas não se fiava bastante em si mesmo para se atrever a exprimir seu desagrado”.<sup>243</sup> As igrejas estavam cada vez mais ornadas e com flores, estandartes, seda, lantejoulas e imagens, bem como ouro, prata e pedras preciosas. As irmandades disciplinavam religiosamente e todos os homens deviam fazer parte de alguma,

---

<sup>241</sup> SPIX, Johann Baptist Von; MARTIUS, Carl Friedrich, 1981, v.1, p. 67-67.

<sup>242</sup> MARROCOS, Luiz Joaquim dos Santos, 1939, p. 42.

<sup>243</sup> SANTOS, Luís Gonçalves dos, 1981, p. 163.

até mesmo os negros que podiam se misturar com príncipes e princesas nas procissões, dependendo da sua posição na irmandade.<sup>244</sup>

Um dos fatos que são ressaltados nas Memórias do Padre Perereca foi o falecimento de D. Maria I, e não era por menos que poderia passar despercebido nas descrições. O fato ocorreu no dia 19 de março de 1816 e, segundo Padre Perereca, a Rainha que estava debilitada como uma das pessoas mais adoradas pelos súditos, e como se os anos em que ela residiu no Brasil fossem os melhores: “(...) primeira majestade, que o Brasil conheceu de perto, admirou no espaço de oito anos as suas reais virtudes (...)”.<sup>245</sup> Até a importância das cinzas de D. Maria serem depositadas no Rio de Janeiro lhe traziam status. No funeral o cerimonial de beija-mão também tinha sua importância, sendo exercida em homenagem a despedida de D. Maria pela Família Real e pelo público eclesiástico e secular.<sup>246</sup> D. João afirmava, segundo as Memórias, que sua aclamação seria após um ano de óbito de sua mãe. E assim se seguem a maior parte da descrição desse ano, relacionados a saudade e as homenagens de D. Maria.

Após a morte de D. Maria, D. João decidiu esperar um ano para a sua aclamação e, por isso, cogitava algumas hipóteses para tal ato. A primeira hipótese era que de acordo com a crença do monarca e os clérigos da Capela Real, acreditava-se que esse era o tempo que o espírito levava para ir para o Purgatório. A segunda opção era que ele esperava a chegada da Princesa da Áustria para fazer do momento o mais belo evento.<sup>247</sup> Um fato importante na cerimônia de aclamação de D. João foi a introdução do “Juiz do Povo”, um representante do povo. Luccock afirma que depois dos fidalgos prestarem juramento e assinarem seus nomes, o rei ergueu o cetro, o Príncipe Real segurou-lhe a ponta e o Juiz do Povo os conduziu diante de todos.<sup>248</sup> Esse cargo fora criado mostrando um caráter mais liberal da monarquia. A moda e o bom gosto eram demonstrados na aparência e decoração das lojas. As ciências e artes estavam prosperando devido a abundância na quantidade de carpinteiros, pedreiro, poetas e pintores vindos do exterior.

Outro acontecimento marcante nesse mesmo ano foi o casamento de D. Pedro com a Princesa austríaca Maria Leopoldina, celebrado no Rio de Janeiro. Como prática do período, os súditos oferecem alguma obra em homenagem a corte para serem agraciados ou por agradecimento a um pedido atendido. Nessa ocasião, foram erguidos três arcos. O primeiro,

---

<sup>244</sup> Ibidem, p. 163-164.

<sup>245</sup> Ibidem, p. 46.

<sup>246</sup> Ibidem, p. 48.

<sup>247</sup> LUCCOCK, John, 1975, p. 377.

<sup>248</sup> Ibidem, p. 378.

na rua Direita tinham três aberturas, com oito colunas dóricas e com as armas do império português e a águia do império austríaco com os escritos Januarius – Danubius. Oferecido pelo corpo de comércio e fácil de ser identificado por causa da inscrição: “Á Feliz União o Commércio”.<sup>249</sup> A figura da Fama estava com um facho e a de Himeneu com trombeta; no altar a mesma figura juntava as iniciais P (Pedro) e C (Carolina, terceiro nome de Leopoldina). O segundo arco também estava na Rua Direita, em frente a Rua do Sabão. Nesse havia as figuras da Fama, da Glória e do Himeneu onde mostravam as iniciais de D. João e os príncipes recém-casados. A representação dos continentes e a queima de incensos para agradar os odores do ar também faziam parte desse monumento. O terceiro arco, também de estilo greco-romano foi ornado com folhagens e apresentava uma águia de duas cabeças. Nos medalhões estavam inscritos as qualidades de uma princesa ideal nos moldes do Antigo Regime: Bondade, amabilidade, doçura, sensibilidade, beneficência, Constancia, espírito, talento, ciência, encantos, graça, modéstia, e na base, *Felicidade Pública*. Depois de passarem pelo Paço e fazerem as aparições públicas e atenderem os vassallos de títulos mais altos e etc., a Família Real seguiu para São Cristovão de barco. Lá, ainda houveram cerimônias de gala e uma serenata para o corpo diplomático onde o maestro Marcos Portugal regeu as músicas.

Finalmente, no dia 6 de fevereiro de 1818, D. João foi aclamado como rei. Após a repressão da rebelião em Pernambuco. Essa titulação elevava ainda mais o status da cidade e a importância da mesma. Alguns habitantes de São Paulo, Minas Gerais, entre outras cidades vieram assistir tal evento. Esse era um dia histórico, e por isso D. João:

(...) pela primeira vez (se apresentava) aos seus vassallos em todo o esplendor de realeza: vinha revestido do manto real de veludo carmesim todo recamado em ouro, semeados em competentes distancias castelos, e quinas, e seguro por duas presilhas de riquíssimos brilhantes; trazidas na cabeça um chapéu com plumas brancas ornado com uma presilha e laço de brilhantes, do pescoço pendia-lhe um colar de toção de ouro, e da mesma forma estava decorado com todas as insígnias de suas Ordens. O excelentíssimo conde de Parati, que servia de camareiro-mor, sustentava a cauda do manto. Todo o demais vestuário de sua Majestade era riquissimamente bordado a ouro, e por toda parte brilhavam diamantes, e as mais finas, e preciosas pedras.<sup>250</sup>

---

<sup>249</sup> Ibidem, p. 129.

<sup>250</sup> SANTOS, Luís Gonçalves dos, 1981, p. 158.

D. João estava com seu traje de gala, e durante todos os anos em que viveu no Brasil parece que foi usado somente nessa ocasião - no dia-a-dia o monarca trajava roupas mais simples. Aos olhos do padre Perereca, essa aparição fora divina, com tantas pedras e ouro brilhando na luz do dia que D. João fora comparado a um querubim, uma divindade de caráter paternal que estava sempre protegendo o povo.

Com relação a arquitetura efêmera criada para esses dias de comemoração ressaltamos a elevação de um obelisco firmada sobre um pedestal que mais “parecia uma pirâmide de fogo”<sup>251</sup>, obra criada por Grandjean de Montigny e Debret. Esse monumento fora encomendado pela Junta de comércio. Já o Senado da Câmara ofereceu ao rei como homenagem um arco triunfal e um templo grego dedicado a deusa da sabedoria. Nele haviam dois pedestais que serviam de base para as estátuas da Poesia e da História, além de um total trinta e duas colunas. O templo tinha uma forma quadrada e era sustentado por doze colunas dóricas. Ainda existiam cinco figuras que representavam Netuno e os principais rios do mundo: Danúbio, Eufrates, Nilo e Amazonas; e produtos da agricultura e indústria se elevavam a Fama que embocava uma trombeta dourada. No teto tinham esculturas de bronze em verde, cujo no plano central se lia as iniciais J. VI. Ao centro do templo havia um busto de D. João, o qual Minerva cobria com égide, ambos em mármore.<sup>252</sup> Essa obra também foi feita por Montigny e Debret.<sup>253</sup> Mas, como falamos, nenhuma delas existem atualmente, pois eram efêmeras, funcionavam como o cenário da cidade barroca, ou seja, eram construídas para causar impacto naquele momento, mas não eram duradouras até mesmo pelo material que eram construídas. A maioria das peças era feita em madeira, mas pintada para causar a impressão de que eram feitas de materiais duradouros como mármore e granito. A importância de tais demonstrações era com as intenções de benefícios próprios, principalmente porque em dias de festas o número de concessão de graças e honrarias era elevado.

Podemos dizer que o Rio de Janeiro havia se transformado numa “cidade barroca”. Nesta, o olhar “se sente deslumbradoramente desorientado pela desordem”, a imponência colossal, a cores, o cheiro de incenso e toda a exuberância ofuscam a simples cidade que se

---

<sup>251</sup> Ibidem, p. 166.

<sup>252</sup> Idem.

<sup>253</sup> Grandjean de Montigny era arquiteto e Jean Baptiste Debret era pintor. Ambos franceses vieram para o Brasil com a Missão Francesa em 1816, após a queda de Napoleão em 1815 e a perda do patrocínio das artes. Existe atualmente na historiografia um debate acerca da vinda e do caráter da “Missão”. Questiona-se se esta foi encomendada pela corte para civilizar a cidade ou se foram os próprios artistas que se ofereceram para vir para o Rio de Janeiro em troca de pensões e patrocínio. A segunda opção foi apresentada pela historiadora Lília Schwarcz, ver: SCHWARCZ, Lília Moritz. *O Sol do Brasil: Nicolas-Antoine Taunay e as desventuras dos artistas franceses na corte de D. João*. São Paulo: companhia das Letras, 2008.

esconde por trás do belo.<sup>254</sup> Para o historiador José Antônio Maravall, a festa barroca, como exercício do poder, deixa o cotidiano suspenso assim como o trabalho e suas penalidades mais toleráveis aos que se submetiam ao Estado. Dessa forma, a festa tornava-se um meio de amenizar as tensões intrínsecas à multiplicidade étnica e as diferenças sociais no Rio de Janeiro colonial.<sup>255</sup> Para Maravall, as festas e os espetáculos públicos da monarquia absoluta, podem ser caracterizados através de “instrumentos de suspensão e atração”, que se faziam visíveis por meio da diversão, certames, comédias, sátiras, jogos, foguetórios. Tudo isso resultava na novidade, o que gerava encantamento e comentários do público. Podemos dizer também que uma sociedade barroca estava dividida entre privilegiados e não privilegiados, indivíduos que mantinham um estilo de vida nobre e pessoas que não mantinham. A maioria da sociedade no período colonial vivia como inferiores e na miséria enquanto os nobres ostentavam seu status, na perspectiva do historiador José Luis Romero.<sup>256</sup> Nesse sentido, o barroco converte-se em um estilo de arte e de política.

Os festejos incluía luminárias, fogos de artifício, cavalhadas, corridas de touros, cortejos e desfiles. Geralmente, as festas eram organizadas pela polícia e pela Câmara municipal. Desse modo, o povo aprendia a respeitar o monarca e se divertia, esquecendo dos problemas cotidianos e assistindo como um espectador o espetáculo visual da hierarquia social. Seus efeitos eram visuais, sonoros e até mesmo olfativos, aspectos que contribuíam para dar as procissões o tom festivo.<sup>257</sup> As procissões eram locais de distinção de honra naquele período, mesclando os rituais religiosos com civis. Até os padrões que seguiam das procissões eram os mesmos das feitas em Portugal e na Europa, regulamentadas pelo governo. A historiadora Beatriz Catão Cruz Santos, em seu estudo sobre a festa do Corpo de Deus, mostra que a monarquia regulamentava essas festividades em seus diferentes aspectos: precedências, datas, quantidade de cera, etc., isso tudo para diminuir os conflitos entre os participantes à ocasião. No Rio de Janeiro, em documento do ano de 1748 já mostrara que haviam conflitos de “preferências”, solicitando a Coroa um formulário das práticas

---

<sup>254</sup> FAORO, Raimundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. V.1. 6ª Ed. Porto Alegre, Globo, 1984, p.76.

<sup>255</sup> MARAVALL, José Antônio. *La cultura del barroco*. Análisi de una strutura storica. Barcelona: Ariel,1975, p. 489.

<sup>256</sup> ROMERO, José Luis. *América Latina: as cidades e as idéias*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ,2009, p. 108.

<sup>257</sup> SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Cultura e Sociedade no Rio de Janeiro (1808-1821)*. 2º Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978, p. 57-60.

portuguesas para que estas se seguissem na cidade, de acordo com os estudos de Beatriz Catão.<sup>258</sup>

Em 1821 nascera o primogênito de D. Pedro, e em comemoração ocorreram três noites de iluminação. O nascimento fora comemorado em todos os territórios pertencentes a Portugal e nas províncias do Brasil.<sup>259</sup> O beija-mão de D. João. Cerimônias como o *Te Deum* e o beija-mão foram feitas para comemorar o nascimento de mais um membro da Família Real, sendo as mais realizadas e a segunda mais concorrida entre os vassallos da Casa Real, que formando alas curvavam-se e beijavam as mãos do soberano. Foi estimado que em uma única noite, mais de trezentas pessoas participaram do beija-mão de D. João, e a mão do príncipe teria sido “Seiscentas vezes beijada”<sup>260</sup>. Para participar de tal cerimônia era necessário estar a par das regras prescritas que determinavam a seqüência de atos que levava ao ponto mais alto da cerimônia do beija-mão: chegando junto à sua majestade, por meio de uma genuflexão, que consiste em dobrar um pouco ambos os joelhos ficando o corpo inteiro, punha-se um joelho no chão e lhe beijava a mão. Após levantar, tornava-se a fazer outra genuflexão, e voltando-se para o lado direito retirava-se da sala. A cerimônia tornou-se uma das preferidas de D. João que a executava todas as noites, exceto domingos e feriados, no palácio de São Cristóvão, seguida por uma orquestra musical. Este ritual seria uma espécie de “teatralidade”<sup>261</sup> da vida em sociedade, representada por símbolos distintivos capazes de promover a identificação com determinados grupos sociais e o distanciamento em relação a outros.

Chegando em sua última nota, o Padre Perereca diz que a partir do dia 26 de fevereiro do mesmo ano começava uma nova fase, pois D. João regressava a Portugal devido a proclamação da Constituição geral da monarquia Portuguesa. Portanto, ele encerra suas Memórias afirmando faltarem “forças do espírito e do corpo, quanto por conhecer a dificuldade de comemorar os sucessos acontecidos no meio de ânimos, e de interesses difíceis de conciliar”.<sup>262</sup> Parece-nos que a volta de D. João tenha gerado certa insegurança aos que viviam aqui. Poderia os que viviam no Brasil perderem seus privilégios e regredirem a condição de colônia? De fato, a partida do soberano nos trópicos, mesmo deixando seu primogênito, D. Pedro, não inspirava mais o Padre Perereca a descrever a cidade, mas somente de lembrar os anos felizes do período joanino.

---

<sup>258</sup> SILVA, Beatriz Catão Cruz. *O Corpo de Deus na América: A festa de Corpus Christi nas cidades da América portuguesa – século XVIII*. São Paulo: Annablume, 2005, p. 143-144.

<sup>259</sup> SANTOS, Luís Gonçalves dos. *Memórias para servir ao Reino do Brasil*. V.2. Belo Horizonte/ São Paulo, Itatiaia/ Edusp, 1981, p. 271-273.

<sup>260</sup> VON LEITHOLD, T.; VON RANGO, L.. *O Rio de Janeiro visto por dois prussianos*. São Paulo: Companhia Nacional, 1966, p. 63.

<sup>261</sup> Sobre o conceito, ver: BALANDIER, Georges. *O poder em cena*. Brasília: Editora UNB, 1982.

<sup>262</sup> SANTOS, Luís Gonçalves dos, 1981, p., p. 273.

O que podemos observar em meio às fontes que nos propomos a analisar foi algumas diferenças entre elas, apesar de falarem do mesmo período, e às vezes, dos mesmos eventos. Na visão do Padre Perereca, vemos nas *Memórias* a intenção de mostrar o aumento e grandeza do Brasil para comprovar a capacidade do Brasil, e principalmente do Rio de Janeiro, de ter sido a sede do Império português nos trópicos. Era importante também mostrar a felicidade povo e imagem paternal e divina do rei, pois essa era a sociedade idealizada por ele. Também, eram características de uma sociedade “perfeita” e “civilizada” de Antigo Regime. O povo é sempre descrito como feliz e honrado pelos feitos do rei e fiés aos valores católicos. O Padre Perereca se preocupava com questões políticas e religiosas, por isso, em seu relato, a maior parte dos acontecimentos descritos está voltado para festas reais, grandes feitos ou despachos administrativos, sempre na visão muito positiva de um bom vassalo. As obras de Spix e Martius, Mawe e Luccock foram publicadas, e apesar de algumas críticas, pareciam esperar a transformação do Rio de Janeiro, a nova capital do império, numa cidade mais ordeira, civilizada, moral e ao Príncipe Regente. O discurso de Luiz Marrocos se diferencia por explicitar alguns costumes, visto que eram cartas particulares, então não estava impregnada pelo discurso de Antigo regime que visava enaltecer o governo e agradar o rei. Nesse momento, a civilização descrita pelo Padre Perereca seria o embelezamento efêmero da cidade nos eventos e as melhorias feitas na sua infra-estrutura, pois muitas mudanças feitas por D. João estava em torno disso. Muitas mudanças ocorreram em diversos âmbitos, mas nem todas eram comemoradas ou repudiadas pela população, como o caso da Insurreição Pernambucana. A visão do Padre Perereca em suas *Memórias* é apresentada como a popular. Dessa forma, através desses relatos, concluímos que Rio de Janeiro de 1808 se apresentava com a singularidade tropical com sua vegetação exuberante, e com costumes e modos ultrapassados quando comparados aos moldes europeus, devido a sua arquitetura mourisca, o comportamento da população, as ruas estreitas e sujas. Essa adaptação que seus habitantes sofreram num curto período devido às medidas tomadas por D. João, refletiu-se em seus costumes e hábitos que passaram a seguirem as regras européias. O ambiente cultural em 1821 caminhava para o Rio de Janeiro se tornar a “Versalhes Tropical”, e já poderia ser a cidade mais europeizada do Brasil, servindo de parâmetro para as demais mesmo com a permanência da escravidão.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta dissertação, a proposta foi analisar as *Memórias para servir ao Reino do Brasil*, escrita por Luís Gonçalves dos Santos, também conhecido como Padre Perereca, obra composta em dois volumes. Através da leitura das *Memórias* escritas entre 1808 e 1821, período em que a Família Real portuguesa permaneceu no Brasil. Tentamos compreender as principais características e o pensamento católico e monarquista presente na obra. Assim, foi de nossa pretensão analisar *Memórias* como fruto de um pensamento áulico presente no imaginário “inventado” pelo Padre Perereca, que por muitas vezes fazia a descrição dos acontecimentos de forma positiva a favor do monarca e de seu governo.

Através desse estudo podemos concluir nesta dissertação que com a vinda da Família Real a situação dos letrados que viviam na colônia melhorou consideravelmente. Isso porque ocorreram mudanças na vida social dos habitantes depois desse grande acontecimento. Mesmo assim, o Padre Perereca era uma figura especial, pois não frequentou uma universidade portuguesa ou europeia<sup>263</sup>, mas tornou-se um professor conhecedor de diversas línguas, como vimos. As *Memórias* seguiam um discurso propagandista do pós-independência, legitimando os poderes da Igreja Católica e do soberano regente. Por isso, D. João, nas descrições do Padre Perereca, era visto como uma figura divina, pura e bondosa. A sociedade perfeita para uma sociedade nos parâmetros do Antigo Regime devia ser vista como perfeita (mesmo que não fosse), com um soberano benevolente, seus súditos sempre satisfeitos e felizes com o seu governo. Assim, com o apoio da Igreja parecia que o reino tinha tudo para progredir. Porém, lembremos das tensões sociais carregadas pela sociedade de corte. Como as rivalidades entre súditos portugueses e os súditos que habitavam no Brasil aumentaram com a permanência da corte lusitana, a aproximação das pessoas reais traziam *status* social e benefícios materiais. Sendo assim, concluímos que as *Memórias* também tenham sido usadas como uma forma de promoção social para Luís Gonçalves dos Santos.

Notamos que o padre Perereca não via com nenhum esplendor a natureza do Rio de Janeiro, diferentemente dos europeus que passaram pela cidade naquele período. Concluímos

---

<sup>263</sup> Isso porque antes da vinda da Família Real não havia uma Universidade no Brasil.

que a natureza era algo tão presente na vida dos habitantes da cidade que não os espantava. Entre a grandiosidade das construções, sem dúvida as igrejas e conventos eram os edifícios mais notáveis da cidade, citados detalhadamente pelo Perereca e descritas como os melhores edifícios pelos viajantes. A partir daí, compreendemos que as transformações começaram nos tempos dos vice-reis durante o século XVIII, período em que o Rio de Janeiro tornou-se a capital da colônia e por isso recebeu maiores investimentos devido a importância que ganhava.

Desse modo, observamos por meio das fontes que analisamos a comprovação de que as *Memórias* do padre Perereca tinham a intenção de acentuar a grandiosidade que a cidade adquiriu e a capacidade da cidade de manter a Coroa Real. A intenção era que a cidade tornasse sede fixa da monarquia portuguesa, o que acabou não ocorrendo para a tristeza do padre Perereca expressada em suas últimas páginas. Contudo, o importante era mostrar a felicidade dos súditos com as ações tomadas pelo soberano e transmitir uma imagem paternal e benevolente do mesmo, pois essa era a sociedade idealizada pelo padre Perereca. Eram também as características de uma sociedade “perfeita” e “civilizada” aos moldes do Antigo Regime que em territórios do Brasil tomou para si alguns aspectos tropicais, como a presença da escravidão. Por isso, Oliveira Lima já chamava o Rio de Janeiro de Versalhes Tropical, devido as transformações ocorridas em 1808 - mas o que mudou só foi o que era conveniente para a Coroa naquele momento. Mesmo assim, não podemos negar que a cidade sofreu uma mutação veloz em diferentes âmbitos; um exemplo foi a mudança na vida cultural de todos os habitantes através da convivência com muitos estrangeiros na cidade, além da adaptação aos novos padrões sociais, como idas ao teatro e vida noturna, que passaram a fazer parte do cotidiano dos indivíduos que tinham modos considerados rudes devido a vida colonial. Apesar da visão do Padre Perereca em suas *Memórias* ser apresentada como a popular, concluímos que esta fora forjada para a legitimação do poder real até o período da pós-independência, construindo uma história áulica para os habitantes do Brasil e tornando o Rio de Janeiro na mais europeizada das cidades do Brasil, servindo de modelo para as demais.

## BIBLIOGRAFIA

### Fontes Utilizadas:

ALMEIDA, Manuel de A. de. *Memórias de um sargento de milícias*. Coleção Clássicos da Literatura. São Paulo: Donneley Cochrane, s/d.

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico ...* Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 8 vols., 1712 – 1728.

EDMUNDO, Luiz. *A corte de D. João no Rio de Janeiro (1808-1821)*. V.1. Rio de Janeiro: Conquista, 1957.

LIMA, Manuel de Oliveira. *D. João VI no Brasil (1808-1821)*. São Paulo: José Olympio, 1996.

LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. São Paulo: Livraria Martins, 1942.

MARROCOS, Luiz Joaquim dos Santos. *Cartas de Luiz Joaquim dos Santos Marrocos*. Serviço Gráfico do Ministério da Educação e Saúde: Rio de Janeiro, 1939.

MAWE, John. *Viagens ao interior do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1978.

NORTON, Luís. *A corte no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.

O'NEIL, Thomas. *A vinda da Família Real portuguesa para o Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2007.

*Relação das festas que se fizeram no Rio de Janeiro, quando o Príncipe Regente N.S., e toda a Sua Real Família chegaram pela primeira vez aquela Capital. Ajuntando-se algumas*

*Particularidades igualmente curiosas, e que dizem respeito ao mesmo objeto.* Lisboa: Imprensa Régia, 1810, BN, Seção de Impressos, cód. 36-0-21.

SANTOS, Luís Gonçalves dos. *Memórias para servir ao Reino do Brasil.* V.1. Belo Horizonte/ São Paulo, Itatiaia/ Edusp, 2 vols., 1981.

SILVA, Antonio Moraes. *Diccionario da lingua portugueza - recopilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por ANTONIO DE MORAES SILVA.* Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813.

SPIX; MARTIUS. *Viagem pelo Brasil.* São Paulo: Melhoramentos, 2 vols., 1976.

VON LEITHOLD, T.; VON RANGO, L.. *O Rio de Janeiro visto por dois prussianos.* São Paulo: Companhia Nacional, 1966.

## **Bibliografia Utilizada:**

ALBALADEJO, Pablo Fernández. "Los Austrias mayores". In: DOMÍNGUEZ ORTIZ, Antonio (coord). *Historia de España*. Barcelona: Planeta , 1993.

ALGRANTI, Leila Mezan. *D. João VI: Os Bastidores da Independência*. São Paulo: Ática, 1987.

BALANDIER, Georges. *O poder em cena*. Brasília: Editora UNB, 1982.

BANDEIRA, Júlio (et alli). *Missão Francesa*. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

BICALHO, Maria Fernanda. *A cidade e o império: O Rio de Janeiro no século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BLOCH, Marc. *Apologia da História: ou ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BURKE, Peter. *A fabricação do rei: A construção da imagem pública de Luís XIV*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

CARDIM, Pedro António Almeida. *O Poder dos Afetos: Ordem amorosa e dinâmica política no Portugal do Antigo Regime*. Universidade Nova de Lisboa: Lisboa, 2000. (Tese de doutorado)

CAVALCANTI, Nireu. *O Rio de Janeiro setecentista: a vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da Corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

CLAVERO, BARTOLOMÉ. *Antidora: Antropologia católica de La economia moderna*. Mi8lão: Giuffrè Editore, 1991.

CRULS, Gastão. *Aparência do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1952.

DARNTON, Robert. *O grande massacre dos gatos*. Trad. Sonia Coutinho. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

\_\_\_\_\_ ; ROCHE, Daniel. *Revolução impressa: a imprensa na França, 1775-1800*. São Paulo: Edusp, 1996.

DEL PRIORE, Mary Lucy. *Festas e utopias no Brasil colonial*. São Paulo: Brasiliense, 2000.

DIAS, Maria Odila da Silva. “Aspectos da Ilustração no Brasil”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 278, Rio de Janeiro, 1968.

ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte: Investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: A formação do patronato político brasileiro*. 6ª ed. 2 vols. Porto Alegre: Globo, 1984.

FRIGO, Daniela. “‘Disciplina Rei Familiarie’: a economia como modelo administrativo de Ancien Regime”. In: *Revista Penélope – Fazer e Desfazer A História*, nº 6, Setembro de 1991, p. 47-62.

GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. Trad. Maria Célia Santos Raposo. Petrópolis: Vozes, 1985.

HESPANHA, António Manuel (coord.). *História de Portugal*. V.4: *O Antigo Regime*. Lisboa: Estampa, 1993.

LINHARES, Maria Yedda (org.). *História Geral do Brasil*. 6 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

LUSTOSA, Isabel. *Insultos impressos: A guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823)*. São Paulo: Companhia das letras, 2000.

MALERBA, Jurandir. *O Brasil Imperial (1808-1889)*. Maringá: EDUEM, 1999.

\_\_\_\_\_. *A corte no exílio: Civilização e poder no Brasil às vésperas da Independência (1808 a 1821)*. São Paulo: Cia da Letras, 2000.

MARAVALL, José Antônio. *La cultura del barroco*. Análisi de uma estrutura storica. Barcelona: Ariel, 1975.

MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. Trad. Lamberto Puccinelli. V.2. São Paulo, EDU, 1974.

MEIRELLES, Juliana Gessuelli. *Imprensa e poder na corte joanina: A Gazeta do Rio de Janeiro (1808-1821)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

NORA, Pierre. “Entre Memória e História: a problemática dos lugares”. *Projeto História*. São Paulo, n. 10, 1993, p. 7-28.

PEDREIRA, Jorge; COSTA, Fernando Dores. *D. João VI: Um príncipe entre dois continentes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. *O cônego Luís Gonçalves dos Santos: sua vida e suas obras*. Rio de Janeiro: RIHGB, Tomo 25, 1862.

POLLAK, Michael. “Memória, Esquecimento, Silêncio”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, 1989.

RENAULT, Delso. *O Rio antigo nos anúncios de jornais (1808-1850)*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1969.

ROMERO, José Luis. *América Latina: as cidades e as idéias*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

RÜSEN, Jörn. *Razão Histórica: teoria da história*. Trad. Estevão Rezende Martins. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

SALINAS FORTES, Luiz Roberto. *Paradoxo do espetáculo: política e poética em Rousseau*. São Paulo: discurso Editorial, 1997.

SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. *A invenção do Brasil: Ensaio de história e cultura*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

SANTOS, Noronha. “Apresentação”. In: SANTOS, Luís Gonçalves dos. *Memórias para servir à História do Brasil*. São Paulo: EDUSP/ Belo Horizonte: Itatiaia, 1981, v.1, p. 17-27.

SCHULTZ, Kirsten. *Versalhes Tropical: Império, monarquia e corte real no Rio de Janeiro 1808-1821*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *A longa viagem da biblioteca dos reis*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

\_\_\_\_\_. *O Sol do Brasil: Nicolas-Antoine Taunay e as desventuras dos artistas franceses na corte de D. João*. São Paulo: companhia das Letras, 2008.

SILVA, Beatriz Catão Cruz. *O Corpo de Deus na América: A festa de Corpus Christi nas cidades da América portuguesa – século XVIII*. São Paulo: Annablume, 2005.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Cultura e Sociedade no Rio de Janeiro (1808-1821)*. 2º Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.

TAPAJÓS, Vicente Costa Santos. “Padre Perereca”. In: *Dicionário Bibliográfico de historiadores, geógrafos e antropólogos brasileiros*. Rio de Janeiro: IHGB, v.6, 1998.